



GOVERNO DO TOCANTINS
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processso

PROCESSO: 2004 2500 000611 **DATA:** 05/04/2004
CONTROLE PROCESSO: 40050076
NOME: SECRETARIA DA FAZENDA DO TOCANTINS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORIGEM: SEFAZ
VALOR: 0,00

HISTÓRICO: VOLUME V – RELATÓRIO DO
CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS
CONSOLIDADAS DO GOVERNO DO ESTADO,
EXERCÍCIO DE 2003.

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

DIRETOR DE SUPERVISÃO DE CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

COORDENADOR DE SUPERVISÃO DE CONTROLE INTERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
JOSÉ GABRIEL DE CASTRO

EQUIPE TÉCNICA DE CONTROLE INTERNO
FLORIANO RODRIGUES ALVES
JOÃO BATISTA DA PAIXÃO MENDES
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE CARVALHO FONTES

EQUIPE DE APOIO
KÁTIA SILVA MACÊDO
JANAÍNA LOPES MARANHÃO
JOSÉ SANTANA NUNES SARZEDA
MIRLEY PIRES MAGALHÃES PEIXOTO LEANDRO

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	1
1	Análise Orçamentária e Financeira	4
1.1	Orçamento Geral Autorizado	4
1.2	Execução Orçamentária E Financeira	8
1.3	Posição Patrimonial e Financeira	21
2.	Descrição Analítica das Atividades dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo e Execução dos Programas Constantes do Orçamento Anual	32
2.1	Unidades da Administração Direta	32
2.1.1	Gabinete do Governador	32
2.1.2	Casa Civil	34
2.1.3	Comando Geral da Polícia Militar	35
2.1.4	Controladoria-Geral do Estado	40
2.1.5	Secretaria de Representação	42
2.1.6	Procuradoria Geral do Estado	43
2.1.7	Casa Militar	45
2.1.8	Secretaria da Administração	46
2.1.9	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	47
2.1.10	Secretaria da Educação e Cultura	56
2.1.11	Secretaria da Fazenda	70
2.1.12	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	75
2.1.13	Secretaria da Infra-Estrutura	79
2.1.14	Secretaria da Juventude	83
2.1.15	Secretaria de Saúde	84
2.1.16	Secretaria da Segurança Pública	85
2.1.17	Secretaria do Esporte	90
2.1.18	Secretaria do Trabalho e Ação Social	92
2.1.19	Secretaria da Cidadania e Justiça	97
2.1.20	Secretaria do Governo	100
2.1.21	Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente	103
2.1.22	Secretaria de Comunicação	112
2.1.23	Administração Geral do Estado – Rec. Sob Supervisão da Sefaz	114
2.1.24	Secretaria dos Recursos Hídricos	115
2.1.25	Programação Especial do Estado - Rec. Sob Supervisão SEPLAN	118
2.2.	Administração Indireta e Fundos Especiais	119
2.2.1	Autarquias	119
2.2.1.1	Universidade Estadual de Palmas	119
2.2.1.2	Instituto Social Divino Espírito Santo	121
2.2.1.3	Agência de Desenvolvimento do Estado	123
2.2.1.4	Agência de Habitação e Desenvolvimento	125
2.2.1.5	Instituto Natureza do Tocantins	127
2.2.1.6	Instituto de Previdência do Tocantins	132

2.2.1.7	Departamento de Estradas de Rodagem.....	133
2.2.1.8	Departamento Estadual de Trânsito.....	135
2.2.1.9	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.....	137
2.2.1.10	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.....	140
2.2.1.11	Instituto de Terras do Estado do Tocantins	144
2.2.1.12	Agência Estadual de Saneamento.....	146
2.2.1.13	Junta Comercial do Estado do Tocantins	149
2.2.1.14	Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins.....	151
2.2.2	Fundações.....	152
2.2.2.1	Fundação Cultural do Estado	152
2.2.2.2	Fundação de Medicina Tropical	154
2.2.3	Fundos.....	156
2.2.3.1	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.....	156
2.2.3.2	Fundo de Modernização da Polícia Militar.....	158
2.2.3.3	Fundo de Fardamento da Polícia Militar.....	159
2.2.2.4	Fundo de Desenvolvimento Urbano e Prevenção Ambiental.....	160
2.2.2.5	Fundo de Apoio a Moradia Popular.....	161
2.2.3.6	Fundo Estadual de Modernização Jurídica.....	162
2.2.2.7	Fundo Estadual Antidrogas.....	163
2.2.3.8	Fundo Prosperar.....	164
2.2.2.9	Fundo Estadual de Saúde.....	166
2.2.2.10	Fundo de Defesa Agropecuária.....	175
2.2.2.11	Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo.....	176
2.2.2.12	Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos.....	177
2.2.2.13	Fundo Estadual de Defensoria Pública.....	178
2.2.2.14	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.....	179
2.2.2.15	Fundo Estadual de Assistência Social.....	185
2.2.3.16	Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente.....	190
2.2.4	Entidades e Fundos Criados em 2003.....	191
2.2.4.1	Escola Técnica de Saúde do Tocantins.....	191
2.2.4.2	Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário.....	192
2.2.4.3	Fundo de Previdência do Estado.....	192
2.2.4.4	Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado.....	193
3	Considerações Sobre Matérias Econômica, Financeira, Administrativa e Social.....	194
3.1	Áreas Administrativa e Financeira	195
3.2	Área Social.....	198
3.3	Área Econômica.....	209
4.	Considerações Finais.....	221

APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e em especial com base nos ditames constantes da Lei Estadual nº 1.415/2003, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e de seu Regimento Interno, esta Controladoria-Geral do Estado do Tocantins, a par das contas constantes no Balanço Geral do Estado, elabora o presente relatório que abrange, como se pode observar adiante, matérias de ordem social, administrativa, econômica e financeira, através de descrições analíticas dessas atividades concernentes às suas execuções.

Contém ainda circunstanciada análise da execução orçamentária, fiscal e da seguridade social, com as respectivas indicações das metas físicas e financeiras, tanto as previstas quanto às efetivamente realizadas.

Além desses elementos, abrange outros aspectos que dizem respeito ao comportamento deste primeiro ano do atual Governo.

Também merecem especiais destaques as matérias que foram prioritárias no exercício de 2003, tendo no social a sua principal meta, enfatizando-se a educação pública, a abrangência ao atendimento à saúde, à segurança pública e os investimentos infra-estruturais que buscam minorar as carências das populações menos providas de meios econômicos e financeiros a melhorar seus índices de desenvolvimento humano.

Outrossim, percebe-se que, o Governo Marcelo Miranda, no decorrer de 2003, pautou sua ação de investimentos, visando dotar todos os rincões do Estado, de condições para produzir e escoar normalmente a produção agropastoril, na busca da criação de novos empregos e conseqüente geração de renda, que é, sem dúvida, um dos sólidos alicerces de desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e respeito, contando, neste mister, com o apoio do poder público.

Veja-se, que, em 2003, o Governo priorizou a valorização do trabalho humano, buscou incentivar a iniciativa privada, com atuações que se direcionaram ao alcance de um novo modelo de desenvolvimento tendo como meta o cidadão e o seu bem-estar.

Pautou-se, outrossim, para a consecução de novas programações sócio-econômicas ensejando consolidar a infra-estrutura de transporte, energia, habitação e incentivou o ingresso de capitais privados na economia tocaninense.

Buscou, com igual esforço, a promoção do desenvolvimento sustentado, direcionando e apoiando os diversos setores das atividades econômicas, visando torná-los competitivos e socialmente corretos.

Verifica-se a preocupação do Governo Marcelo Miranda, com a modernização administrativa em todos os entes públicos do Poder Executivo, visando melhor adequar os recursos humanos às suas reais necessidades.

Além de tudo isso, é de salientar-se que não se descuidou em manter o superávit primário, controlando, principalmente, os gastos com a folha de pagamento e com as despesas de custeio e mais que isso, manteve, sob rígido controle, a dívida externa e interna.

Como bem pode ser observado, essas medidas são fortes alicerces que levam à construção de um Estado que verdadeiramente se preocupa com a melhoria de vida de sua população, uma vez que na razão em que moderniza a máquina estatal e apóia o incremento de novas tecnologias nas atividades privadas, faz aumentar a um só tempo o emprego, a renda e o patrimônio público e privado.

Ora, sendo, como é, o Estado do Tocantins uma unidade federativa, com apenas 15 anos de sua efetivação, todo o esforço governamental está voltado à sua consolidação, com a adoção de políticas que tenham como fulcro o seu crescimento, sem descuidar-se de sua indispensável sustentabilidade econômica, ecológica e social.

Tem-se como certeza, pois, que os resultados das atividades primárias agregando valores, através da industrialização, certamente, darão a este Estado, em futuro não muito distante, maior capacidade econômica, com conseqüências positivas a todos os seus segmentos sociais, o que as tornam prioritárias para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e do Produto Interno Bruto – PIB tocantinense.

Denota-se pela análise ora em comento que o alcance do equilíbrio orçamentário e financeiro resultou não somente do trabalho desenvolvido pelo Poder Executivo, como também pelos esforços despendidos pelos demais poderes constituídos, o Legislativo e o Judiciário, além do Ministério Público, que se pautaram dentro dos seus respectivos limites de gastos.

Conforme se pode observar pelo conteúdo das peças técnicas adiante expostas, os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2.003, demonstram significativos índices de gestão pública

Os balanços e demais demonstrações contábeis estão divididos em 4 (quatro) volumes assim distribuídos:

Volume I - Balanços: - Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as **Demonstrações Orçamentárias** de todos os Poderes e do Ministério Público.

Volume II - Documentação referente apenas à Administração Direta do Poder Executivo.

Volume III - Balanços, Variações Patrimoniais e as Demonstrações Orçamentárias e Contábeis das Autarquias e Fundações.

Volume IV - Balanços e Demonstrações Orçamentárias e Contábeis referentes aos Fundos Especiais.

Registre-se por oportuno o eficiente trabalho desenvolvido pela Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados

que compõem os Balanços e Demonstrativos que constituem as contas do Governo do Estado, como bem explicitam os volumes aludidos.

Como se denota a seguir, o relatório sobre as contas do Governo, emitido por esta Controladoria-Geral, inicia-se pela análise do orçamento geral autorizado e sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Palmas, abril de 2.004

1. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referente ao exercício financeiro de 2003, foi aprovado pela Lei Estadual nº 1.353, de 19 de dezembro de 2002 (LOA) que estimou a receita no valor de R\$ 2.367.332.352,00 e fixou a despesa em igual valor, na forma a seguir:

- a) Recursos Ordinários R\$ 1.313.260.363,00;
- b) Recursos Vinculado R\$ 599.208.279,00;
- c) Recursos de Outras Fontes R\$ 454.863.710,00.

O valor inicialmente autorizado foi alterado para R\$ 2.822.678.939,00, em decorrência dos seguintes acréscimos:

a) R\$ 249.650.795,00 oriundos da atualização em 19,01% relativa aos Recursos Ordinários, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP (DI), da Fundação Getúlio Vargas, referente ao período de agosto a novembro de 2002; e

b) R\$ 205.695.792,00 resultante da abertura de créditos adicionais, devidamente detalhados no Quadro n.º 07.

Após as alterações efetivadas, o Orçamento Fiscal compreendeu despesas autorizadas no valor de R\$ 2.394.889.404,00, e da Seguridade Social, na importância de R\$ 427.789.535,00.

Do total de R\$ 2.822.678.939,00 consignados no Orçamento Geral do Estado, R\$ 2.210.596.086,00 - 78,31% - referem-se às fontes do Tesouro e R\$ 612.082.853,00 - 21,69% - a outras fontes.

A Gestão da execução orçamentária da despesa do Estado, no SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, contempla todos os Órgãos e Entidades que compõem a Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, como demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 1 - RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOUREO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	1.764.608.437,00	164.409.459,00	1.929.017.896,00
Receita Tributária	688.856.521,58	36.869.598,00	725.726.119,58
Receita de Contribuições	-	46.493.081,00	46.493.081,00
Receita Patrimonial	17.887.203,00	24.437.401,00	42.324.604,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	238.020,00	14.729.666,00	14.967.686,00
Transferências Correntes	1.272.071.528,62	37.545.813,00	1.309.617.341,62
Outras Receitas Correntes	16.068.015,38	4.333.900,00	20.401.915,38
Dedução para o FUNDEF	(230.512.851,58)	-	(230.512.851,58)
RECEITAS DE CAPITAL	268.302.350,00	447.673.394,00	715.975.744,00
Operações de Crédito	79.936.614,00	152.589.908,00	232.526.522,00
Alienação de Bens	595.050,00	22.691.604,00	23.286.654,00
Amort. de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	187.590.686,00	265.226.882,00	452.817.568,00
Outras Receitas de Capital	180.000,00	7.165.000,00	7.345.000,00
TOTAL	2.032.910.787,00	612.082.853,00	2.644.993.640,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2003 Receita Atualizada.

QUADRO 2 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOUREO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	1.764.608.437,00	93.520.977,00	1.858.129.414,00
Receita Tributária	688.856.521,58	36.869.598,00	725.726.119,58
Receita de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	17.887.203,00	42.000,00	17.929.203,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	238.020,00	14.729.666,00	14.967.686,00
Transferências Correntes	1.272.071.528,62	37.545.813,00	1.309.617.341,62
Outras Receitas Correntes	16.068.015,38	4.333.900,00	20.401.915,38
Dedução para o FUNDEF	(230.512.851,58)	-	(230.512.851,58)
RECEITAS DE CAPITAL	268.302.350,00	447.673.394,00	715.975.744,00
Operações de Crédito	79.936.614,00	152.589.908,00	232.526.522,00
Alienação de Bens	595.050,00	22.691.604,00	23.286.654,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	187.590.686,00	265.226.882,00	452.817.568,00
Outras Receitas de Capital	180.000,00	7.165.000,00	7.345.000,00
TOTAL	2.032.910.787,00	541.194.371,00	2.574.105.158,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2003 Receita Atualizada.

OBS.: deduzido a receita do IPETINS. (fonte 040).

QUADRO 3 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOIRO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	-	70.888.482,00	70.888.482,00
Receita Tributária			-
Receita de Contribuições		46.493.081,00	46.493.081,00
Receita Patrimonial		24.395.401,00	24.395.401,00
Receita Agropecuária			-
Receita Industrial			-
Receita de Serviços			-
Transferências Correntes			-
Outras Receitas Correntes			-
Dedução para o FUNDEF			-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito			-
Alienação de Bens			-
Amortização de Empréstimos			-
Transferências de Capital			-
Outras Receitas de Capital			-
TOTAL	-	70.888.482,00	70.888.482,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – IPETINS – dezembro/2003 Receita Atualizada.

QUADRO 4 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOIRO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.269.968.745,00	88.174.651,00	1.358.143.396,00
Pessoal e Encargos Sociais	668.875.186,00	3.663.500,00	672.538.686,00
Juros e Encargos da Dívida	36.564.776,00	-	36.564.776,00
Outras Despesas Correntes	564.528.783,00	84.511.151,00	649.039.934,00
			-
DESPESAS DE CAPITAL	727.073.884,00	597.156.202,00	1.324.230.086,00
Investimentos	651.216.686,00	497.436.125,00	1.148.652.811,00
Inversões Financeiras	10.740.283,00	99.720.077,00	110.460.360,00
Amortização da Dívida	65.116.915,00	-	65.116.915,00
			-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.305.457,00		140.305.457,00
			-
TOTAL	2.137.348.086,00	685.330.853,00	2.822.678.939,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

QUADRO 5 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.055.117.012,00	38.216.131,00	1.093.332.143,00
Pessoal e Encargos Sociais	525.143.590,00	2.890.000,00	528.033.590,00
Juros e Encargos da Dívida	36.564.776,00	-	36.564.776,00
Outras Despesas Correntes	493.408.646,00	35.326.131,00	528.734.777,00
			-
DESPESAS DE CAPITAL	695.081.997,00	466.168.807,00	1.161.250.804,00
Investimentos	626.850.982,00	465.168.807,00	1.092.019.789,00
Inversões Financeiras	2.114.100,00	1.000.000,00	4.114.100,00
Amortização da Dívida	65.116.915,00		65.116.915,00
			-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.305.457,00		140.305.457,00
			-
TOTAL	1.890.504.466,00	504.384.938,00	2.394.889.404,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** deduzido o orçamento da seguridade.

QUADRO 6 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL (Milhões)
DESPESAS CORRENTES	214.851.733,00	49.958.520,00	264.810.253,00
Pessoal e Encargos Sociais	143.731.596,00	773.500,00	144.505.096,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	71.120.137,00	49.185.020,00	120.305.157,00
			-
DESPESAS DE CAPITAL	31.991.887,00	130.987.395,00	162.979.282,00
Investimentos	24.365.704,00	32.267.318,00	56.633.022,00
Inversões Financeiras	7.626.183,00	98.720.077,00	106.346.260,00
Amortização da Dívida			-
			-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			-
			-
TOTAL	246.843.620,00	180.945.915,00	427.789.535,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** Funções 08, 09, 10 e programa 0196.

Créditos Suplementares Abertos

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.º 4.320/64, foram abertos os créditos suplementares demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 7 – DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Orçamento Inicial (Lei 1.353/02)	2.367.332.352,00
Orçamento Inicial corrigido (Decreto 1.684/03)	2.616.982.147,00
(+) Créditos Suplementares	1.111.522.605,00
(+) Créditos Especiais	3.394.463,00
(-) Reduções	909.221.276,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	2.822.678.939,00

FONTE – Diário Oficial – Lei 1.353/02 e Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 03

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO POR FONTES DE RECURSOS DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

(+) Redução Total ou Parcial	909.221.276,00
(+) Excesso de Arrecadação	28.010.493,00
(+) Superávit Financeiro	177.685.299,00
= Créditos Suplementares e Especiais	1.114.917.068,00

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 91.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada foram editados decretos e portarias, conforme indicação às fls. 61 a 91 do Balanço Geral Volume I.

1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão orçamentária obedece à programação, às diretrizes estratégicas compatíveis com as prioridades e as metas do PPA – 2000/2003, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

Realizou-se a arrecadação da Receita, por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta Única do Tesouro Estadual, concretizando uma efetivação de **78,32%** comparada com a previsão atualizada.

A Receita e a Despesa Orçamentária se desdobram nas categorias Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

A Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises de realização das receitas e execução das despesas da Administração Pública, encontram-se nos quadros a seguir:

QUADRO 9 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% S/DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	2.135.000.162,58	1.928.185.747,91	
Receita Tributária	725.726.119,58	605.446.483,72	16,57
» ICMS	618.777.523,54	537.239.895,51	13,18
» Outras	106.948.596,04	68.206.588,21	36,22
Receita de Contribuições	46.493.081,00	45.238.408,85	2,70
Receita Patrimonial	42.324.604,00	97.147.111,81	(129,53)
Receita Agropecuária	-	9.348,88	
Receita Industrial			
Receita de Serviços	5.393.020,00	13.307.163,07	(146,75)
Transferências Correntes	1.294.661.422,62	1.129.480.712,76	12,76
» FPE	1.068.682.200,39	942.428.880,26	11,81
» Outras	225.979.222,23	187.051.832,50	17,23
Outras Receitas Correntes	20.401.915,38	37.556.518,82	(84,08)
RECEITAS DE CAPITAL	712.495.836,00	341.313.541,59	52,10
Operações de Crédito	229.391.614,00	158.038.288,01	31,11
Alienação de Bens	23.286.654,00	17.069.120,65	26,70
Amortização de Empréstimos	-	10.617.590,87	
Transferências de Capital	452.817.568,00	155.588.542,06	65,64
Outras Receitas de Capital	7.000.000,00	-	100,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.847.495.998,58	2.269.499.289,50	20,30
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	(230.512.851,58)	(198.029.234,47)	-
TOTAL	2.616.982.147,00	2.071.470.055,03	20,85

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado - Discriminação das Receitas – 2003

RECEITAS					
RECEITAS	PREVISTA (R\$)	REALIZADA (R\$)	% REALIZADA S/PREVISTA	% S/MONTANTE REALIZADA	DIFERENÇA (R\$)
RECEITAS CORRENTES	1.929.017.896,00	1.730.156.513,44	89,69	83,52	198.861.382,56
Receita Tributária	725.726.119,58	605.446.483,72	83,43	29,23	120.279.635,86
Receita de Contribuições	46.493.081,00	45.238.408,85	97,30	2,18	1.254.672,15

Receita Patrimonial	42.324.604,00	97.147.111,81	229,53	4,69	(54.822.507,81)
Receita Agropecuária	-	9.348,88		0,00	(9.348,88)
Receita Industrial	-	-		-	-
Receita de Serviços	14.967.686,00	13.307.163,07	88,91	0,64	1.660.522,93
Transferências Correntes	1.309.617.341,62	1.129.480.712,76	86,25	54,53	180.136.628,86
Outras Receitas Correntes	20.401.915,38	37.556.518,82	184,08	1,81	(17.154.603,44)
(-) Dedução para o FUNDEF	(230.512.851,58)	(198.029.234,47)	85,91	(9,56)	(32.483.617,11)
				-	-
RECEITAS DE CAPITAL	715.975.744,00	341.313.541,59	47,67	16,48	374.662.202,41
Operações de Crédito	232.526.522,00	158.038.288,01	67,97	7,63	74.488.233,99
Alienação de Bens	23.286.654,00	17.069.120,65	73,30	0,82	6.217.533,35
Amortização de Empréstimos	-	10.617.590,87		0,51	(10.617.590,87)
Transferências de Capital	452.817.568,00	155.588.542,06	34,36	7,51	297.229.025,94
Outras Receitas de Capital	7.345.000,00	-	-	-	7.345.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO (2002)	177.685.299,00	-	-	-	-
TOTAL	2.822.678.939,00	2.071.470.055,03	78,32	100,00	573.523.584,97

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2002 e 2003

RECEITAS CORRENTES	VALOR R\$		% 2003 S/2002	% S/TOTAL	
	2.002	2.003		2.002	2.003
Receita Tributária	466.621.010,61	605.446.483,72	129,75	26,91	31,40
Receita de Contribuições	44.258.890,61	45.238.408,85	102,21	2,55	2,35
Receita Patrimonial	62.131.962,62	97.147.111,81	156,36	3,58	5,04
Receita Agropecuária	16.054,60	9.348,88	58,23	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.931.760,73	13.307.163,07	453,90	0,17	0,69
Transferências Correntes	1.104.644.131,47	1.129.480.712,76	102,25	63,70	58,58
Outras Receitas Correntes	53.462.520,68	37.556.518,82	70,25	3,08	1,95
TOTAL	1.734.066.331,32	1.928.185.747,91	111,19	100,00	100,00

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2002/2003

QUADRO 12 Desempenho da Receita Tributária (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO	2002	2003	% 2003/2002
Impostos s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	25.617.170,18	27.139.279,16	5,94
IPVA – Imposto s/Propriedade de Veículos Automotores	15.393.095,51	18.893.220,10	22,74
ICMS – Imp. Sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	406.195.557,39	537.239.895,51	32,26
TAXAS			
Taxas de Serviços Estaduais	14.873.388,96	16.815.932,59	13,06

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2002 e 2003

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado – Exercícios 2002 e 2003

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR R\$		% 2003 S/2002	%	
	2.002	2.003		2.002	2.003
Operações de Crédito	123.467.777,54	158.038.288,01	128,00	35,95	6,30
Alienação de Bens	11.653.812,58	17.069.120,65	146,47	3,39	,00
Amortização de Empréstimos	12.133.887,68	10.617.590,87	87,50	3,53	,11
Transferências de Capital	196.174.554,57	155.588.542,06	79,31	57,12	45,59
Outras Receitas de Capital				-	-
TOTAL	343.430.032,37	341.313.541,59	99,38	100,00	100,00

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2002/2003

DESCRIÇÃO	2002	2.003
RECEITAS CORRENTES	1.734.065	1.928.185
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	(112.154)	(147.083)
DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	(186.256)	(198.031)
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	(44.233)	(45.138)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.391.422	1.537.933
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		10,53

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado

Conforme demonstrado no quadro 10, a realização da **receita patrimonial** superou em **229,53%** em relação ao valor inicialmente estimado.

Merece destaque especial a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **89,69%** atingindo a cifra de **R\$ 1.730.156.513,44**. Refere-se a receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária. Por conseguinte, o resultado vem comprovar o elevado grau de seriedade com que o atual Governo realiza suas execuções orçamentárias, possibilitando a tomada de decisões seguras, evitando-se rigorosamente qualquer possibilidade de empenho de despesas sem o respaldo financeiro.

As **receitas de capital** representam **16,48%** do total arrecadado no exercício, ou seja, do montante de **R\$ 341.313.541,59**. Destaca-se nessa Categoria Econômica as Operações de Créditos e as Transferências de Capital, por terem valores mais significativos que, em percentuais, corresponde, respectivamente, **7,63%** e **7,51%** em relação ao total das receitas de capital.

Outro dado, de importância capital, foi o resultado da **receita corrente líquida**, apurada em **R\$ 1.537.933.000,00**. Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2003, houve um crescimento de aproximadamente 10% em relação ao exercício anterior, alavancando, consideravelmente, a capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 15 - Balanço Orçamentário do Estado - DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2003

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	2.678.979.019,00	1.967.177.740,37	73,43	99,86	711.801.278,63
Despesas Correntes	1.355.089.765,00	1.193.487.312,76	88,07	60,58	161.602.452,24
Pessoal e Encargos Sociais	670.152.563,00	667.352.434,10	99,58	33,88	2.800.128,90
Juros/Encargos da Dívida	36.759.451,00	36.511.955,76	99,33	1,85	247.495,24
Outras Despesas Correntes	648.177.751,00	489.622.922,90	75,54	24,86	158.554.828,10
Despesas de Capital	1.323.889.254,00	773.690.427,61	58,44	39,28	550.198.826,39
Investimentos	1.148.311.979,00	698.705.972,28	60,85	35,47	449.606.006,72
Inversões Financeiras	110.460.360,00	10.160.436,31	9,20	0,52	100.299.923,69
Amortização da Dívida	65.116.915,00	64.824.019,02	99,55	3,29	292.895,98
Reserva de Contingência	140.305.457,00	-	-	-	140.305.457,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	3.394.463,00	2.732.415,40	80,50	0,14	662.047,60
Despesas Correntes	3.053.631,00	2.461.492,81	80,61	0,12	592.138,19
Pessoal e Enc. Sociais	2.386.123,00	1.957.312,14	82,03	0,10	428.810,86
Outras Despesas Correntes	667.508,00	504.180,67	75,53	0,03	163.327,33
Despesas de Capital	340.832,00	270.922,59	79,49	0,01	69.909,41
Investimentos	340.832,00	270.922,59	79,49	0,01	69.909,41
Inversões Financeiras				-	-
TOTAL	2.822.678.939,00	1.969.910.155,77	69,79	100,00	852.768.783,23
SUPERÁVIT		101.559.899,26			

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado

O superávit orçamentário identificado decorre da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada.

As **despesas correntes**, relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas, somam **R\$ 1.193.487.312,76**, representando **60,58%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R\$ 773.690.427,61**, destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R\$ 698.705.972,28**, que representam **90,31%** do total das despesas de capital.

QUADRO 16 - Demonstrativo das Despesas de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	35.980.608,00	34.690.302,17	96,41	17,68	1.290.305,83
Pessoal e Encargos Sociais	6.817.327,00	6.438.915,62	94,45	3,28	378.411,38
Outras Despesas Correntes	29.163.281,00	28.251.386,55	96,87	14,40	911.894,45
Despesas de Capital	177.374.515,00	161.553.651,27	91,08	82,32	15.820.863,73
Investimentos	177.374.515,00	161.553.651,27	91,08	82,32	15.820.863,73
TOTAL	213.355.123,00	196.243.953,44	91,98	100,00	17.111.169,56

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2002/2003

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstradas no Quadro n.º 16, no total **R\$ 196.243.953,44**, corresponde aos percentuais de **17,68%** para as despesas correntes e de **82,32%** para as despesas de capital, demonstra a acertada decisão do atual Governo de reconhecer e efetivar pagamentos de despesas oriundas de gestões anteriores.

QUADRO 17 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação a Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2003

	Milhares
ESPECIFICAÇÃO	2.003
Receitas Correntes	1.928.185
(-)Transferências Constitucionais	147.083
(-) Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	44.662
(-)Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	476
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEF	198.031
Receita Corrente Líquida (A)	1.537.933
Despesa de Pessoal	571.085
Pessoal Ativo	538.259
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.826
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	7.173
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	710
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	5.809
(-) Inativos com Recursos Vinculados	654
Despesa Líquida de Pessoal (B)	563.912
	Percentuais
Part. Despesa Pessoal na Rec. Corrente Líquida (B/A)	36,67%
Limite Legal	49,00%
Limite Prudencial	46,55%
Limite Permitido	39,27%

FONTE – Volume I Prestação de Contas 2003 fls. 240 e 250

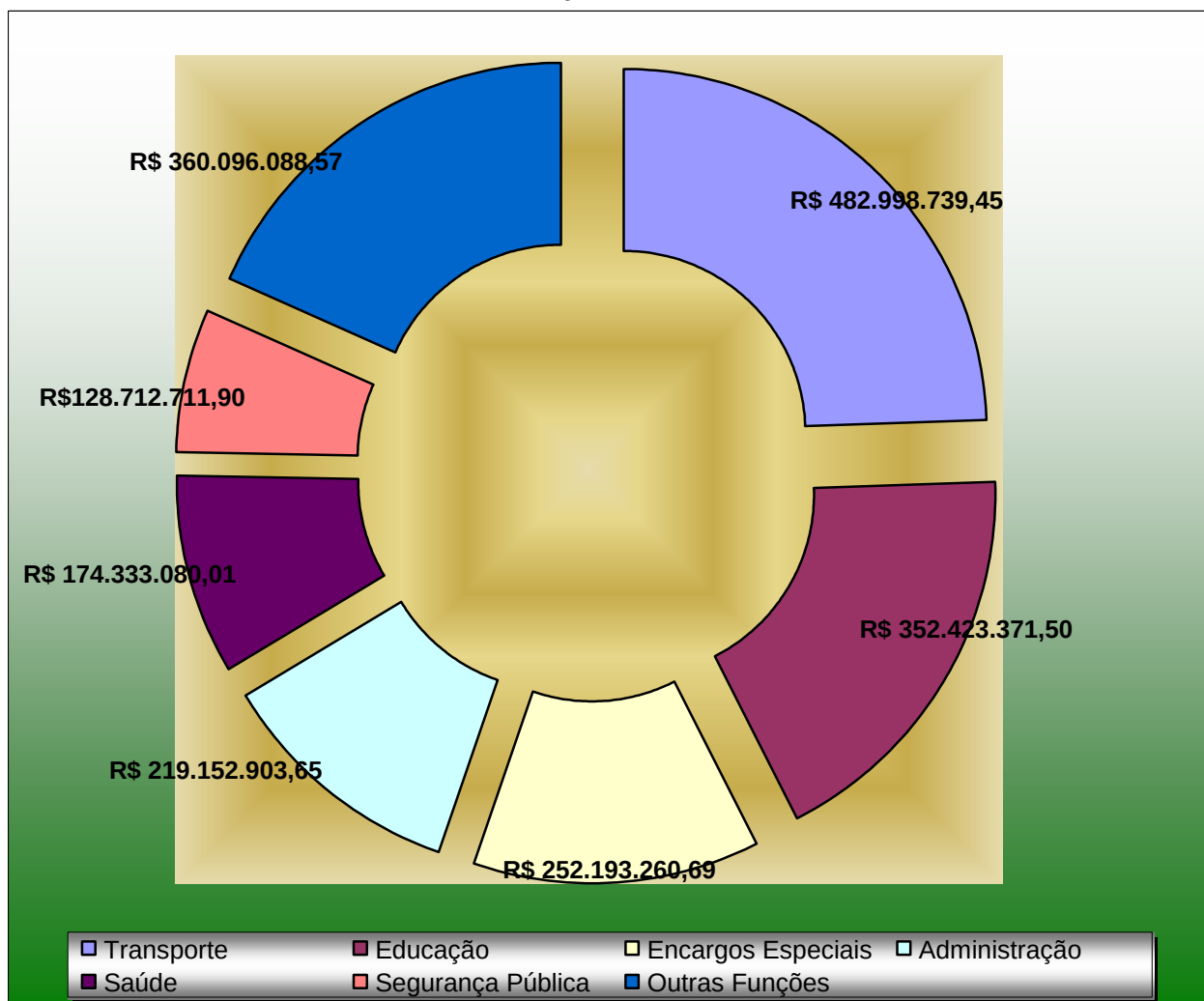
Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **36,67%** da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de **49%**.

QUADRO 18 - Demonstrativo das Despesas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.003	2.003
Legislativa	46.880.360,31	2,38
Judiciária	45.951.825,30	2,33
Essencial a Justiça	28.554.694,31	1,45
Administração	219.152.903,65	11,13
Segurança Pública	128.712.711,90	6,53
Assistência Social	31.029.626,13	1,58
Previdência Social	35.065.923,17	1,78
Saúde	174.333.080,01	8,85
Trabalho	2.714.819,17	0,14
Educação	352.423.371,50	17,89
Cultura	1.288.225,98	0,07
Direitos da Cidadania	224.005,12	0,01
Urbanismo	10.592.135,24	0,54
Habitação	1.589.628,13	0,08
Saneamento	8.500.055,69	0,43
Gestão Ambiental	8.083.947,30	0,41
Ciência e Tecnologia	15.998,40	0,00
Agricultura	4.023.278,20	2,74
Organização Agrária	125.654,87	0,01
Indústria	395.446,04	0,02
Comércio e Serviços	2.419.308,92	0,12
Comunicações	20.516.485,67	1,04
Energia	55.756.622,98	2,83
Transporte	482.998.739,45	24,52
Desporto e Lazer	6.368.047,64	0,32
Encargos Especiais	252.193.260,69	12,80
TOTAL	1.969.910.155,77	100,00

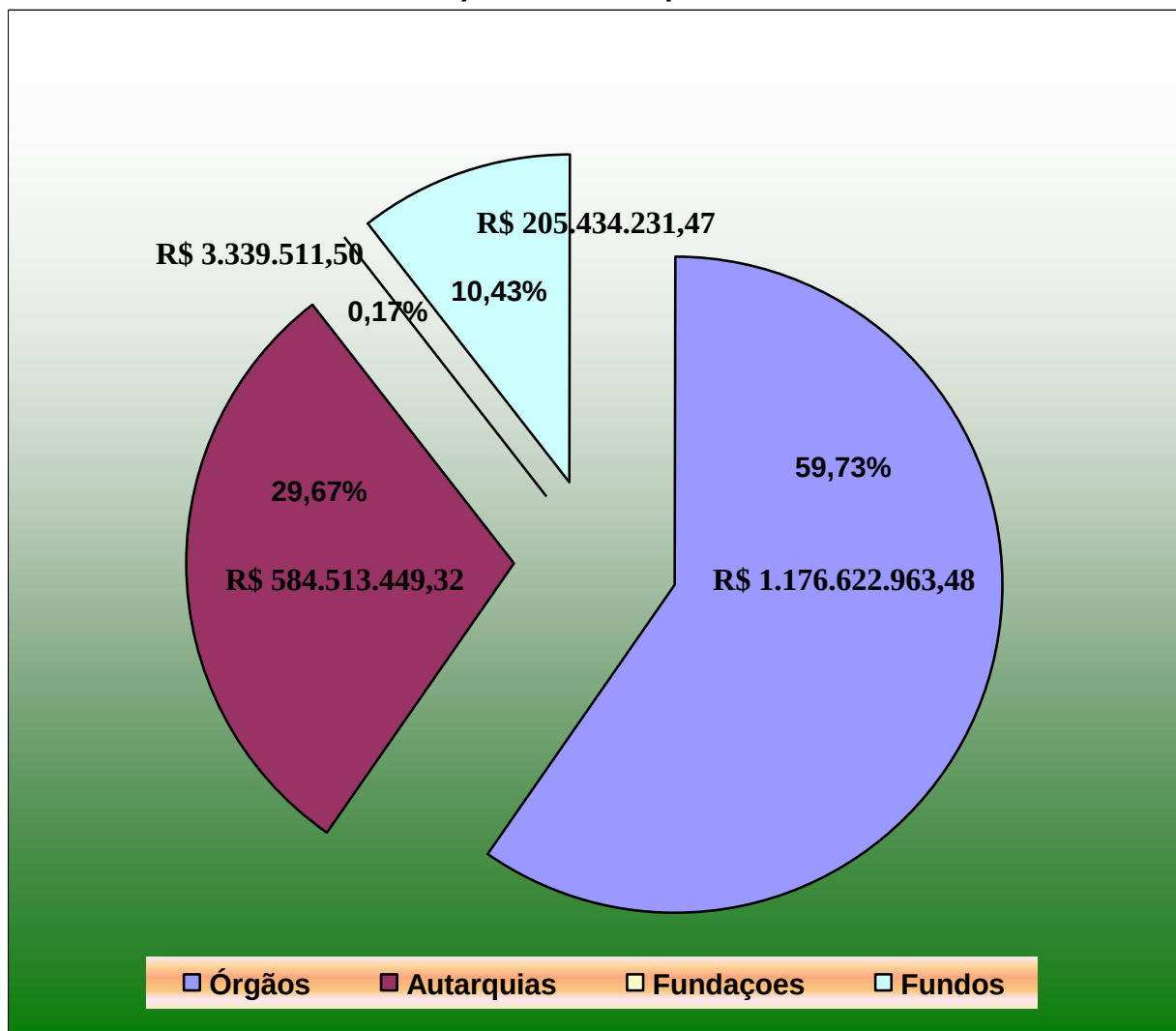
FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 236

GRÁFICO 01 – DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



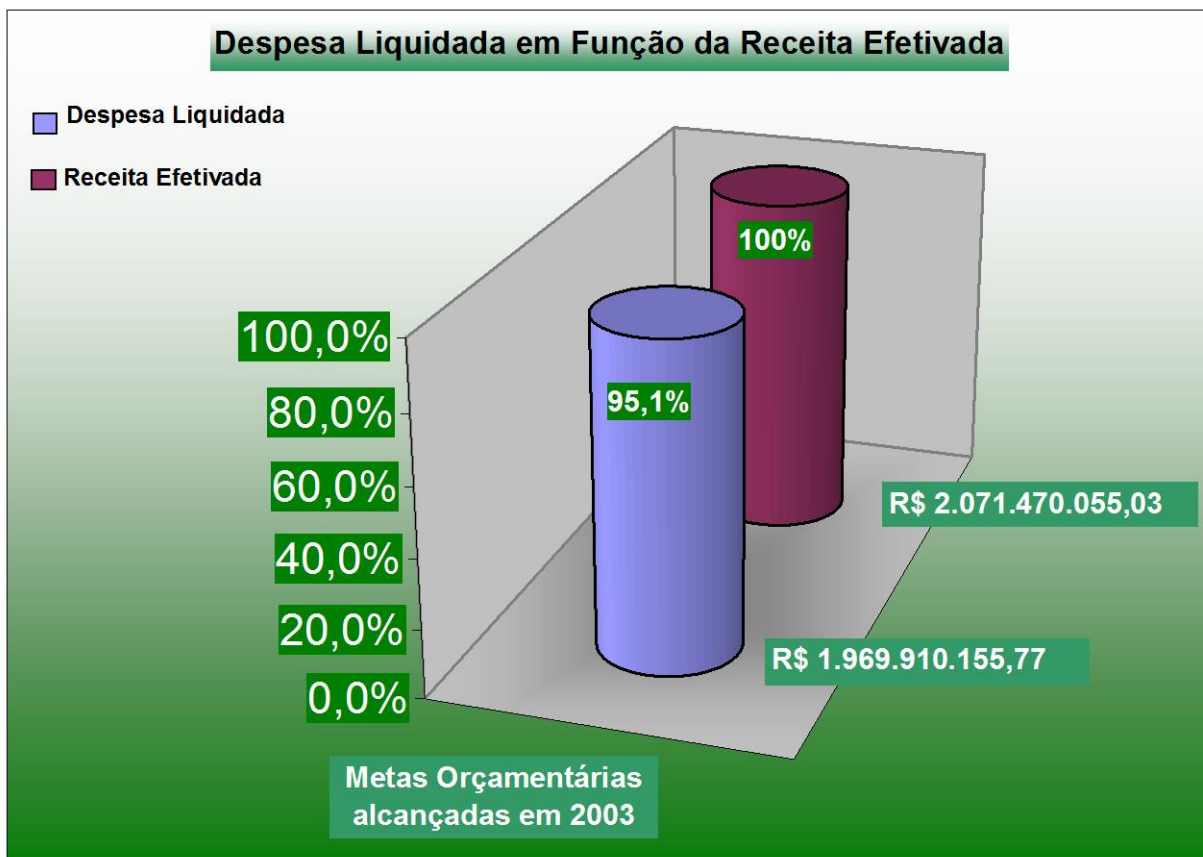
Observa-se que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Educação, com **R\$ 352.423.371,50**; b) Saúde, com **R\$174.333.080,01**; c) Transporte, com **R\$ 482.998.739,45**, este equivale a **24,52%** do total das despesas realizadas, fato esse plenamente aceito, por se tratar de área de relevância no desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado.

GRÁFICO 02 – Despesas Orçamentárias por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundacional) e Fundos Especiais



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.º 02.

GRÁFICO 03 - CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

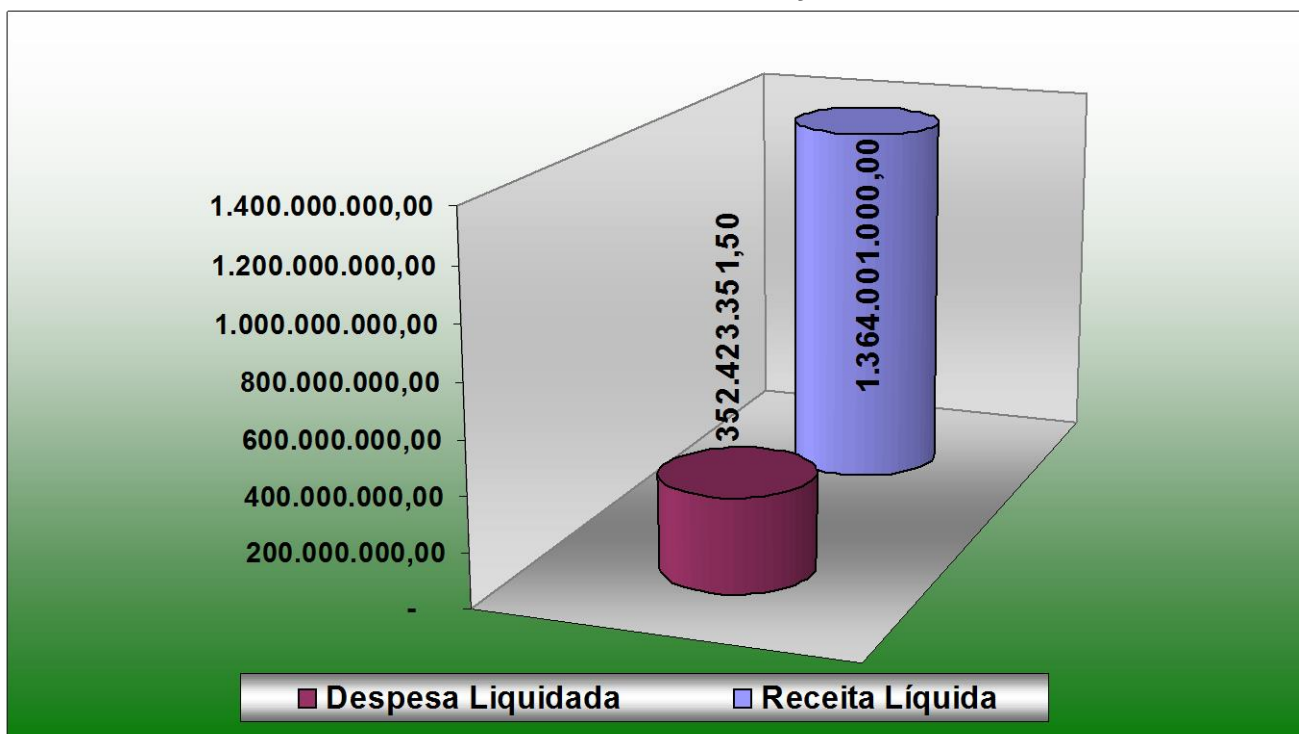


O gráfico acima reflete o esforço do Governo no sentido de manter o equilíbrio das contas públicas, mostrando um **superávit primário** na ordem de **4,9%**, com base nos princípios de racionalidade dos gastos e melhoria na qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, orçamento, finanças e controle.

Limites Constitucionais

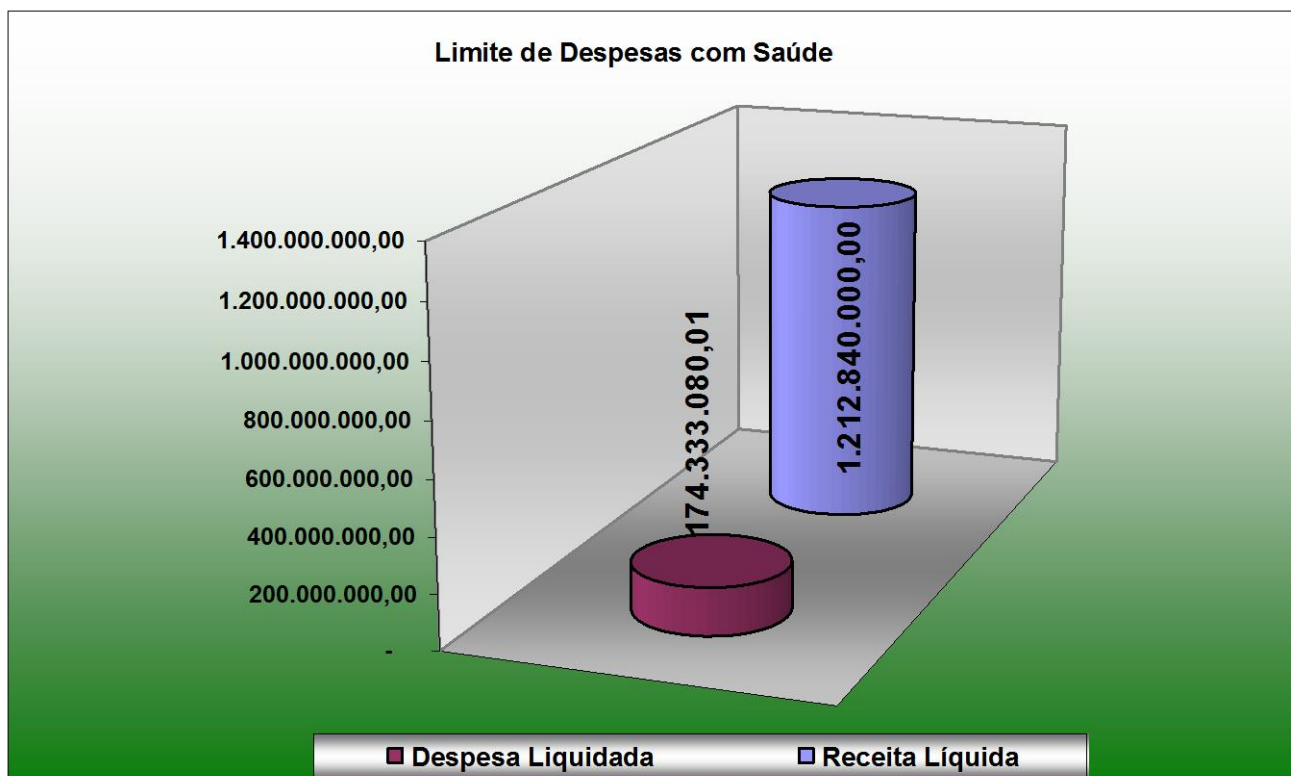
O Governo do Estado também cumpriu com sucesso os percentuais legais estabelecidos para as áreas de Educação e Saúde, conforme os gráficos a seguir demonstrados:

GRÁFICO 04 – LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO E CULTURA



Foram direcionados para manutenção e desenvolvimento do ensino 26,64%, correspondente às despesas pagas em relação à respectiva receita líquida. Esse percentual foi superior ao mínimo exigido pela Constituição Federal.

GRÁFICO 05 – LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE



Em relação à Saúde, o Estado do Tocantins superou o índice determinado pelo § 1º do art. 7º, da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

1.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM, objetivando o controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme os demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 19 – RESUMO FINANCEIRO DA RECEITA E DESPESAS EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.071.470.055,03	ORÇAMENTÁRIA	1.969.910.155,77
CORRENTES	1.730.156.513,44	CORRENTES	1.195.948.805,57
CAPITAL	341.313.541,59	CAPITAL	773.961.350,20
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	358.929.055,65	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	305.026.050,40
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	362.250.557,36	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	517.713.461,87
TOTAL	2.792.649.668,04	TOTAL	2.792.649.668,04

FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

QUADRO 20 - RESUMO DA RECEITA – DESPESAS EM VALORES PERCENTUAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	85,23	ORÇAMENTÁRIA	86,59
CORRENTES	71,19	CORRENTES	52,57
CAPITAL	14,04	CAPITAL	34,02
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14,77	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13,41
TOTAL DA RECEITA	100,00	TOTAL DA DESPESA	100,00

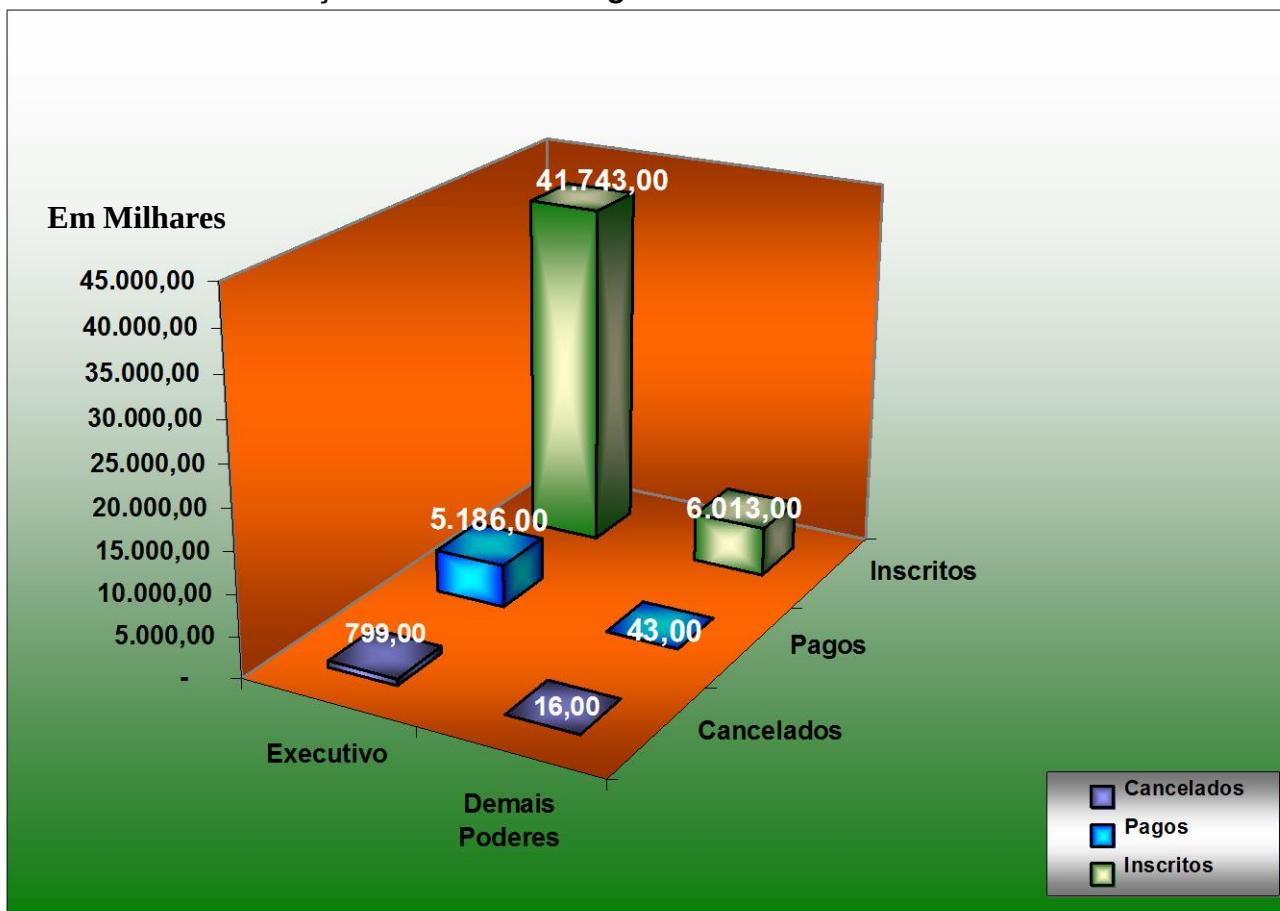
FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros no Estado, destacando-se as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentária) dos pagamentos e recebimentos executados independentes da execução orçamentária (extra-orçamentárias), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **85,23%** correspondente à receita orçamentária e **14,77%** relativos à receita extra-orçamentárias, sendo que a receita orçamentária se subdivide em Receitas Correntes – **71,19%** - e Receitas de Capital – **14,04%**.

Os Dispendios de recursos com Despesa Orçamentária alcançou percentual de **86,59%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **13,41%**. A Despesa Orçamentária se desdobra em Despesas Correntes –**52,57%** e Despesas de Capital – **34,02%**.

GRÁFICO 07- Execução de Restos a Pagar em 2003



Os Restos a Pagar, regulamente registrados e demonstrados no Gráfico n.º 07, estão assim detalhados:

- R\$ 6,044** milhões representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2002;
- R\$ 4,1** milhões foram pagos e o saldo restante cancelado no exercício de 2003;
- R\$ 47,756** milhões correspondem aos Restos a Pagar inscritos em 2003, assim discriminados: no Poder Executivo – **R\$ 41,743** milhões; nos demais Poderes **R\$ 6,013** milhões (fonte: Balanço Geral do Estado Volume I, fls. 094, 245 e 255).

1.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

1.2.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A Gestão patrimonial do Estado mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir:

1.2.1.1 – Resumo Geral do Balanço Patrimonial – 2002/2003 em Relação ao Ativo e ao Passivo

QUADRO 21 - RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO	363.300.873,81	518.670.043,05	PASSIVO FINANCEIRO	17.617.658,54	72.535.043,41
DISPONÍVEL	198.945.467,63	261.689.477,89	DÍVIDA FLUTUANTE	17.617.658,54	72.535.043,41
REALIZÁVEL	164.355.406,18	256.980.565,16	PASSIVO PERMANENTE	874.032.499,23	886.188.075,54
PERMANENTE	763.681.990,85	900.231.466,71	SOMA DO PASSIVO REAL	891.650.157,77	958.722.118,95
SOMA DO ATIVO REAL	1.126.982.864,66	1.418.901.509,76	ATIVO REAL LÍQUIDO	235.332.706,89	460.178.390,81
ATIVO COMPENSADO	984.068.824,47	1.054.095.639,55	PASSIVO COMPENSADO	984.068.824,47	1.054.095.639,55
TOTAL	2.111.051.689,13	2.472.997.149,31	TOTAL	2.111.051.689,13	2.472.997.149,31

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 96

QUADRO 22 – RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM PERCENTUAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO (I)	32,24	36,55	PASSIVO FINANCEIRO	1,56	5,11
DISPONÍVEL	17,65	18,44	PASSIVO PERMANENTE	77,56	62,46
REALIZÁVEL	14,58	18,11	SOMA DO PASSIVO REAL	79,12	67,57
ATIVO PERMANENTE (II)	67,76	63,45	ATIVO REAL LÍQUIDO	20,88	32,43
TOTAL DO ATIVO REAL (I + II)	100,00	100,00	TOTAL PASSIVO (I + II)	100,00	100,00

FONTE: Balanço Geral do Estado - VOLUME I, fl 096

Obs.: 1 - neste resumo não foi considerado o Ativo e Passivo compensado

2 – o total do ativo real é resultado da soma dos percentuais do disponível, realizável e permanente.

2 – o total do passivo é resultado da soma dos percentuais do Passivo financeiro, passivo permanente e ativo real líquido.

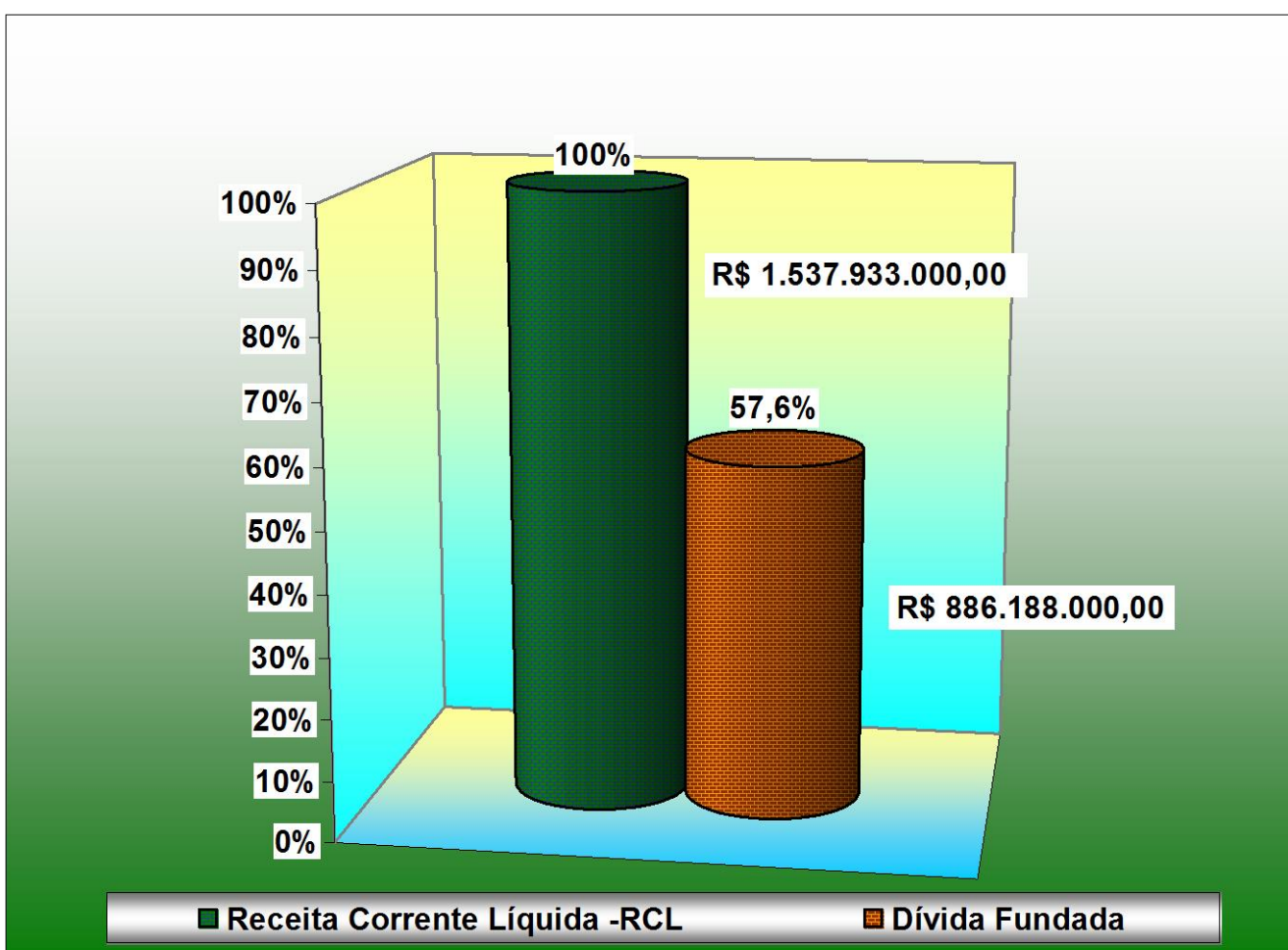
1.2.1.2 – Evolução Patrimonial/2003 – Tomando por Base o Exercício de 2002

QUADRO 23 – PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO PATRIMONIAL DE 2003 EM RELAÇÃO A 2002

ATIVO	% 2003/2002	PASSIVO	% 2003/2002
ATIVO FINANCEIRO	42,47	PASSIVO FINANCEIRO	311,72
DISPONÍVEL	31,54	PASSIVO PERMANENTE	1,39
REALIZÁVEL	56,36	SOMA DO PASSIVO REAL	7,52
PERMANENTE	17,88	ATIVO REAL LÍQUIDO	95,54

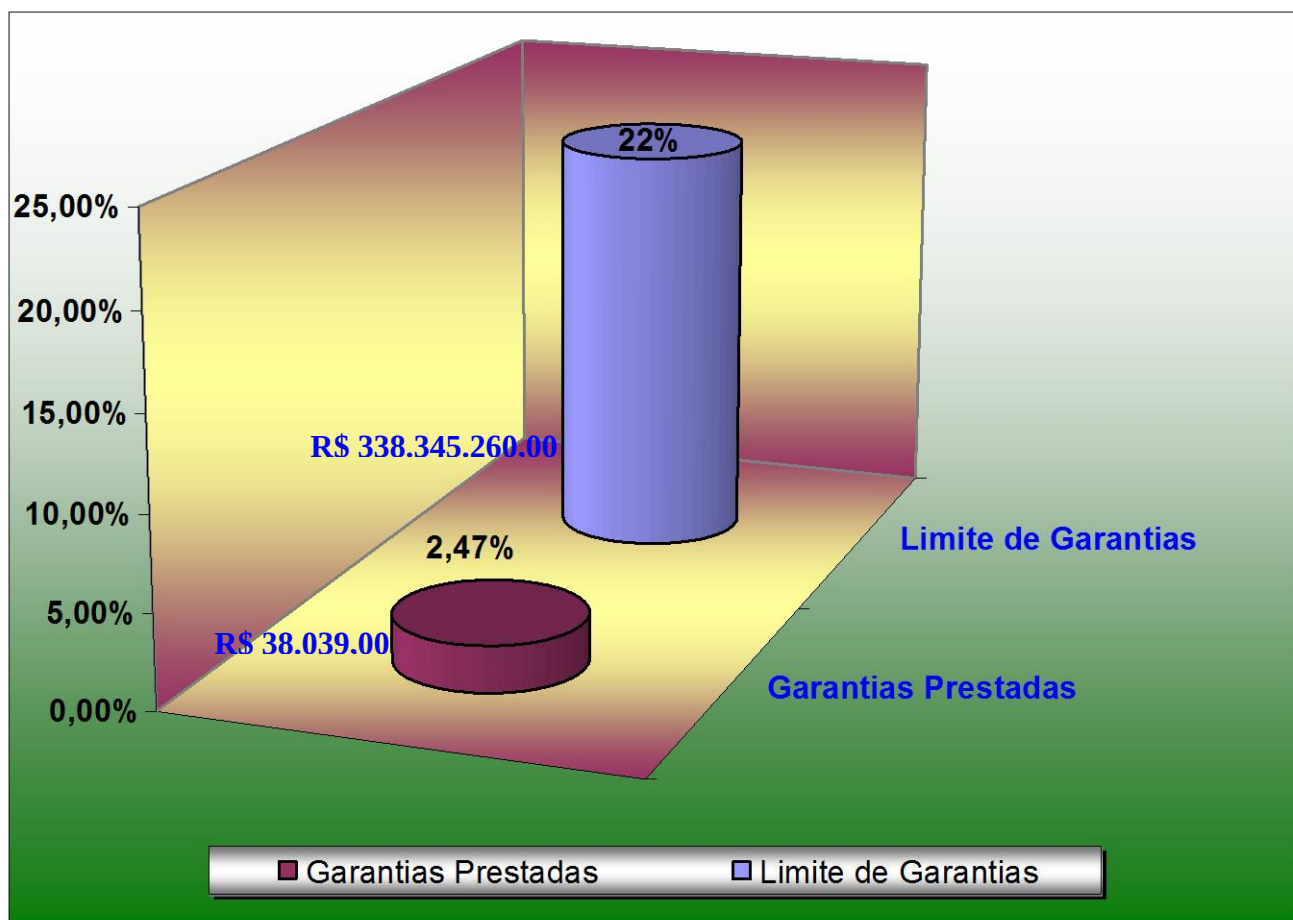
FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 96

GRÁFICO 08 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.º 08 demonstra situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

GRÁFICO 06 – GARANTIAS PRESTADAS PELO ESTADO



O Gráfico de n.º 06 demonstra que as garantias prestadas pelo Estado estão bem abaixo do limite estabelecido em Resolução do Senado Federal.

1.2.1.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2002/2003 - Administração Direta do Poder Executivo

QUADRO 24 – RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO	118.979.786,36	175.501.649,45	PASSIVO FINANCEIRO	15.005.726,91	60.775.041,86
DISPONÍVEL	109.181.363,05	174.883.522,32	DÍVIDA FLUTUANTE	15.005.726,91	60.775.041,86
REALIZÁVEL	9.798.423,31	618.127,13	PASSIVO PERMANENTE	861.049.923,53	873.073.280,49
PERMANENTE	692.329.732,77	794.194.562,51	SOMA DO PASSIVO REAL	876.055.650,44	933.848.322,35
SOMA DO ATIVO REAL	811.309.519,13	969.696.211,96	ATIVO REAL LÍQUIDO	(64.746.131,31)	35.847.889,61
ATIVO COMPENSADO	558.007.231,69	515.163.513,38	PASSIVO COMPENSADO	558.007.231,69	515.163.513,68
TOTAL	1.369.316.750,82	1.484.859.725,34	TOTAL	1.369.316.750,82	1.484.859.725,64

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume II, fl 294

O demonstrativo constante do Quadro n.º 24 evidencia, em 2002, a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas as contas estão assim detalhadas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 18,03%;
- b) Ativo Realizável – 0,06%;
- c) Ativo Permanente – 81,90%;

II – Passivo:

- a) da Dívida Flutuante – 6,27%;
- b) Passivo Permanente – 90,04%;
- c) Ativo Real Líquido – 3,70%.

A situação líquida em 2002 era deficitária em **R\$ 64.746.131,31**, porém em 2003 apresenta uma situação Positiva no valor de **R\$ 35.847.889,61**, revelando uma melhora significativa no resultado do exercício financeiro de 2003.

Observa-se um crescimento em relação ao exercício anterior refletido nas seguintes contas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 60,18%;
- b) Ativo Realizável – (93,69%);
- c) Ativo Permanente – 14,71%;

II – Passivo:

- a) na Dívida Flutuante – 305,01%;
- b) no Passivo Permanente – 1,40%;
- c) Ativo Real Líquido – 155,37%.

1.2.1.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2002/2003 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 25 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO	215.269.577,42	310.128.884,11	PASSIVO FINANCEIRO	522.112,18	3.732.828,49
DISPONÍVEL	60.835.384,04	51.919.585,91	DÍVIDA FLUTUANTE	522.112,18	3.732.828,49
REALIZÁVEL	154.434.193,38	258.209.298,20	PASSIVO PERMANENTE	12.982.575,70	12.114.795,05
PERMANENTE	39.988.896,89	56.375.463,55	SOMA DO PASSIVO REAL	13.504.687,88	16.847.623,54
SOMA DO ATIVO REAL	255.258.474,31	366.504.347,66	ATIVO REAL LÍQUIDO	241.753.786,43	349.656.724,12
ATIVO COMPENSADO	317.191.554,82	401.341.402,69	PASSIVO COMPENSADO		
TOTAL	572.450.029,13	767.845.750,35	TOTAL	255.258.474,31	366.504.347,66

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl.463

O Quadro de n.º 25 evidencia a situação Patrimonial das Autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 14,17%, Realizável 70,45% e no Ativo Permanente – 15,38% e originada em Dívida Flutuante – 1,02%, Passivo Permanente – 3,58% e Ativo Real Líquido – 95,40%. Houve aumento de 44,63% no Ativo Real Líquido em 2003. O que revela uma melhora significativa no resultado do exercício.

O Disponível decresceu 14,66% com relação ao ano anterior, o Permanente aumentou 40,98% e o Realizável, também cresceu 67,20%. Já no Passivo, aconteceu aumento de 614,95% na Dívida Flutuante, 1,02% no Passivo Permanente – e 44,63% no Ativo Real Líquido de.

1.2.1.5 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2002/2003 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 26 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO	3.813,45	116.004,69	PASSIVO FINANCEIRO	5.795,38	71.169,65
DISPONÍVEL	3.813,75	116.004,69	DÍVIDA FLUTUANTE	85.795,38	71.169,65
REALIZÁVEL	(0,30)	0,00	PASSIVO PERMANENTE		
PERMANENTE	480.847,69	1.576.549,17	SOMA DO PASSIVO REAL	85.795,38	71.169,65
SOMA DO ATIVO REAL	484.661,14	1.692.553,86	ATIVO REAL LÍQUIDO	398.865,76	1.621.384,21
ATIVO COMPENSADO	6.500,00	42.398,19	PASSIVO COMPENSADO	6.500,00	42.398,19
TOTAL	491.161,14	1.734.952,05	TOTAL	491.161,14	1.734.952,05

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 637

Este demonstrativo evidencia a situação Patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 6,85% – e Ativo Permanente – 93,15% e originada em Dívida Flutuante – 4,20% – e Ativo Real Líquido – 95,80%. Houve aumento no Ativo Real Líquido do ano de 2002 para o ano de 2003 em 306,50%.

No Ativo houve crescimento no Disponível em 2003 com relação ao ano anterior de 2,941,75% e no Permanente de 227,87%. Já no Passivo, aconteceu queda de 17,05% na Dívida Flutuante e crescimento no Ativo Real Líquido de 306,50%.

1.2.1.6 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2002/2003 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 27 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.002	2.003	TÍTULO	2.002	2.003
ATIVO FINANCEIRO	32.980.821,35	39.564.679,12	PASSIVO FINANCEIRO	5.937.149,14	14.597.177,73
DISPONÍVEL	29.526.892,25	34.770.364,97	DÍVIDA FLUTUANTE	5.937.149,14	14.597.177,73
REALIZÁVEL	3.453.929,10	4.794.314,15	PASSIVO PERMANENTE		
PERMANENTE	30.882.513,80	48.084.891,48	SOMA DO PASSIVO REAL	5.937.149,14	14.597.177,73
SOMA DO ATIVO REAL	63.863.335,15	87.649.570,60	ATIVO REAL LÍQUIDO	57.926.186,01	73.052.392,87
ATIVO COMPENSADO	108.863.537,96	137.548.325,59	PASSIVO COMPENSADO	108.863.537,96	137.548.325,29
TOTAL	172.726.873,11	225.197.896,19	TOTAL	172.726.873,11	225.197.895,89

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl 693

O Quadro de n.º 27 mostrou a situação Patrimonial dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 39,67%, Ativo Realizável – 5,47% – e Ativo Permanente – 54,86% e originada em Dívida Flutuante – 16,65% – e Ativo Real Líquido – 83,35%. Houve aumento no Ativo Real Líquido 26,11%.

Em relação ao ano anterior o Disponível cresceu 17,76%, o Realizável 38,81% e o Permanente 55,70%. Já do lado do Passivo os aumentos foram de 145,86% na Dívida Flutuante e 26,11% no Real Líquido.

1.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira consiste no rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.º 25 de 15 de janeiro de 2003, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2003 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

1.3.2.1 – Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso

QUADRO 28 – PROGRAMACAO FINANCEIRA – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

RECEITAS PREVISTAS													
COMPETÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ICMS	39.750	40.320	38.350	40.424	41.828	42348	43.337	48.588	47.444	47.912	46.976	42.660	519.937
IPVA	1.220	1.303	1.384	1.519	1.368	1.320	1.337	1.429	1.533	1.697	1.697	1.697	17.524
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	6.293	5.652	4.994	5.610	6.446	6.376	6.017	6.012	6.135	6.712	6.789	11.465	78.501
TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS	47.263	47.275	44.728	47.553	49.642	50.044	50.691	56.029	55.132	56.321	55.462	55.822	615.962
Receita Patrimonial	3.288	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	3.289	39.467
Receita de Serviço	183	183	183	184	184	184	184	184	184	184	184	184	2.205
Transferência Constitucionais (FPE)	83.535	84.621	70.235	73.814	83.871	65.103	65.283	64.924	71.030	81.447	76.597	77.517	897.977
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	5.437	5.437	5.437	5.437	5.437	5.437	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	5.438	65.250
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	88.972	90.058	75.672	79.251	89.308	70.540	70.721	70.362	76.468	86.885	82.035	82.955	963.227
TOTAL RECEITAS	139.706	140.805	123.872	130.277	142.423	124.057	124.885	129.864	135.073	146.679	140.970	142.250	1.620.861
Dedução para o FUNDEF	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(16.141)	(193.692)
Transferência do FUNDEF	11.676	11.676	11.676	11.676	11.676	11.676	11.676	11.675	11.675	11.675	11.675	11.675	140.107
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	135.241	136.340	119.407	125.812	137.958	119.592	120.420	125.398	130.607	142.213	136.504	137.784	1.567.276

FONTE: SEFAZ (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal)

QUADRO 29 – CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO– JANEIRO A DEZEMBRO/2003

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO													
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	2.311	2.554	7.536	5.399	29.690	2.368	2.382	2.628	7.572	5.072	30.216	2.458	100.186
Pessoal e Encargos Sociais	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	47.606	95.212	618.878
Pioneiros Mirins/Bolsa Cidadã	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	2.795	33.540
PIS/PASEP	1.060	1.069	1.052	977	1.062	1.903	1.905	1.902	1.954	1.042	1.001	1.009	11.936
Quota Custeio	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	60.000
Transferência a Municípios IPVA	610	652	692	760	684	660	669	715	777	849	849	849	8.766
Transferência a Municípios ICMS	10.078	10.220	9.728	10.246	10.597	10.727	10.974	12.278	12.001	12.118	11.884	10.805	131.665
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	69.460	69.896	74.409	72.783	97.434	70.059	70.331	71.933	76.705	74.482	9.351	118.128	964.971
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	65.781	66.444	44.998	53.028	40.524	49.533	50.089	53.465	53.902	67.731	37.153	19.656	602.305

FONTE: SEFAZ (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal)

1.3.2.2 – Resumo de Disponibilidade Financeira

QUADRO 30 – RESUMO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2003

DESCRIÇÃO	GERAL DO ESTADO (1)	IPETINS (2)	(1) - (2)
ATIVO DISPONÍVEL	518.670,04	256.104,00	262.566,04
BANCO CONTA MOVIMENTO	155.250,79	80,00	155.170,79
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO	106.438,69		106.438,69

PRAZO			
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LONGO PRAZO	256.023,98	256.024,00	(0,02)
OUTRAS DISPONIBILIDADES	956,58		956,58
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	70.793,67	228,00	70.565,67
RESTOS A PAGAR	47.755,93	201,00	47.554,93
DEPÓSITOS DE OUTRAS ORIGENS	257,88	27,00	230,88
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	22.779,86		22.779,86
CONSIGNAÇÕES	17.018,82		17.018,82
CAUÇÃO	864,27		864,27
OUTROS CRDORES	281,50		281,50
VALORES EM TRÂNSITOS	288,64		288,64
TAXA DE RISCO	461,26		461,26
DEPÓSITOS JUDICIAIS	3.865,36		3.865,36
TOTAL	447.876,37	255.876,00	192.000,37

FONTE – Balancete Geral do Estado - 2003

1.3.2.3 – Resumo do Balanço Financeiro - Consolidado da Administração Direta do Poder Executivo

QUADRO 31 – RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	1.785.112.240,22	ORÇAMENTÁRIA	1.176.622.963,48
RECEITAS CORRENTES	1.584.625.668,10		
RECEITAS DE CAPITAL	200.486.572,12		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.633.000,00	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	598.455.737,81
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	291.394.682,86	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	247.550.484,13
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	262.517.266,64	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	217.120.278,81
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	28.315.236,65	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	28.332.445,00
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	562.179,57	VARIAÇÃO CAMBIAL	2.097.760,32
SALDO DO PER. ANTERIOR	118.372.784,66	SALDO PER. SEGUINTE	174.883.522,32
DISPONÍVEL	108.112.950,87	DISPONÍVEL	94.037.044,87
APLICAÇÕES FINANCEIRA	466.426,72	APLICAÇÕES FINANCEIRA	80.846.477,45
TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA	601.985,46		
RECURSOS A RECEBER	9.191.421,61		
TOTAL	2.197.512.707,74	TOTAL	2.197.512.707,74

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume II, fl 290

O Quadro de n.º 31 demonstra a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 174.883.522,32.

1.3.2.4 - Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 32 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	244.293.996,61	ORÇAMENTÁRIA	584.513.449,32
RECEITAS CORRENTES	115.441.130,33		
RECEITAS DE CAPITAL	128.852.866,28		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	434.189.950,27	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.633.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.832.765,68	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.573.760,05
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	24.586.685,95	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	20.999.084,61
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.246.079,73	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.574.618,49
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		OUTROS	56,95
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	214.347.066,70	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	307.943.569,89
DISPONÍVEL	60.137.261,70	DISPONÍVEL	26.327.373,49
APLICAÇÕES FINANCEIRA	698.122,34	APLICAÇÕES FINANCEIRA	25.592.212,42
APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO	153.511.682,66	APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO	256.023.983,98
RECURSOS A RECEBER			
TOTAL	918.663.779,26	TOTAL	918.663.779,26

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 459

O Quadro de n.º 32 demonstra a situação financeira da Administração Indireta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 307.943.569,89.

1.3.2.5 – Resumo do Balanço Financeiro 2003 – Consolidado – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 33 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	52.104,90	ORÇAMENTÁRIA	3.339.511,50
RECEITAS CORRENTES	52.104,90		
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.410.174,96	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	387.686,56	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	399.263,98
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	311.847,56	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	323.424,98

RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	75.839,00	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS OUTROS	75.839,00
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	3.813,75	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	116.004,69
DISPONÍVEL APLICAÇÕES FINANCEIRA APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO RECURSOS A RECEBER	3.813,75	DISPONÍVEL APLICAÇÕES FINANCEIRA APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO	116.004,69
TOTAL	3.854.780,17	TOTAL	3.854.780,17

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 633

O Quadro de n.º 33 demonstra a situação financeira da Administração Indireta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 116.004,69.

1.3.2.6 - Resumo do Balanço Financeiro 2003 – Consolidado – Fundos do Poder Executivo

QUADRO 34 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	42.010.713,30	ORÇAMENTÁRIA	205.434.231,47
RECEITAS CORRENTES	30.036.610,11		
RECEITAS DE CAPITAL	11.974.103,19		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	160.855.612,58	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	51.895.738,85	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	44.084.360,54
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	7.771.035,90	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	38.495.055,27
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.124.702,95	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS OUTROS	5.589.305,27
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	29.526.892,25	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	34.770.364,97
DISPONÍVEL APLICAÇÕES FINANCEIRA APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO RECURSOS A RECEBER	29.526.892,25	DISPONÍVEL APLICAÇÕES FINANCEIRA APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO	34.770.364,97
TOTAL	284.288.956,98	TOTAL	284.288.956,98

FONTE: Balanço Geral do Estado - VOLUME IV, fl 689

O Quadro de n.º 34 demonstra a situação financeira da Administração Indireta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 34.770.364,97.

2. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.º 1.124, de 1º de fevereiro de 2000, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e das unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

2.1. Unidades da Administração Direta

A Administração Direta, composta por 25 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas:

2.1.1 Gabinete do Governador

O Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, define as seguintes atribuições do Gabinete do Governador:

I - assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;

II - a administração e finanças:

a) do Palácio do Governo;

b) da Residência Oficial do Governador;

c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;

III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e as instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim, da execução das políticas de governo;

IV - o cerimonial público;

V - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;

VI - o acompanhamento da execução das determinações providas do Governador do Estado;

VII - através da Superintendência de informática:

a) a proposição:

1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;

2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;

b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;

c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;

d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;

e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;

f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;

g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);

h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;

i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:

1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;

2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, *software* e serviços referentes a utilização dos recursos de tecnologia da informação;

j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada

As atribuições do Gabinete do Governador foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo e Previdência Social**. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 18.194.730,00**, com execução de 93%, ou seja, **R\$ 16.947.204,31**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 35 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.754.662,00	3.943.841,53	83	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	4.015.568,00	3.763.267,53	94	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	7.973.480,00	7.883.068,40	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	1.311.520,00	1.219.013,25	93	ND	ND
SUB-TOTAL		18.055.230,00	16.809.190,71	93		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Gabinete do Governador

QUADRO 36 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	139.500,00	138.013,60	99	ND	ND
SUB-TOTAL		139.500,00	138.013,60	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Gabinete do Governador

TOTAL DOS PROGRAMAS	18.194.730,00	16.947.204,31	93	
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.2 Casa Civil

A Lei n.º 1.124, de 1º de fevereiro de 2000, integrou a Casa Civil na Estrutura Básica do Poder Executivo e o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, estabeleceu a sua Estrutura Operacional com as seguintes atribuições:

I - assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

II - verificação prévia da constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

III - o acompanhamento de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

IV - a veiculação dos atos oficiais;

V - o controle e a guarda dos atos do Governador do Estado.

As atribuições da Casa Civil foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos autorizados, na ordem de **R\$ 2.388.572,00**, tiveram execução de 87%, ou seja, **R\$ 2.095.503,80**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 37 - Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.						
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.388.572,00	1.222.343,01	88,03	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	50.000,00	17.053,14	34,11	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	850.000,00	813.952,11	95,76	ND	ND
2003	Ações de Informática	100.000,00	42.155,54	42,16	ND	ND
TOTAL		2.388.572,00	2.095.503,80	87		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Casa Civil

2.1.3 Comando Geral da Polícia Militar

O Comando Geral da Polícia Militar, como órgão integrante da Estrutura Básica do Poder Executivo, tem suas atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Complementar Estadual n.º 03, de 26 de novembro de 1990, e executou suas ações por meio dos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 91.827.563,00** e executados **R\$ 79.555.621,43**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 38 - Execução do Programa 085 - POLÍCIA COMUNITÁRIA

Objetivo: **Reduzir os índices de criminalidade, assegurando uma vida mais tranqüila e digna ao cidadão tocantinense, intensificando as ações de policiamento ostensivo preventivo e/ou repressivo.**

Indicador Específico: **Índice de criminalidade**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **27** Índice desejado no final do PPA: **5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1094	Implantação da Polícia Comunitária	2.724.297,00	1.505.752,49	55	5	5
SUB-TOTAL		2.724.297,00	1.505.752,49	55		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 39 – Execução do Programa 086 - COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Objetivo: **Combater o Crime Organizado**

Indicador Específico: **Intensificação do Policiamento Ostensivo em Áreas Críticas**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **5**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do Crime Organizado**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1056	Aparelhamento de Pelotões nas divisas do Estado	800.000,00	0,00	0	4	0
1095	Implantação do CIOPEs	0,00	0,00	0	1	0
1096	Implantação da Polícia Rodoviária Estadual	400.000,00	0,00	0	5	0
1097	Implantação do Serviço de Inteligência	655.530,00	0,00	0	3	0
SUB-TOTAL		1.855.530,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 40 – Execução do Programa 087 - MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Objetivo: Dotar a PM de infra-estrutura moderna e de pessoal qualificado para atender eficazmente as demandas internas e externas.

1º Indicador Específico: Percentual dos recursos captados destinados ao reequipamento da PM.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 100

2º Indicador Específico: Taxa de delegacias de polícia e penitenciárias beneficiadas.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 75

3º Indicador Específico: Percentual de policiais atendidos.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 100

4º Indicador Específico: Aquisição de Fardamento.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 100

5º Indicador Específico: Índice de fornecimento de fardamento.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 100

6º Indicador Específico: Capacitação do efetivo da polícia militar.

Unidade de Medida: Unidade

Índice mais recente: 0,2 Índice desejado no final do PPA: 0,7

7º Indicador Específico: Construção da sede do Quartel do Comando Geral.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND Índice desejado no final do PPA: 0,7

8º Indicador Específico: Percentual de aceitação da atuação da PM.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **0,7**

9º Indicador Específico: **Taxa de crimes praticados pelos policiais militares.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **0**

10º Indicador Específico: **Índice de capacitação dos policiais militares.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **40**

11º Indicador Específico: **Grau de satisfação interna.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **0,7**

12º Indicador Específico: **Índice de policial militar qualificado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **46,6** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Uti.	Prev.	Exec.
1067	Construção de Habitações Funcionais para Policiais Militares	962.270,00	0,00	0	100	0
1068	Reforma e ampliação de Unidades da Polícia Militar	0,00	0,00	0	3	0
1093	Reaparelhamento da Polícia Militar	3.281.654,00	3.011.100,03	92	30	30
1098	Ampliação do efetivo da Polícia Militar	361.725,00	361.725,00	100	250	436
1099	Implantação da Corregedoria da Polícia Militar	200.000,00	0,00	0	8	0
1100	Implantação do Serviço de Policiamento Aéreo	1.902.499,00	0,00	0	1	0
1101	Implantação da Companhia de Policiamento Turístico	1.500.000,00	0,00	0	1	0
1102	Construção de Quartéis para a Polícia Militar do Estado do Tocantins	65.358,00	65.357,93	99,9	4	1
2206	Capacitação do Efetivo da Polícia Militar	556.099,00	409.718,23	74	20	31
2208	Promoção de Assistência Psicossocial aos Policiais Militares	9.500,00	8.795,45	92	15	2
SUB-TOTAL		8.839.105,00	3.856.696,64	44		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 41 – Execução do Programa 089 - DEFESA CONTRA SINISTROS

Objetivo: **Promover o atendimento das necessidades da população em situação de sinistro.**

Indicador Específico: **Taxa de ocorrências de sinistros.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2203	Aparelhamento da Companhia do Corpo de Bombeiros	2.033.328,00	155.180,00	8	15	15
2210	Atendimento à população em situações emergenciais	0,00	0,00	0	3	0
SUB-TOTAL		2.033.328,00	155.180,00	8		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 42 – Execução do Programa 164 - CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL

Objetivo: **Minimizar os impactos ambientais causados pelas atividades modificadoras do meio ambiente e pela exploração desordenada dos recursos naturais.**

Indicador Específico: **Taxa de empreendimentos e/ou atividades potencialmente modificadoras das condições ambientais fiscalizadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2205	Policiamento ambiental nos municípios	1.192.408,00	156.490,94	13	139	6
SUB-TOTAL		1.192.408,00	156.490,94	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 43 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.869.490,00	3.810.593,12	98	ND	ND

2002	Manutenção de Serviços de Transportes	3.883.250,00	3.784.347,69	97	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	59.740.042,00	59.724.020,85	95	ND	ND
2003	Ações de Informática	124.604,00	98.492,72	79	ND	ND
SUB-TOTAL		67.617.386,00	67.417.454,38	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 44 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	5.920.507,00	5.911.005,36	99	ND	ND
SUB-TOTAL		5.920.507,00	5.911.005,36	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Comando Geral da Polícia Militar

TOTAL DOS PROGRAMAS	91.827.563,00	79.555.621,43	86,6	
----------------------------	----------------------	----------------------	-------------	--

2.1.4 Controladoria-Geral do Estado

A Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Decreto nº 1.719/2003 e da Lei nº 1.415/2003 que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tem as seguintes competências:

I – assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo;

II – fiscalizar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas, avaliando metas, objetivos e qualidade do gerenciamento;

III – avaliar a execução dos orçamentos do Estado e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV – acompanhar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado;

V – solicitar informações gerenciais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades previstas nos orçamentos do Estado

VI – fazer auditoria:

- a) da gestão dos recursos públicos;
- b) dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, administrativo e operacional;

VII – verificar a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, promovendo junto à unidade responsável pela contabilidade as providências de saneamento necessárias;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas sobre responsabilidade fiscal;

XI – acompanhar e fiscalizar o fechamento das contas mensais dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

X – realizar inspeções e avocar procedimentos em curso na Administração Pública Estadual, para exame da regularidade, propondo providências saneadoras;

XI – emitir certificado de auditoria, relatório e parecer sobre:

- a) a prestação de contas anual do Governador antes do encaminhamento ao Poder Legislativo;

- b) as contas anuais dos gestores das unidades orçamentárias do Poder Executivo;

XII – estabelecer os procedimentos e metodologias para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XIII – acompanhar a formulação e elaboração:

- a) do planejamento estratégico estadual;
- b) dos planos estaduais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;
- c) do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;

XIV – acompanhar a situação dos arrecadadores de receitas, ordenadores de despesas ou de alguém por estes, e dos que administrem ou detenham bens ou valores pertencentes ou confiados à guarda da Fazenda Pública do Estado;

XV – adotar, pelos meios internos e externos previstos na legislação, as providências necessárias à apuração de responsabilidade e à punição dos infratores.

As atribuições da Controladoria-Geral foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos, autorizados na ordem de **R\$ 1.033.000,00**, tiveram execução de **R\$ 897.867,75**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 45 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	153.957,00	116.680,72	75	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	64.400,00	9.407,05	14	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	771.643,00	739.838,97	96	ND	ND
2003	Ações de Informática	43.000,00	31.941,01	74	ND	ND
TOTAL		1.033.000,00	897.867,75	86		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Controladoria-Geral do Estado

2.1.5 Secretaria de Representação do Estado

Consoante Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, a Secretaria de Representação do Estado, em Brasília, tem suas competências assim definidas:

a) representar institucional e politicamente o Estado e o Governo:

I - em caráter exclusivo, perante:

a) os órgãos e entidades federais e dos demais Estados, inclusive os regionais de desenvolvimento;

b) as embaixadas e organismos estrangeiros acreditados no País;

II - em caráter supletivo, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos, autorizados na ordem de **R\$ 1.963.500,00**, tiveram execução de **R\$ 1.804.435,88**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 46 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	338.200,00	274.743,69	81	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	95.300,00	55.626,03	60	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	1.487.000,00	1.439.556,38	97	ND	ND
2003	Ações de Informática	43.000,00	34.509,78	80	ND	ND
TOTAL		1.963.500,00	1.804.435,88	92		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Representação

2.1.6 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989, na Seção II Art. 51, tem competências e atribuições estabelecidas nas seguintes leis complementares:

- a) Lei Complementar n.º 007, de 05 de janeiro de 1994;
- b) Lei Complementar n.º 020, de 17 de junho de 1999, D. O. n.º 816, de 22 de junho de 1999;
- c) Lei Complementar n.º 030, de 24 de janeiro de 2002, D. O. n.º 1128, de 24 de janeiro de 2002.

As atribuições da Procuradoria Geral do Estado foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 4.099.000,00**, com execução de **R\$ 4.052.434,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 47 – Execução do Programa 104 - DEFESA JURÍDICA NO ESTADO

Objetivo: **Defender juridicamente ações judiciais que envolvam o Poder Executivo.**

Indicador Específico: **Taxa de processos agilizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **80**

Índice desejado no final do PPA: **99**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2019	Adequação do espaço físico das Procuradorias	0,00	0,00	0	6	0
2022	Atualização do acervo bibliográfico	1.000,00	443,00	44	50	11
2023	Capacitação de servidores públicos	1.000,00	1.000,00	100	20	1
2024	Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado	3.000,00	2.097,22	70	25	5
2025	Implantação do Sistema Integrado da Administração Fazendária	0,00	0,00	0	100	0
2026	Implantação de Regionais	0,00	0,00	0	2	0
SUB-TOTAL		5.000,00	3.540,22	71		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 48 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	434.695,00	417.256,97	96	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	46.000,00	38.752,25	84	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	3.249.105,00	3.240.614,37	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	36.200,00	26.042,60	72	ND	ND
SUB-TOTAL		3.766.000,00	3.722.666,19	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 49 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	328.000,00	326.277,71	99	ND	ND
SUB-TOTAL		328.000,00	326.277,71	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Procuradoria Geral do Estado

TOTAL DOS PROGRAMAS		4.099.000,00	4.052.431,12	99		
---------------------	--	--------------	--------------	----	--	--

2.1.7 Casa Militar

As competências e atribuições da Casa Militar, com as modificações constantes do Decreto n.º 1.710, de 20 de fevereiro de 2003, são as seguintes:

I- zelar pela segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e respectivos familiares;

II- zelar pela segurança de outras autoridades ou personalidades que foram determinadas pelo Governador do Estado;

III- zelar pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais;

IV- assessorar diretamente o Governo do Estado em assuntos militares;

V- coordenar as atividades de Inteligência Estadual e de Segurança das comunicações;

VI- prevenir e articular o gerenciamento de crises em caso de greve e iminente ameaça à estabilidade institucional;

VII- coordenar e integrar as ações relacionadas às atividades de defesa civil.

As atribuições da Casa Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos, autorizados na ordem de **R\$ 2.288.001,00**, tiveram execução de **R\$ 1.756.651,86**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 50 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.085.001,00	930.615,36	86	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	435.500,00	317.655,42	73	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	650.000,00	455.794,14	70	ND	ND
2003	Ações de Informática	117.500,00	52.586,94	45	ND	ND
TOTAL		2.288.001,00	1.756.651,86	76		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Casa Militar

2.1.8 Secretaria da Administração

Nos termos do Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, as atribuições e competências da Secretaria da Administração estão assim definidas:

I- orientação normativa e o controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal e patrimônio;

II- registro, o controle, a gestão e a concessão dos direitos e deveres dos servidores do Estado;

III- desenvolvimento organizacional no âmbito da Administração Pública;

IV- recrutamento, a seleção, o planejamento e o desenvolvimento dos recursos humanos do Poder Executivo;

V- correição administrativa e o regime disciplinar dos servidores do Estado;

VI- supervisão e o controle dos níveis de desempenho, produtividade e eficiência dos servidores Poder Executivo;

VII- elaboração das políticas e gestão das ações em atenção ao cidadão;

VIII- planejamento e gestão previdenciária;

IX- administração geral da Unidade de Capacitação Funcional e do Almojarifado Central do Poder Executivo;

X- planejamento e gestão da Escola de Governo.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo e Previdência Social**. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 5.881.200,00**, com execução de **R\$ 5.538.434,56**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 51 –Execução do Programa 195 – APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	922.000,00	800.124,98	87	ND	ND

2002	Manutenção de Serviços de Transportes	30.000,00	14.626,46	49	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	4.174.000,00	4.044.375,71	97	ND	ND
2003	Ações de Informática	725.000,00	668.715,86	92	ND	ND
SUB-TOTAL		5.851.000,00	5.527.843,01	94		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Administração

QUADRO 52 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.						
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	30.200,00	10.813,55	36	ND	ND
SUB-TOTAL		30.200,00	10.813,55	36		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Administração

TOTAL DOS PROGRAMAS	5.881.200,00	5.538.656,56	94			
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--	--	--

2.1.9 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Com a publicação do Decreto nº 1.767, de 11 de junho de 2003, as competências e atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram redefinidas na forma a seguir:

I – o planejamento, o gerenciamento e a execução das políticas voltadas para:

- 1 – o fomento das atividades e pesquisas da agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aquicultura, fruticultura e abastecimento;
- 2 – a vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal;
- 3 – a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários;
- 4 – o cooperativismo e o associativismo rural;
- 5 – a assistência técnica e a extensão rural;
- 6 – o apoio ao empresário ou investidor rural;

- 7 – os assuntos fundiários do Estado;
- II – o acompanhamento meteorológico e climatológico;
- III – a captação e a difusão tecnológicas nas áreas da agropecuária e de armazenagem;
- IV – a normatização e o controle de qualidade dos produtos agropecuários;
- V – a informação agrícola;
- VI – gestão do aproveitamento hidro-agrícola;
- VII – a fiscalização dos insumos;
- VIII – a classificação e a inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;
- IX – a proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- X – promover e coordenar as políticas de municipalização do planejamento da agropecuária;
- XI – fomentar a produção e a comercialização da atividade de cultura do coco babaçu.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e quatorze finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 39.436.663,00**, com execução de **R\$ 11.881.891,86**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 53 – Execução do Programa 033 - PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO

Objetivo: **Aumentar a produção de grãos e frutas irrigadas no Estado.**

Indicador Específico: **Grau de satisfação do usuário**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1015	Implantação da Estação de drenagem do subprojeto Formoso	535.113,00	535.112,04	99	1	0
1017	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto Manoel Alves	2.586.600,00	2.586.544,94	99	1	0

1024	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto São João	0,00	0,00	0	1	0
1025	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto Sampaio	0,00	0,00	0	1	0
1026	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto piloto Gurita	2.119.500,00	2.119.379,32	99	1	0
1028	Implantação de infra-estrutura hídrica do sub-projeto Xavante	0,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		5.241.213,00	5.241.036,30	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 54 – Execução do Programa 043 - CONSERVAÇÃO E CORREÇÃO DE SOLOS

Objetivo: **Promover a melhoria da qualidade do solo do Estado, contribuindo para o desenvolvimento das atividades agropecuárias para o pequeno e médio produtor rural.**

Indicador Específico: **Índice de curvas de níveis utilizadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1027	Conservação do solo e micro-bacias hidrográficas	225.500,00	0,00	0	1500	0
2121	Apoio aos produtores rurais com corretivos e fertilizantes	50.000,00	0,00	0	100	0
SUB-TOTAL		275.500,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 55 – Execução do Programa 041 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUÁRIO

Objetivo: **Estimular e apoiar o processo de geração, difusão e adaptação de tecnologia agrícola, para elevar a produção e a rentabilidade do setor.**

Indicador Específico: **Taxa de pesquisa desenvolvida.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **67** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1033	Realização de eventos técnicos	486.120,00	0,00	0	6	5
1054	Implantação de laboratório rural central	245.121,00	0,00	0	1	0

1059	Implantação de unidades demonstrativas	448.929,00	203.725,69	45	12	12
1060	Implantação e realização da Agrotins	600.379,00	415.181,12	69	1	1
SUB-TOTAL		1.780.549,00	618.906,81	35		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 56 – Execução do Programa 042 - PRODUÇÃO VEGETAL

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a diversificação da produção agrícola, no sentido de alavancar a economia das comunidades rurais, através da geração de empregos e aumento da produção e produtividade.

Indicador Específico: Taxa de aumento da produção.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: 21

Índice desejado no final do PPA: 38

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1029	Implantação de rede de distribuição de energia elétrica rural – Eletrificação Rural	1.061.830,00	868.848,13	82	200	31,85
1032	Implantação de áreas demonstrativas	3.500,00	0,00	0	12	7
2122	Preparo do solo – PRORURAL	13.000,00	0,00	0	100	0
2124	Apoio às escolas agrotécnicas	13.200,00	0,00	0	3	0
2126	Implantação de hortas-caseira, escolar, comunitária e demonstrativa – Projeto Quintal Verde	229.000,00	178.036,70	78	11.500	0
2127	Produção de informativos técnicos	20.000,00	0,00	0	10.000	0
2128	Produção de mudas	25.000,00	0,00	0	35.000	0
2129	Promoção plantio de novas culturas no Estado	43.500,00	23.500,00	54	40	24
SUB-TOTAL		1.409.030,00	1.070.384,83	76		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 57 – Execução do Programa 218 - PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA - PROFRUTA

Objetivo: Desenvolver ações para a implantação e consolidação de pólos de produção de frutas no TO, em torno de 03 objetivos: 1) executar 05 atividades estratégicas de fomento a fruticultura; 2) executar 04 atividades estratégicas para a consolidação da agroindústria e comercialização de frutas; 3) executar 08 atividades estratégicas em informação e tecnologia em fruticultura.

Indicador Específico: Taxa de crescimento de área plantada com frutíferas.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: 16

Índice desejado no final do PPA: 80

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2458	Realização de cadastro de produtores e viveiristas no Tocantins	10.000,00	0,00	0	1	1
2459	Apoio a implantação de projetos de fruticultura no Tocantins	7.000,00	0,00	0	2	1
2460	Realização de eventos junto ao programa, estação de prevenção e controle de pragas	10.000,00	0,00	0	3	0
2462	Realização de eventos de integração institucional	15.000,00	0,00	0	3	2
2463	Apoio a projetos de agroindústria	8.500,00	0,00	0	5	0
2464	Apoio aos projetos da central de hortifrutigranjeiros em Palmas	3.000,00	0,00	0	1	0
2465	Apoio a ações de classificação e certificação de frutas	10.000,00	0,00	0	3	0
2466	Apoio a participação de associados em eventos nacionais	10.000,00	0,00	0	3	0
2467	Implantação de unidades demonstrativas de fruticultura	10.000,00	0,00	0	3	0
2468	Realização de eventos e treinamentos e capacitação	10.000,00	0,00	0	25	0
2473	Elaboração de programas de desenvolvimento tecnológico da fruticultura do Tocantins	5.000,00	0,00	0	1	0
2474	Elaboração do zoneamento ecológico-econômico da fruticultura no Tocantins	5.000,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		103.500,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 58 – Execução do Programa 047 - FOMENTO À PECUÁRIA DE CORTE

Objetivo: **Promover o aumento da produção e produtividade do rebanho de corte do Tocantins.**

Indicador Específico: **Taxa de desfrute do rebanho de corte.**

Unidade de Medida: **Idade de abate (16@/mês)**

Índice mais recente: **42**

Índice desejado no final do PPA: **24**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2137	Implantação do centro de transferência de embriões	135.000,00	0,00	0	1	
SUB-TOTAL		135.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 59 – Execução do Programa 048 - FOMENTO A BUBALINOCULTURA

Objetivo: **Aproveitar as condições naturais adversas de determinadas regiões, com uma atividade rústica e potencialmente lucrativa.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do rebanho.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **62**

Índice desejado no final do PPA: **85**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2136	Implantação de módulo econômico da bubalinocultura	232.377,00	0,00	0	2	
SUB-TOTAL		232.377,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 60 – Execução do Programa 049 – DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA

Objetivo: **Promover o desenvolvimento da atividade através do aumento da produção, como forma de melhorar a alimentação e a renda do produtor rural.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do rebanho.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **100**

Índice desejado no final do PPA: **155**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2135	Implantação de módulo e irradiador econômico e social	260.000,00	112.419,77	43	3	
SUB-TOTAL		260.000,00	112.419,77	43		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 61 – Execução do Programa 052 - DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

Objetivo: **Promover o desenvolvimento à aquicultura no Estado, como forma de melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais e dos consumidores.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento da produção aquícola.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **100** Índice desejado no final do PPA: **300**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1030	Projeto piloto de construção de viveiros	15.450,00	0,00	0	5	0
1031	Implantação do centro aquícola	56.544,00	17.424,36	31	20%	0
2141	Desenvolvimento do marketing aquícola	15.000,00	0,00	0	50	1
2147	Realização do II diagnóstico aquícola e I de pesca	15.000,00	0,00	0	1	0
2505	Realização de censo aquícola	30.000,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		131.994,00	17.424,36	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 62 – Execução do Programa 102 - FOMENTO À BACIA LEITEIRA

Objetivo: **Incrementar a bovinocultura de leite no Estado.**

Indicador Específico: **Taxa de produtores atendidos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2456	Melhoramento genético do rebanho	100.400,00	6.584,73	6	25	
SUB-TOTAL		100.400,00	6.584,73	6		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 63 – Execução do Programa 210 - DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA TOCANTINENSE

Objetivo: **Melhorar em quantidade e qualidade os produtos apícolas.**

Indicador Específico: **Produção de produtos apícolas obtidos.**

Unidade de Medida: **Kg/colméia/ano**

Índice mais recente: **20**

Índice desejado no final do PPA: **50**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2476	Implantação de módulo de produção	24.513,00	0,00	0	4	
SUB-TOTAL		24.513,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 64 – Execução do Programa 044 - CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Objetivo: **Promover a inspeção, fiscalização e padronização dos produtos e subprodutos de origem vegetal, quanto aos aspectos higiênico-sanitários, qualidade e padronização para a comercialização.**

Indicador Específico: **Produtos de origem vegetal classificados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **43**

Índice desejado no final do PPA: **50**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2111	Classificação de produtos de origem vegetal	121.500,00	53.643,31	44	60.000	24.211,88
2112	Reciclagem de classificadores	13.015,00	0,00	0	10	0
SUB-TOTAL		134.515,00	53.643,31	40		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 65 – Execução do Programa 053 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Objetivo: **Incentivar a formação de sistemas cooperativistas e associativistas, como forma de organização dos produtores rurais, promovendo o agribusiness associado e o fortalecimento gerencial e econômico das organizações rurais.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do número de associações e cooperativas cadastradas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **10**

Índice desejado no final do PPA: **65**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2113	Constituição, cadastramento e acompanhamento das entidades existentes	18.000,00	0,00	0	250	50
2115	Capacitação de técnicos e produtores rurais	236.950,00	6.644,10	3	2.000	1.317
SUB-TOTAL		253.950,00	6.644,10	2,6		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 66 – Execução do Programa 136 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: **Fortalecer a agricultura familiar, promovendo o aumento da produção, produtividade e rentabilidade das unidades produtivas familiares.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento das unidades produtivas familiares.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **40**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2120	Elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural	184.735,00	69.124,26	37	40	
SUB-TOTAL		184.735,00	69.124,26	37		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 67 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	553.200,00	506.614,73	91	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	50.000,00	27.605,36	55	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	3.458.000,00	3.389.541,74	98	ND	ND

2003	Ações de Informática	137.000,00	92.629,13	68	ND	ND
SUB-TOTAL		4.198.200,00	4.016.390,96	96		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 68 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	318.000,00	289.332,43	91	ND	ND
SUB-TOTAL		318.000,00	289.332,43	91		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

TOTAL DOS PROGRAMAS	39.436.663,00	11.881.891,86	30			
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--	--	--

2.1.10 Secretaria da Educação e Cultura

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

- I. o desenvolvimento das políticas de educação;
- II. o ensino e o magistério;
- III. a assistência e o apoio ao educando;
- IV. o apoio estratégico e logístico aos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura;
- V. a promoção e difusão da cultura em todas as suas manifestações;
- VI. outras atividades correlatas.

Além dessas competências essa unidade de gestão possui os seguintes objetivos:

- a. Melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino;
- b. Promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação;

- c. Reestruturar, modernizar e consolidar a gestão;
- d. Implantar programa permanente de avaliação.

Com o intuito de permitir o melhor cumprimento de seus objetivos a Secretaria estabeleceu como missão garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.

As atribuições da Secretaria da Educação e Cultura, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e dezesseis finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 377.611.251,00**, com execução de **R\$ 345.405.258,07**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 69 – Execução do Programa 066 - GESTÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Objetivo: **Melhorar a qualidade do serviço administrativo das unidades escolares.**

Indicador Específico: **Quantidade de ações/eventos divulgados.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **30**

Índice desejado no final do PPA: **40**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2140	Implantação do Sistema de Avaliação	7.500,00	0,00	0	3	0
2142	Implantação de políticas de integração escola/comunidade	7.900,00	0,00	0	462	0
2143	Elaboração da proposta curricular	133.410,00	12.232,50	9	3	2
2144	Supervisão das unidades escolares	66.834,00	7.511,00	11	89	11
2145	Capacitação de gestores e técnicos	497.460,00	379.141,40	76	986	1.740
2146	Realização do censo escolar	88.886,00	60.430,34	68	1	1
2165	Divulgação de ações e eventos educacionais	284.850,00	230.333,70	81	40	86
2249	Confecção de diplomas, certificados e livros de registro	47.000,00	45.755,00	97	89.000	70.020
SUB-TOTAL		1.133.840,00	735.403,94	74		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 70 – Execução do Programa 030 - BOLSA CIDADÃ

Objetivo: **Proporcionar aos cidadãos tocantinenses capacitação em áreas específicas, possibilitando-lhes experiências práticas, através da atuação na comunidade, preparando-os para inserção no mercado de trabalho e promovendo geração de renda.**

Indicador Específico: **Pessoas desempregadas acima de 30 anos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2185	Concessão de bolsas para os agentes do Força Jovem da cidade	6.624.674,00	6.610.560,00	99	12.075	12.075
SUB-TOTAL		6.624.674,00	6.610.560,00	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 71 – Execução do Programa 054 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: **Melhorar a qualidade do ensino fundamental.**

Indicador Específico: **Taxa de reprovação.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **13,8** Índice desejado no final do PPA: **0**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1087	Construção de unidades escolares para o ensino fundamental	138.742,00	137.179,98	99	10	1
1088	Construção de laboratório de informática nas UES do ensino fundamental	0,00	0,00	0	7	0
1089	Construção de quadras de esporte para o ensino fundamental	833.693,00	815.105,16	97	20	11
1090	Ampliação de unidades escolares no ensino fundamental	1.874.176,00	1.872.098,40	99	22	12
2161	Coordenação, manutenção de aparelhamento – FUNDESCOLA	456.930,00	240.285,21	52	200	226
2162	Manutenção de recursos humanos – FUNDEF – 40%	25.284.628,00	25.283.911,40	99,9	5.350	3.457
2171	Fortalecimento da aprendizagem de português e matemática	2.500,00	2.000,00	80	167.865	35.100
2172	Implantação de escolas de tempo integral	3.300,00	390,00	12	5	0

2214	Manutenção de recursos humanos – FUNDEF – 60%	89.487.641,00	89.460.957,51	99	8.500	7.438
2254	Capacitação e acompanhamento continuado dos parâmetros em ação	367.600,00	288.973,08	79	14.793	13.256
2255	Recursos do PDDE – FNDE – para as escolas estaduais	10.030,00	7.400,00	74	560	459
2258	Reforma e melhoria em unidade escolar do ensino fundamental	2.405.826,00	2.259.109,90	94	20	13
2259	Supervisão do trabalho do coordenador de vídeo	2.040,00	471,00	23	98	72
2260	Supervisão pedagógica de escolas do ensino fundamental	5.000,00	0,00	0	547	520
2261	Manutenção de atividades e aparelhamento das unidades escolares do ensino fundamental	1.603.940,00	1.483.822,29	92	150	150
2522	Combate à evasão escolar	12.900,00	11.918,70	92	5	7,8
2523	Combate à prostituição e o uso indevido de drogas nas escolas	2.012,00	690,02	34	5	75
2525	Implementação e acompanhamento do ensino religioso nas escolas da rede oficial	0,00	0,00	0	547	520
2568	Manutenção do transporte escolar – Ensino Fundamental	1.363.615,00	636.486,35	47	12.000	467
SUB-TOTAL		123.854.573,00	122.500.799,00	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 72 – Execução do Programa 058 - ESCOLA ATIVA

Objetivo: **Desenvolver a melhoria da qualidade do ensino fundamental na zona rural.**

Indicador Específico: **Índice de aprovação dos alunos da zona rural**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **61**

Índice desejado no final do PPA: **0,8**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2177	Capacitação de professores do programa Escola Ativa	0,00	0,00	0	75	41
2234	Realização de micro-centros júnior	2.100,00	3.048,00	98	100	10
2235	Supervisão e acompanhamento da escola ativa	300,00	0,00	0	173	83
SUB-TOTAL		3.400,00	3.048,00	90		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 73 – Execução do Programa 061 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Objetivo: **Fortalecer a educação escolar indígena.**

Indicador Específico: **Taxa de professores indígenas capacitados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **10**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1091	Construção de unidades escolar indígenas	1.022.700,00	866.865,36	85	20	21
1092	Ampliação das unidades escolares indígenas	18.000,00	10.470,00	58	6	1
2163	Reforma e melhoria das unidades indígenas	208.050,00	1.670,21	0,8	15	0
2217	Acompanhamento e avaliação didático-pedagógica dos professores indígenas	113.300,00	94.766,45	84	150	159
2220	Manutenção de atividades e aparelhamento das UES indígenas	259.200,00	206.710,78	80	72	69
2518	Curso de formação de professores indígenas – habilitação	82.000,00	79.659,40	97	116	95
2561	Realização de seminários e Congr. da educação indígena	11.000,00	480,00	4	2	2
SUB-TOTAL		1.714.250,00	1.260.622,20	37		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 74 – Execução do Programa 063 - INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Objetivo: **Coordenar ações de informática na educação.**

Indicador Específico: **Índice de professor capacitado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **11**

Índice desejado no final do PPA: **89**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2170	Manutenção e aparelhamento do programa	7.000,00	0,00	0	72	0
2226	Capacitação de professores em informática na educação	30.000,00	26.157,23	87	455	515
2228	Realização de seminário em informática na educação	0,00	0,00	0	1	0
2229	Acompanhamento às unidades educacionais do programa	0,00	0,00	0	36	32
SUB-TOTAL		37.000,00	26.157,23	71		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 75 – Execução do Programa 064 - PROMOÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Objetivo: **Melhoria da qualidade do ensino de educação física.**

Indicador Específico: **Total de professores capacitados**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **28,5** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2169	Expansão do programa esporte na escola	6.000,00	1.418,52	24	1	0
2236	Capacitação dos professores de educação física	36.200,00	16.299,26	45	1	165
2237	Promoção de jogos estudantis no Tocantins	170.000,00	127.153,24	75	2.000	3.500
SUB-TOTAL		212.200,00	144.871,02	68		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 76 – Execução do Programa 065 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivo: **Intensificar ações de qualificação pedagógica profissional, visando desenvolver o potencial do portador de necessidades educacionais especiais.**

Indicador Específico: **Índice de professores habilitados para a educação especial**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,7** Índice desejado no final do PPA: **0,5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2158	Manutenção de recursos humanos da educação especial – FUNDEF	2.472.127,00	2.472.126,35	99,9	320	171
2259	Manutenção de salas especializadas	30,00	0,00	0	190	80
2285	Capacitação de professores e técnicos da educação especial	13.862,00	4.822,50	35	300	567
2286	Implantação de salas recepção para atendimento nas áreas de conduta típica e CAP	13.430,00	0,00	0	200	218
SUB-TOTAL		2.500.449,00	2.477.948,85	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 77 – Execução do Programa 067 - ESCOLA AUTÔNOMA DE GESTÃO COMPARTILHADA

Objetivo: **Garantir a oferta do ensino de qualidade, através do repasse financeiro e gestão democrática.**

Indicador Específico: **Taxa de aprovação.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **70**

Índice desejado no final do PPA: **82**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2138	Realização de Fórum sobre gestão compartilhada	272.100,00	199.737,20	73	150	179
2246	Repasse de recursos financeiros às escolas conveniadas	20.320.779,00	20.320.177,75	99,9	334	295
2248	Supervisão e avaliação das escolas conveniadas	200,00	0,00	0	527	61
2563	Premiação à U. E. bem sucedida em gestão educacional	47.500,00	21.972,26	46	5	10
SUB-TOTAL		20.640.579,00	20.541.887,21	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 78 – Execução do Programa 070 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Objetivo: **Contribuir com a melhoria do rendimento escolar.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento/dias letivos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **75**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2139	Acompanhamento do programa de alimentação escolar	8.000,00	0,00	0	140	301
2282	Capacitação de pessoal das associações escolares e merendeira	18.000,00	10.317,20	57	50	3.009
2283	Implementação de atividades relativas à educação nutricional	8.000,00	0,00	0	46.122	0
2284	Repasse de recursos financeiros para associações de apoio às escolas	5.348.616,00	5.337.110,48	99	433	428
SUB-TOTAL		5.382.616,00	5.347.427,68	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 79 – Execução do Programa 071 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: **Formar professores do ensino fundamental em nível de graduação em cumprimento à LDB art. 87 parágrafo 4º.**

Indicador Específico: **Professores do ensino fundamental graduados**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **25**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2104	Avaliação da transposição didática do programa	4.200,00	0,00	0	1.383	0
2244	Graduação de professores do ensino fundamental	955.476,00	955.476,00	100	983	983
2519	Orientação educativa dos tutores aos alunos	81.644,00	80.057,34	98	1.383	1.000
2520	Supervisão aos tutores e alunos do FPEFNG	0,00	0,00	0	1.409	1.409
2521	Capacitação de tutores	0,00	0,00	0	26	0
SUB-TOTAL		1.041.320,00	1.035.533,34	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 80 – Execução do Programa 100 - PIONEIROS MIRINS

Objetivo: **Garantir às crianças e adolescentes seu pleno desenvolvimento bio-psico-social numa perspectiva de proteção, proporcionando a socialização, o acesso aos direitos e consciência dos deveres.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **55**

Índice desejado no final do PPA: **70**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2288	Concessão de bolsa-estudo para alunos do programa pioneiros mirins	20.792.120,00	20.731.824,43	99	34.000	42.474
SUB-TOTAL		20.792.120,00	20.731.824,43	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 81 – Execução do Programa 132 – ABC DA CIDADANIA

Objetivo: **Erradicar o analfabetismo no Estado do Tocantins.**

Indicador Específico: **Índice de analfabetismo.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **21**

Índice desejado no final do PPA: **07**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2155	Atendimento oftalmológico	4.100,00	4.000,00	98	80	80
2256	Capacitação de monitores alfabetizadores	2.000,00	427,50	21	100	382
2533	Supervisão/acompanhamento de monitores alfabetizados	63.500,00	40.111,85	63	320	320
SUB-TOTAL		69.600,00	44.539,35	64		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 82 – Execução do Programa 168 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: **Promover a sensibilização e capacitar a coletividade na prevenção dos problemas ambientais.**

Indicador Específico: **Atividades implementadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **30**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2289	Implementação da educação ambiental formal	19.100,00	16.905,64	88	100	91
SUB-TOTAL		19.100,00	16.905,64	88		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 83 – Execução do Programa 055 - MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO

Objetivo: **Implementar orientações curriculares condizentes com a época atual e com as diretrizes da reforma do ensino do médio.**

Indicador Específico: **Professor habilitado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **10**

Índice desejado no final do PPA: **40**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1061	Construção de unidade escolar para o ensino médio	11.151.486,00	565.768,61	5	3	2
1078	Construção de laboratório de informática para o ensino médio	8.000,00	0,00	0	4	0
1079	Construção de quadras de esportes para o ensino médio	32.887,00	32.886,39	99,9	5	5
1086	Ampliação de unidades escolares para o ensino médio	1.651.399,00	41.627,14	2	7	2
2160	Reforma e melhoria em unidade escolar para o ensino médio	802.428,00	786.425,41	98	5	5
2174	Graduação de professores de ensino médio	0,00	0,00	0	350	378
2175	Distribuição de materiais didáticos – Projeto Alvorada	1.776.152,00	1.568.192,00	88	88	88
2176	Premiação de projetos pedagógicos docentes e juvenis	322.800,00	81.700,00	25	66	46
2267	Capacitação de profissionais do ensino médio em área específica	3.862.133,00	1.422.977,42	37	5.020	3.394
2270	Manutenção das atividades e aparelhamento das UES do ensino médio	4.849.229,00	823.448,66	17	189	189
2526	Apoio financeiros a estudantes do programa de melhoria e expansão do ensino médio	0,00	0,00	0	220	0
2564	Repasse de recursos financeiros para as escolas de nível médio	6.501.590,00	6.501.587,32	99,9	193	193
2565	Manutenção de recursos humanos do ensino médio	26.575.742,00	26.556.576,81	99	2.400	1.759
SUB-TOTAL		57.534.846,00	38.381.189,76	62		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 84 – Execução do Programa 056 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: **Implementar o ensino profissionalizante possibilitando melhoria na sua qualidade.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento da educação profissional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **21**

Índice desejado no final do PPA: **1,66**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1076	Construção de centros de educação profissional	4.298.390,00	1.080.648,78	25	2	1
2263	Capacitação de docentes e gestores da educação profissional	147.580,00	0,00	0	20	0

2274	Manutenção de atividades e aparelhamento das unidades escolares do ensino profissional	4.666.100,00	124.675,18	3	2	1
SUB-TOTAL		9.112.070,00	1.205.323,96	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 85 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Programa: 213 – **DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Objetivo: **Apoiar financeiramente a Universidade do Tocantins com recursos necessários à remuneração de servidores e apoiar financeiramente alunos de graduação comprovadamente carentes.**

Indicador Específico: **Instituição/aluno apoiado**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **01**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2530	Apoio financeiro a instituições de ensino superior	6.532.000,00	6.351.394,20	99,9	1	1
2531	Apoio financeiro ao estudante do ensino de graduação	45.500,00	13.011,60	29	5	5
SUB-TOTAL		6.577.500,00	6.364.405,80	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 86 – Execução do Programa 060 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Objetivo: **Diagnosticar e beneficiar o assessoramento técnico-pedagógico.**

Indicador Específico: **Taxa de jovens e adultos que concluíram a escolaridade.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **10**

Índice desejado no final do PPA: **13**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2173	Implantação de recursos de suplência nas escolas de ensino médio	283.427,00	0,00	0	60	66
2181	Distribuição de material didático-pedagógico aos alunos da EJA	4.873.894,00	4.093.080,44	84	37.000	31.262
2182	Realização de exames supletivos do ensino fundamental e médio	481.400,00	480.845,00	99	30.000	1
2183	Contratação de serviços educacionais	80.010,00	69.100,00	86	200	42
2276	Acompanhamento pedagógico da educação de jovens e adultos	90.410,00	64.915,93	72	200	200

2277	Formação continuada para professores de 1ª a 8ª séries EJA	600.195,00	563.436,68	94	5.500	1.015
2278	Implementação das atividades literária da educação de jovens e adultos	3.773.800,00	3.758.996,30	99	440	440
2528	Realização de Fórum permanente da EJA	300,00	0,00	0	1	1
SUB-TOTAL		10.183.436,00	9.030.374,35	88		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 87 – Execução do Programa 073 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Objetivo: **Preservar e divulgar a identidade histórica e cultural.**

Indicador Específico: **Taxa de preservação do patrimônio.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **20**

Índice desejado no final do PPA: **50**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2305	Mapeamento dos sítios arqueológicos do Estado	10.000,00	0,00	0	4	0
2307	Conhecendo e preservando as culturas indígenas do Tocantins	88.000,00	39.029,63	44	10	8
2308	Difusão e restauração do patrimônio histórico e cultural e obras sacras	325.549,00	274.952,18	84	10	5
SUB-TOTAL		423.549,00	313.981,81	74		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 88 – Execução do Programa 069 - INCENTIVO A LEITURA

Objetivo: **Incentivar os alunos à prática de leitura e da escrita.**

Indicador Específico: **Taxa de reprovação.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,138**

Índice desejado no final do PPA: **0,08**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2187	Coordenação e manutenção das atividades do PROLER	9.400,00	0,00	0	5	0
2221	Acompanhamento dos trabalhos nas bibliotecas	0,00	0,00	0	80	321
2222	Capacitação continuada para auxiliares de bibliotecas	0,00	0,00	0	330	423

2524	Realização de feira do livro no Tocantins	0,00	0,00	0	1	0
2532	Supervisão e aparelhamento de bibliotecas públicas	21.600,00	19.304,00	89	13	1
2562	Distribuição de acervo às bibliotecas da rede estadual de ensino	52.100,00	17.964,00	34	7.045	4.000
SUB-TOTAL		84.100,00	37.268,00	44		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 89 – Execução do Programa 078 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ARTESANATO

Objetivo: Promover, divulgar, estimular e orientar o artesanato do Tocantins.

Indicador Específico: Taxa de arteção atendido.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: 20

Índice desejado no final do PPA: 100

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2309	Difusão das atividades artesanais	328.490,00	187.970,02	57	20	20
SUB-TOTAL		328.490,00	187.970,02	57		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 90 – Execução do Programa 079 - PROMOÇÃO DA CULTURA POPULAR, ARTÍSTICA, RELIGIOSA E FOLCLÓRICA NO TOCANTINS

Objetivo: Apoiar a prática das manifestações folclóricas, artísticas e religiosas no Tocantins

Indicador Específico: Evento realizado.

Unidade de Medida: Unidade

Índice mais recente: 13

Índice desejado no final do PPA: 15

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2302	Promoção e apoio às manifestações culturais, artístico, folclóricos e religiosas	2.095.459,00	1.539.196,40	73	22	22
SUB-TOTAL		2.095.459,00	5.539.196,40	73		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 91 – Execução do Programa 059 - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Objetivo: **Corrigir a distorção idade/série na primeira fase do ensino fundamental**

Indicador Específico: **Taxa de distorção idade/série**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **64,5**

Índice desejado no final do PPA: **48**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2178	Atendimento especializado ao aluno com dificuldade de aprendizagem	75.400,00	0,00	0	3.000	987
2179	Expansão do programa aceleração da aprendizagem	21.400,00	2.317,50	11	3.000	825
2180	Manutenção e aparelhamento de escolas para correção do fluxo escolar	2.100,00	0,00	0	200	200
2242	Capacitação de professores e coordenadores pedagógicos	104.000,00	58.424,85	57	300	52
2441	Assessoramento pedagógico aos professores	37.200,00	30.298,50	81	300	224
SUB-TOTAL		241.100,00	91.040,85	37		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 92 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	8.125.007,00	7.691.501,37	95	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	5.623.564,00	5.558.228,78	99	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	72.136.056,00	72.120.949,06	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	629.730,00	532.263,22	84	ND	ND
SUB-TOTAL		86.514.357,00	85.902.942,43	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 93 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	20.870.123,00	20.864.037,00	99	ND	ND
SUB-TOTAL		20.870.123,00	20.864.037,00	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Educação e Cultura

TOTAL DOS PROGRAMAS	377.611.251,00	345.405.258,07	91	
---------------------	----------------	----------------	----	--

2.1.11 Secretaria Fazenda

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

I - formulação, coordenação e execução das funções do sistema tributário do Estado, compreendendo a:

- a) tributação;
- b) arrecadação;
- c) fiscalização

II - gestão dos sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

III - elaboração, coordenação e execução da programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro Estadual;

IV - manutenção e controle:

- a) do equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;
- b) dos compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;
- c) das operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;

d) dos sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro Estadual;

V - gestão da Conta Única do Tesouro Estadual;

VI - aquisição de bens e serviços;

VII - emissão de atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e do Estado e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII - supervisão do Sistema de Loteria do Estado do Tocantins – LOTINS.

As atribuições da Secretaria da Fazenda, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e quatorze finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 55.239.600,00**, com execução de **R\$ 50.274.218,44**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 94 – Execução do Programa 040 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Objetivo: Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentos e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação.

Indicador Específico: Participação de declarante na base cadastral.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: 13,8

Índice desejado no final do PPA: 0

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1018	Adequação do ambiente físico do centro de capacitação da SEFAZ	2.391.779,00	2.131.768,88	89	10	ND
1019	Adequação do ambiente físico dos Postos Fiscais	663.700,00	552.947,37	83	5	ND
1021	Adequação do ambiente físico das Coletorias	72.000,00	36.598,43	51	20	11
1022	Adequação do ambiente físico das Delegacias Regionais	503.800,00	128.248,70	25	2	ND
1023	Implantação do Sistema integrado da Administração Fazendária	3.090.000,00	1.571.456,96	51	20	ND
1114	Implantação do Sistema de inteligência de negócio da SEFAZ nas Delegacias Regionais	100.000,00	0,00	0	5	ND

2103	Capacitação de servidores	1.316.000,00	254.629,80	19	10	ND
2104	Introdução da educação tributária na rede de ensino público	110.000,00	5.150,00	5	10	ND
2450	Campanha educativa “meu documento fiscal é legal”	130.000,00	0,00	0	20	ND
2451	Capacitação para o comércio internacional	102.000,00	0,00	0	40	ND
SUB-TOTAL		8.479.279,00	4.680.800,14	55		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 95 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	16.492.131,00	16.263.645,53	99	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	1.642.000,00	1.588.576,02	97	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	24.568.800,00	24.390.128,49	99	ND	ND
2018	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia Alvorada	88.000,00	59.252,83	68	ND	ND
2030	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Alvorada	116.550,00	92.115,12	79	ND	ND
2031	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Guarai	0,00	0,00	0	ND	ND
2032	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Guarai	0,00	0,00	0	ND	ND
2070	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais – Delegacia de Araguaína	73.500,00	60.446,42	82	ND	ND
2071	Manutenção de serviços de transportes – Delegacia de Araguaína	41.900,00	32.910,72	79	ND	ND
2073	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais – Delegacia de Araguatins	58.000,00	41.359,92	71	ND	ND
2074	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Araguatins	74.500,00	54.299,56	73	ND	ND
2076	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Colinas	87.500,00	68.758,25	79	ND	ND
2077	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de	76.000,00	56.232,13	74	ND	ND

	Colinas					
2079	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Gurupi	91.500,00	71.518,16	78	ND	ND
2080	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Gurupi	47.000,00	30.051,43	64	ND	ND
2082	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Miracema	56.000,00	32.450,78	58	ND	ND
2083	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Miracema	59.000,00	36.764,89	62	ND	ND
2085	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Palmas	59.000,00	45.512,67	77	ND	ND
2086	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Palmas	15.000,00	5.828,49	39	ND	ND
2088	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Pedro Afonso	58.000,00	37.885,28	65	ND	ND
2089	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Pedro Afonso	57.000,00	44.644,44	78	ND	ND
2091	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Porto Nacional	63.000,00	48.942,92	78	ND	ND
2092	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Porto Nacional	43.800,00	31.887,81	73	ND	ND
2094	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Taguatinga	80.500,00	58.493,21	73	ND	ND
2095	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Taguatinga	109.600,00	81.003,44	74	ND	ND
2097	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Tocantinópolis	62.500,00	48.743,41	78	ND	ND
2098	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Tocantinópolis	35.300,00	15.379,43	44	ND	ND
2100	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia de Xambioá	47.500,00	29.002,55	61	ND	ND
2101	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Xambioá	70.500,00	59.122,33	84	ND	ND
2110	Manutenção de Serviços de Transportes – Delegacia de Paraíso	103.500,00	75.743,78	73	ND	ND
2114	Coordenação e manutenção dos serviços Administrativos Gerais – Delegacia Regional de Paraíso	100.000,00	68.733,54	69	ND	ND

2005	Ações de Informática	1.106.240,00	988.734,56	89	ND	ND
2084	Ações de Informática – DRR. Alvorada	3.500,00	160,00	5	ND	ND
2087	Ações de Informática – DRR. Araguatins	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2090	Ações de Informática – DRR. Colinas	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2093	Ações de Informática – DRR. Gurupi	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2096	Ações de Informática – DRR. Miracema	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2099	Ações de Informática – DRR. Palmas	1.500,00	0,00	0	ND	ND
2102	Ações de Informática – DRR. Pedro Afonso	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2109	Ações de Informática – DRR. Paraíso	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2116	Ações de Informática – DRR. Porto Nacional	1.500,00	0,00	0	ND	ND
2123	Ações de Informática – DRR. Taguatinga	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2130	Ações de Informática – DRR. Xambioá	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2148	Ações de Informática – DRR. Tocantinópolis	2.000,00	0,00	0	ND	ND
2149	Ações de Informática – DRR. Guarai	0,00	0,00	0	ND	ND
2150	Ações de Informática – DRR. Araguaína	2.000,00	0,00	0	ND	ND
SUB-TOTAL		45.610.321,00	44.518.328,00	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 96 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.						
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	1.150.000,00	1.075.090,22	93	ND	ND
SUB-TOTAL		1.150.000,00	1.075.090,22	93		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Fazenda

TOTAL DOS PROGRAMAS	55.239.600,00	50.274.218,44	91	
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.12 Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

A secretaria da Indústria e do Comércio foi instituída através do Decreto 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo através do Decreto nº 1.465, de 4 de abril de 2002.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define para essa Secretaria Estadual as seguintes competências:

I - o planejamento, a coordenação e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo e dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

II - a capacitação e a difusão tecnológicas nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

III - a formulação de políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

IV - a execução das atividades de registro do comércio;

V - a metrologia, normalização e qualidade industrial;

VI - a representação, no âmbito estadual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

VII - a promoção e a divulgação das potencialidades turísticas do Estado em níveis estadual, nacional e internacional;

VIII - o estímulo:

a) às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

b) ao aproveitamento sustentado dos recursos turísticos dos municípios.

As atribuições da Secretaria da Indústria Comércio e Turismo, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 7.391.000,00**, com execução de **R\$ 2.275.780,18**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 97 – Execução do Programa 062 - FOMENTO À PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

Objetivo: **Promover aumento da produção e consumo de hortifrutigranjeiros, com a viabilização de um centro de comercialização (CEASA).**

Indicador Específico: **Área plantada de fruticultura.**

Unidade de Medida: **Hectare**

Índice mais recente: **15,52** Índice desejado no final do PPA: **24**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2028	Realização de campanhas publicitárias “Compre no Tocantins”	52.500,00	0,00	0	3	3
2029	Apoio a promoção de feiras	393.000,00	135.500,00	34	4	11
SUB-TOTAL		445.500,00	135.500,00	30		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 98 – Execução do Programa 075 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PRODUTIVO DO ESTADO

Objetivo: **Promover o desenvolvimento do setor produtivo sob a ótica do atual processo, buscando melhor qualidade da produção.**

Indicador Específico: **Taxa de exportação do produto tocaninense.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,030** Índice desejado no final do PPA: **1**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2257	Fomento à implantação de indústrias	441.000,00	0,00	0	5	1
2250	Fomento a incubadoras de empresas	265.000,00	0,00	0	5	12
SUB-TOTAL		706.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 99 – Execução do Programa 080 - REGISTRO DE MARCAS E PATENTES

Objetivo: **Conscientizar as pessoas físicas e jurídicas para a necessidade de registro de marcas e patentes do Estado do Tocantins de acordo com as normas do INPI**

Indicador Específico: **Taxa de patentes registradas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,07** Índice desejado no final do PPA: **0,45**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2133	Realização de campanhas publicitárias para registro de marcas e patentes	77.500,00	0,00	0	3	3
2265	Elaboração de registro de marcas e patentes	77.500,00	0,00	0	3	5
SUB-TOTAL		155.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 100 – Execução do Programa 106 - MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

Objetivo: **Descentralizar as ações públicas de gestão do turismo para as Prefeituras.**

Indicador Específico: **Taxa média de descentralização do turismo atingida.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **30** Índice desejado no final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2555	Realização de oficinas para o desenvolvimento sustentável do turismo municipal	293.000,00	1.480,00	0,50	30	27
2560	Realização de inventários turísticos municipais	248.500,00	2.700,00	1	13	0
SUB-TOTAL		541.500,00	4.180,00	0,77		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 101 – Execução do Programa 137 - TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO

Objetivo: **Fomentar o desenvolvimento das atividades e serviços turísticos.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do desenvolvimento das atividades e serviços turísticos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **57**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1084	Estruturação de centros de profissionalização de estudos e informações para o turismo	111.500,00	0,00	0	2	0
2058	Implantação de clubes da melhor idade	1.500,00	0,00	0	20	0
2059	Apoio a roteiros e produtos turísticos municipais	264.500,00	0,00	0	5	7
2062	Participação em eventos turísticos	618.000,00	20.249,00	3	3	4
2063	Realização de eventos turísticos	603.000,00	302.314,00	50	6	15
2544	Campanha e produção publicitária para promoção do turismo	550.000,00	0,00	0	4	5
2545	Implantação da sinalização turística	110.500,00	0,00	0	400	0
2551	Edição de material publicitário	570.000,00	9.345,00	2	21.000	0
2552	Capacitação de recursos humanos para o turismo	219.500,00	18.000,00	8	440	2.300
2553	Implementação do sistema de informações sobre o fluxo turístico	154.000,00	0,00	0	21	1
2554	Avaliação da qualidade dos serviços turísticos pelo registro, classificação, fiscalização de empresas	6.500,00	0,00	0	121	137
SUB-TOTAL		3.209.000,00	349.908,00	10		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 102 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	364.000,00	88.857,84	24	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	129.000,00	9.253,90	7	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	1.784.500,00	1.683.844,59	94	ND	ND
2003	Ações de Informática	56.500,00	4.235,85	7	ND	ND
SUB-TOTAL		2.334.000,00	1.786.192,18	77		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

TOTAL DOS PROGRAMAS	7.391.000,00	2.275.780,18	31	
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--

2.1.13 Secretaria da Infra-Estrutura

Esse órgão, segundo o Decreto 1.532, de 19 de junho 2003, tem como competências:

I - a administração, execução, manutenção e fiscalização de:

a) obras públicas;

b) infra-estrutura;

c) sistemas viários;

II - gerenciamento e fiscalização dos transportes intermodais;

III -a administração, execução, manutenção e fiscalização dos setores de energia e saneamento básico;

IV - regulação dos serviços e tarifas públicas;

V - licitação de obras públicas e de serviços.

As atribuições da Secretaria da Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo e Previdência Social** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 125.486.307,00**, com execução de **R\$ 96.335.999,40**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 103 – Execução do Programa 118 - OBRAS PÚBLICAS PARA O TOCANTINS

Objetivo: **Ampliar e melhorar a estrutura física dos prédios da Administração Pública.**

Indicador Específico: **Taxa de órgãos públicos com sede em Palmas**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **47,36** Índice desejado no final do PPA: **63,15**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1007	Projeto de obras públicas	1.703.222,00	1.658.047,99	97	37.150	ND
1010	Construção de obras públicas	15.773.838,00	14.329.192,01	91	18.200	ND
2014	Manutenção de obras e prédios públicos	10.522.149,00	10.520.159,43	99	110	ND
SUB-TOTAL		27.999.209,00	26.507.399,43	95		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 104 – Execução do Programa 117 - ENERGIZAÇÃO URBANA

Objetivo: **Energizar as regiões geograficamente isoladas.**

Indicador Específico: **Potência instalada**

Unidade de Medida: **KWA**

Índice mais recente: **2.000** Índice desejado no final do PPA: **8.000**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1005	Elaboração e execução de projetos de subestações 138/69/34,5/13,8 KV-10MVA	2.000.000,00	0,00	0	2	ND
1006	Ampliação de melhoria das redes de distribuição urbana e predial	2.000.500,00	506.624,91	13	4.350	983
SUB-TOTAL		4.000.500,00	506.624,91	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 105 – Execução do Programa 120 - ELETRIFICAÇÃO RURAL - PERTINS

Objetivo: **Aumentar o número de propriedades rurais energizadas.**

Indicador Específico: **Percentual de propriedades rurais eletrificadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **7,45** Índice desejado no final do PPA: **34,1**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1003	Elaboração e execução dos projetos de redes de distribuição rural 34,5KV e 13,8 KV	77.572.056,00	55.249.998,07	71	7.320	ND
SUB-TOTAL		77.572.056,00	55.249.998,07	71		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 106 – Execução do Programa 121 - ENERGIA ALTERNATIVA

Objetivo: **Instalar sistemas alternativos de geração de energia elétrica, com fontes renováveis e auto sustentadas.**

Indicador Específico: **Taxa de população beneficiada com fonte de energia alternativa.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **6,25** Índice desejado no final do PPA: **12,5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1004	Fontes alternativas de geração de energia	200.000,00	0,00	0	120	ND
SUB-TOTAL		200.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 107 – Execução do Programa 119 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Objetivo: **Melhorar a infra-estrutura da rede de aeródromos.**

Indicador Específico: **Taxa de aeródromos pavimentados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **12** Índice desejado no final do PPA: **24**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1009	Construção de aeródromos nos principais municípios do Estado	8.015.920,00	7.006.996,95	97	3	ND
1012	Projetos aeroportuários	116.300,00	116.300,00	100	6	ND

2017	Implantação e manutenção de equipamentos de proteção ao voo	303.500,00	0,00	0	2	ND
SUB-TOTAL		8.435.720,00	7.123.296,95	84		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 108 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.318.741,00	1.166.149,85	88	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	100.00,00	77.923,98	78	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	5.372.145,00	5.265.853,44	98	ND	ND
2003	Ações de Informática	367.936,00	333.053,94	90	ND	ND
SUB-TOTAL		7.158.822,00	6.842.981,21	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

QUADRO 109 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	120.000,00	105.698,83	88	ND	ND
SUB-TOTAL		120.000,00	105.698,83	88		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Infra-Estrutura

TOTAL DOS PROGRAMAS	125.486.307,00	96.335.999,40	77			
----------------------------	-----------------------	----------------------	-----------	--	--	--

2.1.14 Secretaria da Juventude

A Secretaria Estadual da Juventude foi instituída pelo Decreto nº 1.465 de 04 de abril de 2002. Conforme disposto no Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, em seu anexo I, são competências deste órgão:

I - o atendimento dos direitos da criança, do adolescente e do jovem;

II - estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, com entidades públicas ou privadas, com vistas a promover projetos nas áreas político-jurídicas de apoio à criança, ao adolescente e ao jovem;

III - fortalecer as ações voltadas para os movimentos associativos da juventude;

IV - exercer outras atividades correlatas.

As atribuições da Secretaria da Juventude, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Programa Estadual para a Juventude**, sendo autorizados programas recursos da ordem de **R\$ 3.870.280,00**, e executados **R\$ 3.002.874,24**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 110 – Execução do Programa 035 - PROGRAMA ESTADUAL PARA JUVENTUDE

Objetivo: **Garantir a desenvoltura pessoal e social aos jovens diante dos desafios da sociedade contemporânea e cultural emergente.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2020	Realização de cursos, fóruns e eventos culturais no âmbito da juventude	368.390,00	224.519,24	61	97	59
2027	Criação de Conselho de Direito e Tutelar da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	0	60	0
2033	Coordenação e acompanhamento à triagem para financiamento de bolsas	1.823.859,00	1.346.778,54	74	3.000	18.112
2034	Capacitação de jovens e empregabilidade	72.100,00	1.200,00	2	6.000	100
SUB-TOTAL		2.264.349,00	1.572.497,78	69		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Juventude

QUADRO 111 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	587.374,00	462.045,78	79	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	55.000,00	41.277,29	75	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	921.770,00	901.102,54	98	ND	ND
2003	Ações de Informática	41.787,00	25.950,85	62	ND	ND
SUB-TOTAL		1.605.931,00	1.430.376,46	89		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Juventude

TOTAL DOS PROGRAMAS	3.870.280,00	3.002.874,24	78	
---------------------	--------------	--------------	----	--

2.1.15 Secretaria da Saúde

Essa Secretaria Estadual não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas através do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprios. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, definiu suas competências como sendo:

- I - a formulação das políticas de saúde pública;
- II - a coordenação, execução, fiscalização e controle das ações de saúde pública;
- III - a ação preventiva em geral;
- IV - a vigilância e o controle sanitário;
- V - a vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;
- VI - a informação de saúde;

VII - a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;

VIII - a assistência ambulatorial e hospitalar;

IX - a alimentação e nutrição;

X - a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e correlatos;

XI - o fornecimento de medicamentos de sua fabricação aos órgãos da área de saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

XII - a promoção de treinamento, cursos e estágios para estudantes e profissionais vinculados às atividades afins.

2.1.16 Secretaria da Segurança Pública

O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública compreende:

1. apresentação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através das Polícias Civil e Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros Militar;

2. prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

3. a supervisão e fiscalização da aplicação de penas de reclusão e detenção;

4. o relacionamento administrativo com os órgãos da justiça a perfeita integração com o governo federal sobre matéria de aplicação de justiça;

5. a repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o governo federal;

6. o auxílio e ação complementar às autoridades da justiça e da segurança nacional;

7. o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e investimento no setor;

8. a internalização, por todos os meios, da filosofia, do respeito e do bem servir ao público, como órgão responsável pela prestação de serviços para a comunidade e a execução de outras atividades paralelas.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2003, estabelece como competências desta secretaria as seguintes:

I - formular políticas de orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública no Estado;

II - exercer o comando das atividades de Polícia Judiciária;

III - supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Estado;

IV - administrar as atividades relacionadas com a política criminal e penitenciária do Estado;

V - promover o relacionamento com os órgãos da Justiça e do Ministério Público;

VI - estreitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

As atribuições da Secretaria da Segurança Pública foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 66.036.388,00**, com execução de **R\$ 43.902.462,42**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 112 – Execução do Programa 085 - POLÍCIA COMUNITÁRIA

Objetivo: **Reduzir os índices de criminalidade, assegurando uma vida mais tranqüila e digna ao cidadão tocantinense, intensificando as ações de policiamento ostensivo preventivo e/ou repressivo.**

Indicador Específico: **Índice de criminalidade.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **27**

Índice desejado no final do PPA: **5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1038	Implementação da polícia civil comunitária	0,00	0,00	0	20	0
1074	Implantação da Polícia Civil Comunitária	60.100,00	60.011,74	99	100	20
SUB-TOTAL		60.100,00	60.011,74	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 113 – Execução do Programa 141 - MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento e a modernização da instituição, qualificar recursos humanos, aparelhar e garantir estrutura física com melhores condições.**

1º Indicador Específico: **Taxa de delegacias de polícia e estabelecimentos prisionais beneficiados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,04** Índice desejado no final do PPA: **75**

2º Indicador Específico: **Índice de policial civil qualificado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **69,06** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1035	Construção de complexo da Segurança Pública	0,00	0,00	0	1	0
1036	Implantação de delegacias de polícia especializada	0,00	0,00	0	1	1
1069	Melhoria e ampliação de prédios da segurança pública	1.472.900,00	1.090.220,56	74	18	4
2060	Reaparelhamento da polícia civil	12.889.251,00	1.175.144,42	9	22	42
2064	Modernização do sistema de comunicação	0,00	0,00	0	10	30
2068	Realização de concurso público	37.266,00	36.129,60	97	1	1
2631	Capacitação do policial civil	201.496,00	95.689,05	47	20	30
SUB-TOTAL		14.600.913,00	2.397.183,63	16		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 114 – Execução do Programa 144 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: **Melhorar a prestação de serviços especiais de segurança pública (Polícia Técnica).**

Indicador Específico: **Número de serviços prestados pela polícia técnica.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **128.101** Índice desejado no final do PPA: **742.000**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1016	Construção do Instituto Médico Legal – IML	256.569,00	193.565,99	75	25	25
1037	Aparelhamento do Instituto de Identificação	0,00	0,00	0	20	20
1073	Construção do Instituto de Identificação	663.964,00	512.039,68	77	1	1
2065	Expedição de documentos de identificação civil e criminal	140.000,00	0,00	0	150.000	52.491
2067	Aparelhamento de sedes do Instituto Médico Legal - IML	0,00	0,00	0	24	24
SUB-TOTAL		1.060.533,00	705.605,67	66		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 115 – Execução do Programa 148 - MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: **Construir e apoiar o funcionamento de penitenciárias, centros de reintegração, reformatórios, presídios, casa de detenção e congêneres, para alojar presos sob custódia do sistema penitenciário do Estado.**

Indicador Específico: **Número de vagas criadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **250**

Índice desejado no final do PPA: **200**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1013	Construção de estabelecimentos prisionais	10.320.101,00	4.954.738,08	48	4	2
1072	Aparelhamento de estabelecimentos prisionais	0,00	0,00	0	55	55
2046	Manutenção do sistema de alimentação para detentos	1.742.000,00	1.741.114,19	99	1.096	1.353
SUB-TOTAL		12.062.101,00	6.695.852,27	55		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 116 – Execução do Programa 086 - COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Objetivo: **Combater o crime organizado.**

1º Indicador Específico: **Intensificação do policiamento ostensivo em áreas críticas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice desejado no final do PPA: **5**

2º Indicador Específico: **Taxa de crescimento do crime organizado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice desejado no final do PPA: **5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2132	Policimento integrado para identificação de áreas críticas	6.513.251,00	3.451.913,43	53	25	13,24
SUB-TOTAL		6.513.251,00	3.451.913,43	53		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 117 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.778.600,00	3.392.599,05	90	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	2.926.229,00	2.619.730,07	90	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	23.987.661,00	23.716.899,53	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	547.000,00	459.622,46	84	ND	ND
SUB-TOTAL		31.239.490,00	30.188.851,11	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 118 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	500.000,00	403.044,57	81	ND	ND
SUB-TOTAL		500.000,00	903.044,57	81		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Segurança Pública

TOTAL DOS PROGRAMAS	66.036.388,00	43.902.462,42	66	
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.17 Secretaria do Esporte

A Secretaria do Esporte foi instituída pelo Decreto nº 1.038 de 16/10/2000 com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades em níveis estadual, nacional e internacional.

De acordo com o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, as atribuições deste órgão são as seguintes:

I - a promoção e a difusão do esporte em todas as suas modalidades;

II - o estímulo e a orientação às atividades desportivas e recreativas;

III - a captação e aplicação de recursos para instalação e manutenção de estruturas e espaços físicos destinados às práticas desportistas;

IV - o incentivo e o apoio à iniciativa privada, mediante auxílios e subvenções, para a realização de atividades desportivas;

V - a programação de certames e competições de esporte amador e de outras formas de lazer organizado;

VI - o planejamento, a coordenação e a execução da política estadual de fomento ao esporte.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 8.942.757,00**, com execução de **R\$ 6.254.488,10**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 119 – Execução do Programa 001 - ESPORTE E CIDADANIA

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

Indicador Específico: **Taxa de eventos realizados por município.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **20**

Índice desejado no final do PPA: **30**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2015	Confecção de material esportivo do projeto Pintando a Liberdade	306.400,00	19.913,80	6	8.120	3.600
2016	Implantação de núcleo do projeto navegar	308.800,00	2.865,79	0,92	1	ND

2152	Manutenção das atividades da escolinha Nilton Santos	251.000,00	56.061,35	22	5	2
2168	Capacitação esportiva	0,00	0,00	0	10	0
SUB-TOTAL		866.200,00	78.840,94	9		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Esporte

QUADRO 120 – Execução do Programa 006 – EDIFICAÇÃO DA REDE ESPORTIVA

Objetivo: **Garantir o acesso da população a prática esportiva.**

Indicador Específico: **Taxa de municípios com Ginásio esportivo coberto.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **15** Índice desejado no final do PPA: **18**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1034	Construção do Kartódromo	619.206,00	267.958,91	43	2	1
1049	Construção de Estádio de Futebol	0,00	0,00	0	1	0
1051	Construção de Ginásio e quadras poliesportivas	354.706,00	100.000,00	28	40	1
1075	Construção de campo de futebol	835.024,00	200.529,94	24	32	4
2211	Reforma e melhoria de campo de futebol	0,00	0,00	0	40	0
2264	Reforma e melhoria de ginásio de esporte	0,00	0,00	0	25	0
SUB-TOTAL		1.808.936,00	568.488,85	31		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Esporte

QUADRO 121 – Execução do Programa 007 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS

Objetivo: **Melhorar a qualidade dos eventos esportivos no Estado.**

Indicador Específico: **Taxa de eventos apoiados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2431	Apoio às atividades esportivas	3.734.310,00	3.261.336,81	87	35	60
SUB-TOTAL		3.734.310,00	3.261.336,81	87		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Esporte

QUADRO 122 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	389.955,00	367.344,62	94	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	84.000,00	50.464,37	60	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	2.044.316,00	2.037.011,19	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	15.000,00	4.560,86	30	ND	ND
SUB-TOTAL		2.533.271,00	2.459.381,04	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Esporte

TOTAL DOS PROGRAMAS	8.942.757,00	6.254.488,10	70	
---------------------	--------------	--------------	----	--

2.1.18 Secretaria do Trabalho e Ação Social

A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com base na Lei n.º 791/95, e no Decreto n.º 1.688, de 16 de janeiro de 2003, tem as seguintes competências:

- I – a geração de emprego e renda;
- II – o apoio ao trabalhador;
- III – o acompanhamento e a avaliação das relações sindicais e do trabalho;
- IV – a segurança, higiene e saúde no trabalho;
- V – a qualidade, capacidade, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;
- VI – o planejamento e a execução da assistência social; e
- VII – a assistência social da criança e do adolescente.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e seis finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 27.473.985,00**, com execução de **R\$ 22.673.420,70**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 123 – Execução do Programa 100 - PIONEIROS MIRINS

Objetivo: **Garantir as crianças e adolescentes seu pleno desenvolvimento bio-psico-social numa perspectiva proteção, proporcionando a socialização, o acesso aos direitos e a consciência dos deveres.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **55**

Índice desejado no final do PPA: **70**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2380	Instalação e manutenção de núcleos para funcionamento do programa	881.099,00	346.740,19	39	15	139
2381	Capacitação de recursos humanos do programa Pioneiros Mirins	60.000,00	0,00	0	638	0
2382	Distribuição de uniformes para os Pioneiros Mirins	441.345,00	440.111,00	99	34.000	42.474
2383	Acompanhamento das atividades desenvolvidas nos núcleos	371.635,00	262.439,72	71	139	52
SUB-TOTAL		1.754.079,00	1.049.290,91	60		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 124 – Execução do Programa 093 - FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: **Fomentar as famílias carentes de agricultores à produção de alimentos para consumo e comercialização.**

Indicador Específico: **Renda mínima familiar.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **2**

Índice desejado no final do PPA: **3,5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2455	Implantação de lavouras comunitárias	810.640,00	793.437,00	98	56	56
SUB - TOTAL		810.640,00	793.437,00	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 125 – Execução do Programa 097 – ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE AÇÕES COMUNITÁRIAS

Objetivo: **Beneficiar pessoas e entidades que se encontram em condições desfavoráveis.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2035	Doação de filtros, colchões, redes e outros à famílias em situação de vulnerabilidade social	421.930,00	297.285,47	70	255.856	151.239
2367	Atendimento as Associações Comunitárias	687.580,00	495.285,06	72	480	573
2368	Distribuição de kits com enxoval de bebês para gestantes carentes	178.000,00	100.740,00	60	12.000	6.392
2369	Doação de passagens terrestre à pessoas em tratamento de saúde e a migrantes	242.050,00	214.630,93	89	2.000	1.481
2370	Suplementação alimentar a pessoas carentes	6.201.865,00	6.137.785,12	99	156.250	372.000
2371	Distribuição de medicamentos	45.000,00	26.146,13	58	2.000	1.079
SUB-TOTAL		7.776.425,00	7.271.872,71	93		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 126 – Execução do Programa 101 - SEGURANÇA NO TRABALHO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Objetivo: **Desenvolver a cultura prevencionista quanto à saúde e aos acidentes do trabalho, visando reduzir os infortúnios laborais dos trabalhadores.**

Indicador Específico: **Taxa de trabalhadores orientados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **5** Índice desejado no final do PPA: **7**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2377	Palestras técnicas e orientações aos trabalhadores s/ saúde e prevenção de acidentes no trabalho	336.210,000	20.664,45	6	5.500	1.031
2379	Elaboração de material educativo	30.000,00	0,00	0	6.500	0

SUB - TOTAL	366.210,00	20.664,45	6	
--------------------	-------------------	------------------	----------	--

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 127 – Execução do Programa 090 - QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Objetivo: **Desenvolver ações de qualidade profissional que contribuam para o aumento da empregabilidade da renda, eleve a produtividade, a qualidade e a competitividade do trabalhador no setor produtivo.**

Indicador Específico: **Taxa de qualificação profissional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **4,6** Índice desejado no final do PPA: **5,6**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2186	Avaliação do Programa Estadual de Qualificação Profissional – PLANFOR	81.690,00	0,00	0	1	0
2194	Acompanhamento do Programa Estadual de Qualificação Profissional	65.498,00	27.490,10	42	150	150
2374	Qualificação/Capacitação do Trabalhador	2.119.666,00	458.682,42	22	28.000	1.916
SUB - TOTAL		2.266.854,00	486.172,52	21		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 128 – Execução do Programa 092 - APOIO AO TRABALHADOR

Objetivo: **Atender ao trabalhador desempregado na recolocação no mercado de trabalho, no acesso aos recursos do FAT e aos benefícios do seguro-desemprego.**

Indicador Específico: **Taxa de habilitação ao benefício do seguro-desemprego**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **35** Índice desejado no final do PPA: **45**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2372	Intermediação de mão de obra	3.001.757,00	2.169.052,85	72	19.500	23.972
2373	Habilitação do trabalhador desempregado ao benefício do seguro desemprego	212.000,00	38.929,35	18	7.600	10.457
2376	Apoio operacional ao programa de geração de emprego e renda	15.000,00	0,00	0	150	0
SUB - TOTAL		3.228.757,00	2.207.982,20	68		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 129 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.450.313,00	1.203.321,97	82	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	121.800,00	80.830,00	66	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	9.404.200,00	9.394.558,85	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	215.000,00	97.240,05	45	ND	ND
SUB-TOTAL		11.191.313,00	10.775.950,87	96		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 130 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	79.707,00	68.050,04	85	ND	ND
SUB-TOTAL		79.707,00	68.050,04	85		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

TOTAL DOS PROGRAMAS	27.473.985,00	22.673.420,70	83	
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.19 Secretaria da Cidadania e Justiça

Criada pelo Decreto nº 1.717, de 13 de março de 2003, tem como atribuições as seguintes:

I - a promoção e a defesa dos direitos humanos;

II - a política judiciária;

III - o monitoramento da execução penal;

IV - a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados;

V - a articulação com os Poderes Legislativo e judiciário, o Ministério Público os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, e;

VI - a promoção do relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e seis finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 5.951.587,00**, com execução de **R\$ 5.210.280,04**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 131 – Execução do Programa 105 - ATENDIMENTO JUDICIAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento e modernização da instituição para a universalização da justiça.**

Indicador Específico: **Taxa de pessoas atendidas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **80**

Índice desejado no final do PPA: **99**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2057	Capacitação dos servidores	13.490,00	3.490,00	26	180	ND
2055	Aparelhamento da defensoria pública	0,00	0,00	0	4	ND
2056	Assistência sócio-jurídica e educacional	185.670,00	0,00	0	450	ND
2040	Assistência jurídica às minorias necessitadas	0,00	0,00	0	50	ND
1020	Implantação da biblioteca	1.337,00	1.337,00	100	280	ND
SUB-TOTAL		200.497,00	4.827,00	2		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 132 – Execução do Programa 114 - DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Objetivo: **Levar a orientação ao consumidor sobre os seus direitos e cuidados que devem ser adotados na relação de consumo.**

Indicador Específico: **Taxa de processos agilizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **68**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2041	Implantação do sistema de informações para o consumo	192.200,00	0,00	0	3	ND
2042	Publicação do cadastro anual de reclamações	0,00	0,00	0	5.000	ND
2045	Distribuição de cartilha do consumidor	0,00	0,00	0	15.000	ND
2047	Distribuição de uniformes e identificação fiscal voluntária	0,00	0,00	0	80	ND
2050	Distribuição de cartazes e folders alusivos à semana do consumidor	0,00	0,00	0	1.000	ND
2052	Defesa do consumidor em juízo	0,00	0,00	0	50	ND
SUB-TOTAL		192.200,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 133 – Execução do Programa 009 - CONSCIENTIZAÇÃO TOTAL

Objetivo: **Promover a formação da cidadania e a conquista dos direitos humanos.**

Indicador Específico: **Em definição.**

Unidade de Medida: **Em definição**

Índice mais recente: **ND**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2036	Realização de campanhas educativas para fortalecimento da cidadania	0,00	0,00	0	2	ND
2037	Edição e distribuição de material educativo	0,00	0,00	0	3.000	ND
2038	Realização de campanhas educativas em veículos de comunicação	0,00	0,00	0	2	ND
2039	Realização de eventos educativos	0,00	0,00	0	2	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 134 – Execução do Programa 148 - MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: **Construir e apoiar o funcionamento de penitenciárias, centros de reintegração, reformatórios, presídios, casa de detenção e congêneres, para alojar presos sob custódia do sistema penitenciário do Estado.**

Indicador Específico: **Número de vagas criadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **250**

Índice desejado no final do PPA: **200**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2054	Implementação de cursos profissionalizantes nas penitenciárias	151.874,00	0,00	0	366	0
SUB-TOTAL		151.874,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 135 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	641.493,00	596.842,50	93	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	122.000,00	94.568,38	77	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	4.452.323,00	4.378.342,94	98	ND	ND
2003	Ações de Informática	133.900,00	106.969,82	80	ND	ND
SUB-TOTAL		5.349.716,00	5.176.723,64	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 136 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	57.300,00	28.729,40	50	ND	ND
SUB-TOTAL		57.300,00	28.729,40	50		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Cidadania e Justiça

TOTAL DOS PROGRAMAS		5.951.587,00	5.210.280,04	87		
----------------------------	--	---------------------	---------------------	-----------	--	--

2.1.20 Secretaria do Governo

Essa Secretaria foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto n.º 1.718, em substituição à da Secretaria do Interior e Justiça. Possui as seguintes competências:

I - coordenar as ações políticas do Governo;

II – acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado;

III – a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

Os programas desenvolvidos por essa Secretaria, são os remanescentes da extinta Secretaria do Interior e Justiça. Foram desenvolvidas ações nos programas - **apoio administrativo** e **previdência social** e quatro finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 10.639.177,00**, com execução de **R\$ 10.606.230,06**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 137 – Execução do Programa 009 - CONSCIENTIZAÇÃO TOTAL

Objetivo: **Promover a formação da cidadania e a conquista dos direitos humanos.**

Indicador Específico: **Em definição.**

Unidade de Medida: **Em definição**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2036	Realização de campanhas educativas para fortalecimento da cidadania	0,00	0,00	0	2	0
2037	Edição e distribuição de material educativo	0,00	0,00	0	3.000	0
2038	Realização de campanhas educativas em veículos de comunicação	0,00	0,00	0	2	0
2039	Realização de eventos educativos	0,00	0,00	0	2	0
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

QUADRO 138 – Execução do Programa 105 - ATENDIMENTO JUDICIAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento e modernização da instituição para a universalização da justiça.**

Indicador Específico: **Taxa de pessoas atendidas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **80**

Índice desejado no final do PPA: **99**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2057	Capacitação dos servidores	0,00	0,00	0	180	0
2055	Aparelhamento da defensoria pública	0,00	0,00	0	4	0
2056	Assistência sócio-jurídica e educacional	0,00	0,00	0	450	0
2040	Assistência jurídica às minorias necessitadas	0,00	0,00	0	50	0
1020	Implantação da biblioteca	2.804,00	2.804,00	100	280	ND
SUB-TOTAL		2.804,00	2.804,00	100		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

QUADRO 139 – Execução do Programa 114 - DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Objetivo: **Levar a orientação ao consumidor sobre os seus direitos e cuidados que devem ser adotados na relação de consumo.**

Indicador Específico: **Taxa de processos agilizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **68**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2041	Implantação do sistema de informações para o consumo	23.000,00	0,00	0	3	0
2042	Publicação do cadastro anual de reclamações	0,00	0,00	0	5.000	0
2045	Distribuição de cartilha do consumidor	0,00	0,00	0	15.000	0
2047	Distribuição de uniformes e identificação fiscal voluntária	0,00	0,00	0	80	0
2050	Distribuição de cartazes e folders alusivos à semana do consumidor	0,00	0,00	0	1.000	0
2052	Defesa do consumidor em juízo	0,00	0,00	0	50	0
SUB-TOTAL		23.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

QUADRO 140 – Execução do Programa 148 – MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetivo: **Construir e apoiar o funcionamento de penitenciárias, centros de reintegração, reformatórios, presídios, casa de detenção e congêneres, para alojar presos sob custódia do sistema penitenciário do Estado.**

Indicador Específico: **Número de vagas criadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **250** Índice desejado no final do PPA: **200**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2054	Implementação de cursos profissionalizantes nas penitenciárias	0,00	0,00	0	366	0
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

QUADRO 141 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	490.176,00	485.111,63	99	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	72.790,00	72.516,97	99	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	9.962.379,00	9.957.803,13	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	41.410,00	41.376,43	99	ND	ND
SUB-TOTAL		10.566.755,00	10.556.808,16	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

QUADRO 142 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	46.618,00	46.617,90	99	ND	ND
SUB-TOTAL		46.618,00	46.617,90	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Governo

TOTAL DOS PROGRAMAS		10.639.177,00	10.606.230,06	99		
----------------------------	--	----------------------	----------------------	-----------	--	--

2.1.21 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN, tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, o seguinte:

- I. a elaboração, a coordenação e o acompanhamento dos planos do Governo;
- II. a formulação, coordenação e implementação das sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;
- III. a elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;
- IV. o acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;
- V. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de meio ambiente, de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;
- VI. a condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;
- VII. a realização do zoneamento ecológico-econômico e gestão territorial;
- VIII. as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;
- IX. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de recursos hídricos;
- X. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política e ações de turismo ecológico;
- XI. a representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;
- XII. a coordenação e acompanhamento da política estadual de ciência e tecnologia;
- XIII. o assessoramento ao Governador do Estado na tomada de decisões em assuntos da competência da Pasta.

As atribuições da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **Previdência Social** e quatorze finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 33.262.544,00**, com execução de **R\$ 10.823.316,70**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 143 – Execução do Programa 182 - INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS

Objetivo: **Disponibilizar e manter para consulta on-line, todo o acervo de informações sócio-econômicas e demográficas em níveis municipal, regional e estadual.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2339	Elaboração e divulgação de perfil municipal	20.000,00	0,00	0	139	83
2340	Implantação de banco de dados	15.000,00	8.000,00	53	5	5
2341	Estudos demográficos da evolução populacional	5.000,00	0,00	0	10	3
2342	Atualização e revisão do anuário estatístico e da revista Tocantins em Dados	29.000,00	0,00	0	3.000	0
2343	Acompanhamento e divulgação de indicadores de construção civil	2.000,00	0,00	0	12	12
2344	Avaliação do comportamento dos indicadores econômicos que formam o PIB estadual	5.000,00	0,00	0	2	2
SUB-TOTAL		76.000,00	8.000,00	10,5		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 144 – Execução do Programa 193 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Objetivo: **Promover a integração dos métodos e procedimentos de planejamento, orçamento e gestão.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1111	Implantação do programa de qualidade total para o planejamento e orçamento	62.000,00	22.876,80	37	50	1
2311	Implantação do sistema integrado de planejamento e orçamento	308.250,00	7.596,30	2	60	10
2349	Capacitação de recursos humanos para o planejamento e orçamento	120.750,00	10.613,64	9	6	4
2490	Assessoramento técnico em planejamento, orçamento e gestão aos municípios	288.000,00	112.186,61	39	18	139
SUB-TOTAL		779.000,00	154.273,35	20		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 145 – Execução do Programa 056 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: **Implementar o ensino profissionalizante possibilitando melhoria na qualidade.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento da educação profissional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,21** Índice desejado no final do PPA: **1,66**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1112	Capacitação de recursos humanos para a educação profissional	252.300,00	220.406,83	87	30	296
SUB-TOTAL		252.300,00	220.406,83	87		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 146 – Execução do Programa 178 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO/ORDENAMENTO TERRITORIAL

Objetivo: **Promover o ordenamento territorial do Estado do Tocantins, através da realização de mapeamentos, zoneamentos agroecológicos e ecológico-econômicos, além da elaboração da política estadual e ordenamento territorial.**

1º Indicador Específico: **Políticas implementadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **0** Índice desejado no final do PPA: **1**

2º Indicador Específico: **Mapeamento realizados.**

Unidade de Medida: **Km²**

Índice mais recente: **0** Índice desejado no final do PPA: **278.420,7**

3º Indicador Específico: **Zoneamentos realizados e divulgados.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **0** Índice desejado no final do PPA: **5**

4º Indicador Específico: **Área zoneada.**

Unidade de Medida: **Km²**

Índice mais recente: **0** Índice desejado no final do PPA: **34.000**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1110	Zoneamento ecológico-econômico de centro/oeste e do Tocantins	1.700.000,00	0,00	0	1	0
2268	Zoneamento ecológico do Bico do Papagaio	1.228.750,00	1.052.928,38	86	1	0,9
2272	Mapeamento da cobertura de uso da terra	295.000,00	0,00	0	1	0
2338	Zoneamento ecológico-econômico do Jalapão	50.000,00	0,00	0	1	0
2481	Zoneamento ecológico-econômico da Ilha do Bananal	1.703.200,00	0,00	0	1	0
2482	Zoneamento ecológico-econômico do sudeste do Estado	1.785.000,00	0,00	0	1	0
2483	Monitoramento da implantação do zoneamento agroecológico	24.000,00	0,00	0	1	0
2484	Divulgação e disponibilidade de produtos do ZEE	60.000,00	0,00	0	1	0
2485	Fortalecimento institucional da CEZEE	39.000,00	0,00	0	1	0
2486	Elaboração da política estadual de ordenamento territorial	225.000,00	0,00	0	1	0
2487	Zoneamento piloto municipal participativo	23.500,00	0,00	0	1	0
2488	Detalhamento do zoneamento agroecológico do nordeste do Tocantins	90.000,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		7.223.450,00	1.052.928,38	14		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 147 – Execução do Programa 163 - GESTÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

Objetivo: **Apoiar e viabilizar as ações de gestão ambiental visando a sustentabilidade ambiental, social e econômica.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2312	Gerenciamento do sistema de informação ambiental - GSIA	176.400,00	140.000,00	79	25	70
1104	Elaboração de planos regionais de meio ambiente	3.915.549,00	0,00	0	3	1
1105	Reformulação da política estadual de meio ambiente	100.000,00	20.000,00	20	1	0,4
2061	Apoio a projetos ambientais	503.000,00	217.853,30	43	5	5
2066	Divulgação dos resultados das ações da área de meio ambiente	55.000,00	0,00	0	10	5
2081	Manutenção das atividades do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA	50.000,00	0,00	0	10	3
2212	Apoio à municipalização da gestão ambiental	728.850,00	467.272,32	64	8	37

2215	Capacitação de recursos humanos na área de gestão ambiental	141.700,00	21.771,89	15	25	190
2494	Realização de estudos de viabilidade de implantação de instrumentos econômicos	60.000,00	0,00	0	60	2
2495	Elaboração de estudos para aumentar a eficácia do processo de licenciamento ambiental	5.000,00	0,00	0	1	0,8
2496	Realização de estudos dos ativos ambientais	30.000,00	0,00	0	50	10
2498	Realização de estudos para aumentar a eficácia do monitoramento da qualidade da água	30.000,00	0,00	0	2	1
SUB-TOTAL		5.795.499,00	866.897,51	15		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 148 – Execução do Programa 166 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO

Objetivo: **Promover a ocupação produtiva das áreas-programa do Estado, sob as dimensões econômica, social e ambiental, na busca da sustentabilidade do desenvolvimento.**

1º Indicador Específico: **Taxa de realização de estudos**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **30** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

2º Indicador Específico: **Número de comunidades beneficiadas**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **70**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2229	Elaboração de estudos de mercado e pesquisa em dados secundários da região sudeste	52.000,00	52.000,00	100	20	3
2291	Formulação e consolidação do plano de desenvolvimento regional do sudeste	19.988,00	19.975,00	99	40	80
2292	Capacitação para o empreendedorismo cívico e empresarial	60.000,00	60.000,00	100	2.550	3.625
2293	Implantação de sistema de gestão administrativa municipal	38.737,00	30.600,00	97	8	16
2303	Organização da sociedade e elaboração de plano de desenvolvimento local	772.267,00	555.906,24	72	8	23

2346	Elaboração de estudos de desenvolvimento regional sustentado das áreas-programa	315.000,00	0,00	0	4	1
2514	Estudos para a promoção do desenvolvimento sustentado do cerrado	109.800,00	59.611,00	54	40	100
2534	Implantação de projetos de combate à desertificação	65.520,00	0,00	0	2	0
2535	Elaboração da agenda 21	10.000,00	0,00	0	1	0
2539	Estudos para aperfeiçoamento do sistema de planejamento regional e local	956.000,00	0,00	0	2	0
SUB-TOTAL		2.399.312,00	778.092,24	34		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 149 – Execução do Programa 168 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: **Promover a estabilização e capacitar a coletividade na prevenção dos problemas ambientais.**

Indicador Específico: **Atividades implementadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **30**

Índice Desejado no Final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2160	Manutenção do pólo estadual de Educação Ambiental	68.854,00	18.607,87	27	1	1
2107	Manutenção do sistema de gerenciamento de informações de Educação Ambiental	30.000,00	0,00	0	1	0
2227	Realização de campanhas educativas para conservação e preservação ambiental	122.500,00	0,00	0	3	0
2325	Capacitação de recursos humanos em Educação Ambiental	40.160,00	9.972,00	25	400	100
SUB-TOTAL		261.514,00	28.579,87	11		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 150 – Execução do Programa 171 - TOCANTINS TURISMO VERDE

Objetivo: **Implantar pólos ecoturísticos.**

Indicador Específico: **Taxa de áreas com potencial ecoturístico atendida.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **60**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1064	Implantação de infra-estrutura	2.130.996,00	1.433.341,42	67	3	3
2232	Elaboração de estudos, planos, programas e projetos na área de ecoturismo	382.400,00	318.240,00	83	1	1
2380	Capacitação de recursos humanos na área de ecoturismo	208.933,00	123.467,13	59	100	100
2507	Sinalização ecoturística	100.000,00	0,00	0	100	0
2508	Realização de campanhas para promoção do ecoturismo	93.369,00	15.640,60	72	8	2
SUB-TOTAL		2.915.698,00	1.890.689,15	65		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 151 – Execução do Programa 173 – TOCANTINS JOGA LIMPO

Objetivo: **Promover o gerenciamento dos resíduos sólidos.**

Indicador Específico: **Municípios com sistema de gerenciamento de resíduos sólidos**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2497	Elaboração do plano de gestão ambiental em áreas urbanas	20.000,00	0,00	0	50	0
2536	Elaboração do plano estadual de gerenciamento dos resíduos sólidos	63.000,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		83.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 152 – Execução do Programa 174 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS

Objetivo: **Promover a manutenção e fiscalização das unidades de conservação.**

Indicador Específico: **Unidades implantadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **2**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1106	Implantação de unidades de conservação	0,00	0,00	0	2	0
2513	Realização de estudos para implantação e implementação de unidades de conservação	843.500,00	371.553,95	44	2	2

2516	Elaboração de planos de manejo	917.650,00	701.773,71	76	2	2
2517	Implantação de infra-estrutura de visitação pública nas unidades de conservação	2.524.930,00	612.166,90	24	4	4
SUB-TOTAL		4.286.080,00	1.686.494,56	39		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 153 – Execução do Programa 176 - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS

Objetivo: **Promover o conhecimento e proteção da biodiversidade.**

Indicador Específico: **Taxa de espécies catalogadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **20**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1109	Realização de estudos para o conhecimento da biodiversidade	30.000,00	0,00	0	3	01
2240	Formulação da política estadual de biodiversidade	10.000,00	0,00	0	1	0
2489	Formulação do plano estadual para o conhecimento da biodiversidade	16.000,00	0,00	0	3	0
SUB-TOTAL		56.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 154 – Execução do Programa 175 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: **Implementar a gestão dos recursos hídricos no Estado do Tocantins com base nos pressupostos de desenvolvimento sustentável.**

Indicador Específico: **Taxa de bacias atendidas pelo gerenciamento dos recursos hídricos**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1107	Implantação do sistema de informação de recursos hídricos	79.200,00	0,00	0	1	0
1108	Regulamentação da lei estadual de recursos hídricos	94.000,00	0,00	0	1	0
1113	Elaboração do plano estadual de recursos hídricos	26.000,00	0,00	0	1	0

2108	Manutenção das atividades do conselho estadual de recursos hídricos	50.000,00	0,00	0	10	3
2332	Elaboração de planos de bacias hidrográficas	826.200,00	549.781,78	66	1	1
2334	Capacitação de recursos humanos em gestão de recursos hídricos	50.000,00	0,00	0	25	50
2509	Gerenciamento de observatório das águas	19.700,00	0,00	0	10	0
SUB-TOTAL		1.145.100,00	549.781,78	48		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 155 – Execução do Programa 220 - COMBATE À POBREZA RURAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento rural, facilitando o acesso da população rural pobre aos serviços sociais básicos e infra-estrutura, bem como às atividades de geração de renda, buscando o uso sustentável dos recursos naturais e a redução das desigualdades socioeconômicas.**

Indicador Específico: **Índice de desenvolvimento humano**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2304	Financiamento de projeto comunitário	2.038.344,00	0,00	0	320	0
2306	Desenvolvimento institucional	1.275.000,00	0,00	0	320	0
2310	Administração do projeto, supervisão, monitoria e avaliação de impactos	310.079,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		3.623.423,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 156 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.018.906,00	750.810,85	74	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	171.420,00	86.127,02	50	ND	ND

2004	Manutenção de Recursos Humanos	2.605.392,00	2.522.567,18	97	ND	ND
2003	Ações de Informática	410.400,00	169.562,09	41	ND	ND
SUB-TOTAL		4.206.118,00	3.529.067,14	84		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 157 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	160.000,00	58.285,89	36	ND	ND
SUB-TOTAL		160.000,00	58.285,89	36		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria do Planejamento

TOTAL DOS PROGRAMAS	33.262.544,00	10.823.316,70	32	
----------------------------	----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.22 Secretaria de Comunicação

Nos termos do Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, as competências desse órgão são as seguintes:

I - o planejamento e a execução da política de comunicação social do Estado;

II - a articulação, promoção e divulgação das ações de governo, inclusive com a convocação de redes de rádio e televisão;

III - o assessoramento ao Governador do Estado no seu relacionamento com a imprensa e a comunidade;

IV - a prestação permanente de informações ao Governador do Estado acerca do comportamento da opinião pública em relação às atividades do Governo;

V - a coordenação, supervisão e controle da publicidade no âmbito das assessorias de comunicações dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

As atribuições da Secretaria de Comunicação foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social e Divulgação Oficial**. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 22.972.646,00**, com execução de **R\$ 22.869.981,50**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 158 – Execução do Programa 123 - DIVULGAÇÃO OFICIAL

Objetivo: **Produzir e divulgar, de modo rotineiro as ações e o uso de recursos e os resultados das ações do Governo.**

Indicador Específico: **Porcentagem das ações do Governo divulgadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **70**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2021	Campanha de divulgação das atividades do Governo	20.516.486,00	20.516.485,67	99	400	ND
SUB-TOTAL		20.516.486,00	20.516.485,67	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Comunicação

QUADRO 159 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	442.679,00	363.560,79	82	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	65.000,00	56.629,61	87	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	1.844.691,00	1.844.325,34	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	83.790,00	74.030,09	88	ND	ND
SUB-TOTAL		2.436.160,00	2.338.545,83	96		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Comunicação

QUADRO 160 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	20.000,00	14.950,00	75	ND	ND
SUB-TOTAL		20.000,00	14.950,00	75		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Comunicação

TOTAL DOS PROGRAMAS	22.972.646,00	22.869.981,50	99	
---------------------	---------------	---------------	----	--

2.1.23 Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFAZ

No exercício de 2003, esta unidade gestora foi contemplada com o programa **previdência social** e o programa **Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno**. Para a execução desses programas foram autorizados recursos no montante de **R\$ 300.183.000,00**, com execução de **R\$ 264.688.895,90**. Os quadros abaixo demonstram a execução físico-financeira de cada um dos programas com suas respectivas ações.

QUADRO 161 – Execução do Programa 032 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO

Objetivo: **Aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução financeira, contábil e de controle interno, buscando maior eficácia e a melhoria do gasto público.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente:

Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2386	Despesas decorrentes da dívida interna	44.176.817,00	43.845.803,40	99	ND	ND
2387	Despesas decorrentes da dívida externa	57.504.874,00	57.490.171,38	99	ND	ND
2388	Participação dos municípios na arrecadação tributária	181.878.000,00	147.082.752,34	81	ND	ND

2390	Despesas decorrentes de precatórios	1.576.000,00	1.552.783,48	98	ND	ND
2391	Administração centralizada de serviços gerais	2.440.000,00	2.221.750,09	91	ND	ND
SUB-TOTAL		287.575.691,00	252.193.260,69	88		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Secretaria da Fazenda

QUADRO 162 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2392	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	12.607.309,00	12.495.635,21	99	ND	ND
SUB-TOTAL		12.607.309,00	12.495.635,21	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria da Fazenda

TOTAL DOS PROGRAMAS	300.183.000,00	264.688.895,90	88		
----------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------	--	--

2.1.24 Secretaria de Recursos Hídricos

Instituída pelo Decreto n.º 1.461, de 22 de março de 2002, tem como missão a implantação das políticas de uso das águas e a elaboração de infraestrutura hídrica necessária à:

- geração de energia, navegação, drenagem, proteção e retificação de canais naturais destinados ao atendimento de pequenas comunidades, aquicultura, irrigação e prevenção ou minimização dos efeitos das secas e inundações;
- obras de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura hídrica para aproveitamento hidro-agrícola, e;
- ações de convivência com a seca, com ênfase ao aproveitamento de recursos hídricos para uso humano e geração de emprego e renda.

As atribuições da Secretaria de Recursos Hídricos foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 116.987.875,00**, com execução de **R\$ 36.281.000,21**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 163 – Execução do Programa 033 - PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO

Objetivo: **Aumentar a produção de grãos e frutas irrigadas no Estado.**

Indicador Específico: **Grau de satisfação do usuário.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1062	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto Mesopotâmia	12.362.000,00	0,00	0	1	0
1063	Implantação de infra-estrutura hídrica do projeto Chapada	7.300.000,00	0,00	0	1	0
2105	Capacitação de técnicos para o planejamento e gestão de projetos públicos	20.000,00	0,00	0	10	0
1017	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Manoel Alves	10.559.300,00	0,00	0	1	0
1024	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto São João	6.306.300,00	32.645,06	0,5	1	15
1025	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Sampaio	19.545.489,00	19.543.828,11	99	1	8
1026	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Piloto Gurita	921.365,00	638.699,00	69	1	98
1028	Implantação de infra-estrutura hídrica do Sub Projeto Xavante	3.262.000,00	97.455,84	3	1	0
1066	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Esperantina	7.300.000,00	0,00	0	1	0
1080	Elaboração de diagnóstico e cadastro das infra-estruturas hídricas do Estado	390.000,00	0,00	0	1	0
1081	Seminário de implementação das políticas de uso múltiplo das águas	14.500,00	0,00	0	2	0
1082	Realização de estudos e pesquisas e conservação dos solos e da água	64.500,00	0,00	0	2	0
1083	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Paraná	7.300.000,00	0,00	0	1	0
1085	Implantação de infra-estrutura hídrica do PRO DECER III	1.501.100,00	1.002,42	0,7	1	0
1103	Implantação de infra-estrutura hídrica do Projeto Javaés	23.282.187,00	1.131.107,67	5	1	5
SUB-TOTAL		100.129.741,00	21.444.738,10	21		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 164 – Execução do Programa 039 - PERENIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

Objetivo: **Promover a preservação de águas nas bacias hidrográficas do Estado para consumo humano e animal.**

Indicador Específico: **Taxa de intervenções.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
1052	Construção de barramentos visando armazenamento de água para uso múltiplos	15.785.734,00	14.054.156,90	89	3	30
1058	Construção de obras hídricas visando o armazenamento de água para usos comuns	114.000,00	0,00	0	10	0
SUB-TOTAL		15.899.734,00	14.054.156,90	89		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 165 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	237.100,00	154.628,40	67	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	50.400,00	13.589,90	27	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	613.000,00	597.187,88	97	ND	ND
2003	Ações de Informática	57.900,00	16.699,00	28	ND	ND
SUB-TOTAL		958.400,00	782.105,18	81		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Secretaria de Recursos Hídricos

TOTAL DOS PROGRAMAS	116.987.875,00	36.281.000,21	31	
----------------------------	-----------------------	----------------------	-----------	--

2.1.25 Programação Especial do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPLAN

Em 2003, esse órgão desenvolveu ações de dois programas finalísticos, contando com recursos autorizados da ordem de **R\$ 149.416.218,00** e utilizando apenas 2%, o que representa um montante de **R\$ 2.534.336,81**. A execução de cada um dos programas será demonstrada nos quadros a seguir.

QUADRO 166 – Execução do Programa 197 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS

Objetivo: **Promover o financiamento de investimentos voltados para os setores produtivos e serviços de interesse social.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2423	Ações de apoio ao desenvolvimento do Estado do Tocantins	6.609.761,00	604.615,89	9	1	
2118	Criação e ampliação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins	2.501.000,00	1.929.720,92	77	1	
SUB-TOTAL		9.110.761,00	2.534.336,81	28		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Recursos sob Supervisão da SEPLAN

QUADRO 167 – Execução do Programa 999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Objetivo: **Reserva de contingência.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
9999	Reserva de Contingência	140.305.457,00	0,00	0	-	-
SUB-TOTAL		140.305.457,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Recursos sob Supervisão da SEPLAN

TOTAL DOS PROGRAMAS	149.416.218,00	2.534.336,81	2	
---------------------	----------------	--------------	---	--

2.2. Administração Indireta e Fundos Especiais

A Administração indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 autarquias, 2 fundações e 16 fundos especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo os limites de suas atribuições e competências:

2.2.1 Autarquias

2.2.1.1 Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS

A UNIPALMAS – Universidade Estadual de Palmas, criada pela Lei nº 1.127 de 1º de fevereiro de 2000, é uma autarquia estadual, de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação e vinculada à Governadoria.

Conforme art. 5º da Lei 1.127, de 1º de fevereiro de 2000, a UNIPALMAS tem como objetivo principal o ensino, a pesquisa a extensão universitária, integrados na formação técnico-profissional, difusão da cultura e criação filosófica, científica, artística e tecnológica, e ainda:

I – a promoção do desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade.

II – a geração, promoção, preservação e difusão da cultura, estimulando o acesso do povo aos bens e valores culturais.

III – o avanço da tecnologia para o desenvolvimento das potencialidades do Estado e de seu povo.

IV – o apoio técnico à implantação de empreendimentos que utilizem recursos naturais.

V – a formulação e execução de programas de desenvolvimento sustentado do ensino nos seus diversos níveis, abrangendo cursos regulares e informais de sua programação específica ou decorrentes de exigências do planejamento estadual ou regional.

As atribuições da Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social e Desenvolvimento do Ensino de Graduação**. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 7.080.980,00**, com execução de **R\$ 6.482.353,43**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 168 – Execução do Programa 213 – DESENV. DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Objetivo: **Qualificar e promover a Universidade do Tocantins com recursos necessários à remuneração de servidores e apoiar financeiramente alunos de graduação comprovadamente carentes.**

Indicador Específico: **Instituição/aluno apoiado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **1** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3015	Constr. de Campo Universitário	47.000,00	22.000,00	47	48	0
4033	Ampliação do acervo bibliográfico para o ensino de graduação	247.000,00	60.000,00	24	5.000	170
4157	Instrumentação de ensino e da pesquisa	441.700,00	305.036,00	69	250	70
SUB-TOTAL		735.700,00	387.036,00	53		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Universidade Estadual de Palmas - UNIPALMAS

QUADRO 169 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.027.300,00	1.003.546,60	98	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	37.500,00	22.500,00	60	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	5.197.150,00	5.049.132,58	97	ND	ND
4005	Ações de Informática	12.500,00	12.500,00	100	ND	ND
SUB-TOTAL		6.274.450,00	6.087.679,18			

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Universidade Estadual de Palmas - UNIPALMAS

QUADRO 170 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento à Aposentados e Pensionistas	70.850,00	70.398,25	99	ND	ND
		70.850,00	70.398,25	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Universidade Estadual de Palmas - UNIPALMAS

TOTAL DOS PROGRAMAS		7.080.980,00	6.482.353,43	92		
----------------------------	--	---------------------	---------------------	-----------	--	--

2.2.1.2 Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO

O objetivo do Prodivino, entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da administração indireta do governo estadual, consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado dinheiro sob a modalidade de microcréditos e empréstimos aos funcionários públicos estaduais, para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições do Instituto Social Divino Espírito Santo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e **previdência social** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 3.219.400,00**, com execução de **R\$ 2.022.513,56**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 171 – Execução do Programa 018 – PROGRAMA TOCANTINS SOLIDÁRIO

Objetivo: **Combate à fome e inserção da população menos favorecida no âmbito social.**

Indicador Específico: **Taxa de famílias carentes**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **54,35**

Índice Desejado no Final do PPA: **90**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3071	Instalação de postos de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros	200,00	0,00	0	43	0
3074	Instalação de postos de distribuição de sopas	0,00	0,00	0	64	0
3073	Instalação de bazares para arrecadação de roupas e utensílios domésticos	3.500,00	0,00	0	20	0
3074	Instalação de núcleos de produção estratificação de doces, geléias e tomates	200,00	0,00	0	5	0
3076	Campanha de divulgação e incentivo ao trabalho voluntário	200,00	0,00	0	1	0
4263	Realização de cursos e palestras para conscientização social, saúde e higiene comunitária	400,00	0,00	0	1	0
4264	Distribuição de alimentos, remédios e roupas às famílias carentes	500,00	494,71	99	18.600	0
4265	Capacitação das famílias carentes para produzir e estratificar alimentos	400,00	0,00	0	5	0
4266	Distribuição de sopa às famílias carentes	0,00	0,00	0	23.250	0

4267	Cadastramento, avaliação e acompanhamento às famílias carentes	0,00	0,00	0	14.700	0
SUB-TOTAL		5.400,00	494,71	9		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO

QUADRO 172 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.148.395,00	394.423,15	34	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	143.445,00	9.202,80	7	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	1.620.500,00	1.549.918,55	96	ND	ND
4005	Ações de Informática	282.160,00	50.504,71	18	ND	ND
SUB-TOTAL		2.194.500,00	2.004.049,21	63		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO

QUADRO 173 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento à Aposentados e Pensionistas	19.500,00	17.969,64	91	ND	ND
		19.500,00	17.969,64	91		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO

TOTAL DOS PROGRAMAS	3.219.400,00	2.022.513,56	63			
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--	--	--

2.2.1.3 Agência de Desenvolvimento do Estado Tocantins – AD

A AD - Tocantins foi criada em 03 de maio de 1996 pela Lei Estadual n.º 830, sob a forma de autarquia estadual, como pessoa jurídica de direito público, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 431 de 28/04/97.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 3.898.880,00**, com execução de **R\$ 1.676.328,05**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 174 – Execução do Programa 191 - LEVANTAMENTO GEOLÓGICO BÁSICO DO TOCANTINS

Objetivo: **Executar mapeamento geológico do Estado, para levantar dados sobre a evolução das ocorrências de bens minerais do Estado.**

Indicador Específico: **Taxa diária mapeada do Estado**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3001	Confecção de mapas geológicos e metalogenéticos na escala 1:500000	1.000,00	0,00	0	1	0
3014	Realização de estudos e pesquisas geológicas	1.898.880,00	0,00	0	10	0
SUB-TOTAL		1.899.880,00	0,00			

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins

QUADRO 175 – Execução do Programa 204 - DESENVOLVIMENTO E FOMENTO

Objetivo: **Estimular atividades para o desenvolvimento auto-sustentável do Estado.**

Indicador Específico: **Percentual de empreendimentos incentivados efetivados no**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3009	Implantação de infra-estrutura para a plataforma agroalimentar de Palmas	0,00	0,00	0	1	0

4144	Incentivos à industrialização	1.000,00	0,00	0	10	0
4178	Incentivo e apoio às atividades turísticas	0,00	0,00	0	34	0
3018	Elaboração de projetos da plataforma agroalimentar de Palmas	0,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		1.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins

QUADRO 176 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	379.000,00	223.340,94	59	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	50.000,00	7.456,50	15	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	1.529.000,00	1.428.960,02	93	ND	ND
4005	Ações de Informática	30.000,00	16.570,59	55	ND	ND
SUB-TOTAL		1.988.000,00	1.676.328,05	84		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins

QUADRO 177 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento à Aposentados e Pensionistas	10.000,00	0,00	0	ND	ND
		10.000,00	0	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Desenvolvimento do Estado Tocantins

TOTAL DOS PROGRAMAS	3.898.880,00	1.676.328,05	43	
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.4 Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins, Autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, vinculada à Governadoria.

Tem como missão implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano, integradas e abrangentes compatíveis com o desenvolvimento sustentado, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocaninenses, o resgate da cidadania, com ações pautadas na justiça social.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 36.373.662,00**, com execução de **R\$ 8.825.701,34**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 178 – Execução do Programa 150 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: **Melhorar a infra-estrutura no Tocantins e atender ao Projeto Orla.**

Indicador Específico: **Indicador em definição.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3006	Elaboração de Projetos Urbanísticos	18.000,00	0,00	0	298.000	ND
3063	Infra-estrutura básica da orla do lago - Projeto Orla	8.424.800,00	5.777.799,43	68	260.000	ND
3079	Construção de parques e jardins	0,00	0,00	0	10.000	ND
3078	Projeto de micro parcelamento de quadra	0,00	0,00	0	5	ND
3080	Demarcação de quadras	0,00	0,00	0		ND
SUB-TOTAL		8.442.800,00	5.777.799,43	68		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins

QUADRO 179 – Execução do Programa 011 – HABITAÇÃO

Objetivo: **Reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições habitacionais do Estado.**

Indicador Específico: **Déficit habitacional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **28,15** Índice Desejado no Final do PPA: **20**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3011	Construção de moradias do Projeto Pró-Moradia	34.000,00	0,00	0	195	ND
3013	Construção de moradias do Projeto Morar Melhor	6.287.200,00	544.041,67	9	1.400	ND
3037	Construção de moradias do mutirão da casa própria	115.200,00	115.200,00	100	2.180	ND
SUB-TOTAL		6.436.400,00	659.241,67	10		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins

QUADRO 180 – Execução do Programa 015 - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO – PED

Objetivo: **Diminuir o déficit qualitativo e quantitativo de moradias para a população de baixa renda.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3021	Construção de moradia popular	9.891.450,00	930.386,46	9	1.811	ND
4106	Cadastramento de famílias de baixa renda	19.504,00	0,00	0	1.811	ND
4107	Acompanhamento e fiscalização de obras	48.496,00	0,00	0	1.811	ND
SUB-TOTAL		9.959.450,00	930.386,46	9		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins

QUADRO 181 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVOPrograma: 195 - **APOIO ADMINISTRATIVO**Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	528.244,00	513.828,42	97	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	10.079.936,00	47.934,71	0,4	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	862.150,00	832.830,94	96	ND	7ND
4005	Ações de Informática	63.682,00	63.679,71	99	ND	ND
SUB-TOTAL		11.535.012,00	1.458.273,78	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins

TOTAL DOS PROGRAMAS	36.373.662,00	8.825.701,34	24	
----------------------------	----------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.5 Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Consoante Lei nº 858/96, são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

- 1 – a execução da política ambiental do Estado;
- 2 – o monitoramento e o controle ambiental;
- 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;

4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 12.441.276,00**, com execução de **R\$ 6.748.63,25**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 182 – Execução do Programa 164 - CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL

Objetivo: Minimizar os impactos ambientais causados pelas atividades modificadoras do meio ambiente e pela exploração desordenada dos recursos naturais.

Indicador Específico: Taxa de empreendimentos e/ou atividades potencialmente modificadoras das condições ambientais fiscalizadas.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND **Índice Desejado no Final do PPA:** 60

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4061	Monitoramento da cobertura vegetal	1.623.400,00	942.103,16	58	1	1
4064	Implantar brigadas civis de combate a incêndios florestais e controle de queimadas no Tocantins	316.000,00	0,00	0	10	1
4076	Monitoramento de empreendimentos e atividades licenciadas	744.220,00	1.171,00	0,37	1	1
4214	Licenciamento de atividades ou empreendimentos geradores de degradação ou poluição do meio ambiente	216.000,00	5.391,00	2	1	1
4215	Fiscalização de empreendimentos de atividades geradores de degradação ou poluição ambiental	132.744,00	9.599,66	7	1	1
4216	Fiscalização florestal	130.438,00	2.598,01	2	1	1
4217	Monitoramento de focos de calor	380.000,00	0,00	0	1	1
4207	Fiscalização da caça e da pesca	270.718,00	74.018,05	27	1	1
SUB-TOTAL		3.813.520,00	1.034.881,18	27		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 183 – Execução do Programa 168 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: Promover a sensibilização e capacitar a coletividade na prevenção dos problemas ambientais.

Indicador Específico: Atividades implementadas.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: 30 **Índice Desejado no Final do PPA:** 80

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4065	Promoção de campanhas de educação ambiental	98.470,00	13.018,49	13	3	4
4013	Capacitar multiplicadores em educação ambiental	62.000,00	3.625,40	6	1.000	2.937
SUB - TOTAL		160.470,00	16.643,89	10		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 184 – Execução do Programa 173 - TOCANTINS JOGA LIMPO

Objetivo: **Promover o gerenciamento dos resíduos sólidos.**

Indicador Específico: **Municípios com sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4062	Promoção de campanhas para gestão de resíduos	25.025,00	525,00	2	3	2
4219	Elaboração e implementação de projetos demonstrativos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos	130.000,00	0,00	0	6	2
SUB - TOTAL		155.025,00	525,00	0,33		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 185 – Execução do Programa 174 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TOCANTINS

Objetivo: **Promover a manutenção e fiscalização das unidades de conservação.**

Indicador Específico: **Unidades implantadas.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **2**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4056	Administração de unidades de conservação	508.877,00	126.699,79	25	2	1

4075	Implantação das Unidades de Conservação	432.159,00	5.654,89	1	2	1
4211	Implementação de projetos com desenvolvimento de técnicas de manejo de ecossistemas	63.000,00	0,00	0	1	0
SUB-TOTAL		1.004.036,00	132.354,68	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 186 – Execução do Programa 175 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Implementar a gestão dos recursos hídricos no Estado do Tocantins com base nos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Indicador Específico: Taxa de bacias atendidas pelo gerenciamento dos recursos hídricos.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND **Índice Desejado no Final do PPA:** 80

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4205	Apoio à implantação de comitês de bacias hidrográficas e agências de água	725.000,00	0,00	0	6	0
4206	Promover o monitoramento dos recursos hídricos p/ diagnóstico e enquadramento de corpo d'água	62.425,00	375,00	0,6	72	0
4209	Implantação do sistema de outorga dos direitos do uso de água	30.000,00	0,00	0	30	0
4210	Fortalecimento institucional voltado para gestão de recursos hídricos	55.000,00	0,00	0	1	0
4218	Operação e manutenção de sistema de coleta transmissão de dados hidrog. e meteorológicos	50.000,00	0,00	0	1	0
SUB – TOTAL		922.425,00	375,00	0,04		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 187 – Execução do Programa 176- BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS

Objetivo: Promover o conhecimento e a proteção da biodiversidade.

Indicador Específico: Taxa de espécies catalogadas.

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice mais recente: ND **Índice Desejado no Final do PPA:** 20

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.7
4212	Implantação da rede de informações sobre biodiversidade	6.000,00	0,00	0	1	0
4096	Manejo da fauna	119.125,00	2.177,50	2	ND	ND
SUB-TOTAL		125.125,00	2.177,50	2		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 188 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.446.631,00	1.036.504,81	72	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	516.576,00	360.250,66	70	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	3.989.500,00	3.986.823,79	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	274.108,00	144.908,00	53	ND	ND
SUB-TOTAL		6.226.815,00	5.528.487,26	89		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

QUADRO 190 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento a aposentados e pensionistas	33.860,00	32.118,74	98	ND	ND
SUB-TOTAL		33.860,00	32.118,74	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

TOTAL DOS PROGRAMAS	12.441.276,00	6.748.563,25	55	
---------------------	---------------	--------------	----	--

2.2.1.6 Instituto de Previdência do Tocantins – IPETINS

O Instituto de Previdência do Estado do Tocantins foi criado por meio da Lei nº 72, de 31 de julho de 1989. Porém, em cumprimento à nova ordem constitucional, trazida com a reforma de 1998, o Estado do Tocantins adequou sua legislação através dos seguintes atos normativos:

- Lei 1.246, de 06 de setembro de 2001;
- Lei 1.324, de 17 de abril de 2002;
- Decreto 1.663, de 20 de dezembro de 2002;
- Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003.

As atribuições do Instituto de Previdência do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo e Previdência Social** como finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 70.102.822,00**, com execução de **R\$ 2.487.906,44**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 191 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento de Aposentados e Pensionistas	24.000,00	23.242,08	97	ND	ND
4035	Contribuição para o Programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP	684.745,00	0,00	0	ND	ND
4012	Reserva financeira para o RPPS	67.583.077,00	842.190,78	2	ND	ND
4034	Pagamento de Aposentados e Pensionistas serventuários da justiça não remunerados	636.000,00	631.335,34	99	ND	ND
		68.927.822,00	1.496.768,20	2		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Previdência do Tocantins - IPETINS

QUADRO 192 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	319.000,00	197.032,85	62	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	104.500,00	84.269,57	81	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	699.500,00	683.560,99	98	ND	ND
4005	Ações de Informática	52.000,00	26.274,83	51	ND	ND
SUB-TOTAL		1.175.000,00	991.138,24	84		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Previdência do Tocantins - IPETINS

TOTAL DOS PROGRAMAS	70.102.822,00	2.487.906,44	3	
----------------------------	----------------------	---------------------	----------	--

2.2.1.7 Departamento de Estradas de Rodagem

As atribuições do Departamento de Estradas de Rodagem foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 679.665.754,00**, com execução de **R\$ 519.167.925,56**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 193 – Execução do Programa 015 - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO – PED

Objetivo: **Diminuir o déficit qualitativo e quantitativo de moradias para a população de baixa renda.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3010	Pavimentação de rodovias – PED	167.864.735,00	122.700.408,53	73	256	ND
SUB-TOTAL		167.864.735,00	122.700.408,53	73		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

QUADRO 194 – Execução do Programa 088 - PAVIMENTAR PARA MELHORAR

Objetivo: **Dotar o Estado de malha viária eficiente.**

Indicador Específico: **Taxa de rodovias pavimentadas.**

Unidade de Medida: **Km**

Índice mais recente: **25,55** Índice Desejado no Final do PPA: **74,04**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3004	Pavimentação de vias urbanas	41.318.925,00	18.876.650,39	46	1.575,000	ND
3005	Pavimentação de rodovias	379.570.755,00	305.595.335,09	81	760	ND
3007	Estudos e projetos rodoviários	7.071.827,00	6.419.386,95	91	650	ND
SUB-TOTAL		427.961.507,00	330.891.372,43	77		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

QUADRO 195 – Execução do Programa 112 - CONSERVAR PARA DESENVOLVER

Objetivo: **Conservar rodovias estaduais.**

1º Indicador Específico: **Taxa de estradas conservadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **5** Índice Desejado no Final do PPA: **81**

2º Indicador Específico: **Taxa de estradas restauradas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **11** Índice Desejado no Final do PPA: **81**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3002	Conservação de rodovias	22.816.129,00	20.508.739,58	90	7.600	ND
3003	Restauração das rodovias existentes	1.795.047,00	1.774.921,96	99	190	ND
3023	Melhoramento e conservação de rodovias estaduais	8.400.000,00	0,00	0	100	ND
3024	Melhoramento e conservação de estradas vicinais	6.480.000,00	0,00	0	1.000	ND
SUB-TOTAL		39.491.176,00	22.283.661,54	56		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

QUADRO 196 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.787.791,00	3.440.150,53	91	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	23.561.944,00	22.952.741,98	97	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	16.579.401,00	16.560.002,83	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	279.100,00	232.888,11	83	ND	ND
SUB-TOTAL		44.208.236,00	42.185.783,45	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

QUADRO 197 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento de Aposentados e Pensionistas	140.100,00	106.699,61	97	ND	ND
		140.100,00	106.699,61	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

TOTAL DOS PROGRAMAS	679.665.754,00	519.167.925,56	76	
----------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------	--

2.2.1.8 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO, foi criado pela Lei nº. 308/1991, de 17.10.1991, como uma entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 12.534.000,00**, com execução de **R\$ 9.000.178,68**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 198 – Execução do Programa 128 - TRÂNSITO SEM ACIDENTES NO TOCANTINS

Objetivo: **Diminuir o total de ocorrências de acidentes de trânsito no Estado do Tocantins.**

Indicador Específico: **Infrações de trânsito.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **17,69** Índice Desejado no Final do PPA: **0,8**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4040	Campanhas educacionais nas Escolas de 1º e 2º Graus	70.689,00	7.920,00	11	4	1
4041	Fiscalização de trânsito	264.857,00	30.780,00	12	40	5
4049	Campanha de conscientização no trânsito	114.000,00	51.499,98	45	4	3
SUB-TOTAL		449.546,00	90.199,98	20		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

QUADRO 199 – Execução do Programa 129 - ATENDIMENTO COM QUALIDADE AO USUÁRIO DO DETRAN

Objetivo: **Melhorar a qualidade do atendimento ao usuário e adequar os meios e os métodos as novas técnicas a serem utilizadas.**

Indicador Específico: **Índice de satisfação do usuário.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3016	Construção do prédio sede do Detran – Palmas	3.000.000,00	2.765.588,83	92	971	1
3017	Construção de sedes das Ciretrans	900.000,00	0,00	0	11	0
4043	Implantação da banca examinadora volante	40.000,00	0,00	0	2	0
4044	Construção da pista sinalizadora para aplicação das provas de direção	60.000,00	0,00	0	40	0
4046	Implantação da biblioteca especializada	20.000,00	0,00	0	30	0
4050	Capacitação de recursos humanos	40.000,00	5.645,00	14	150	4
4051	Aparelhamento das estações de trabalho	900.000,00	667.964,80	74	130	100

4053	Informatização das Ciretrans	88.204,00	0,00	0	7	5
SUB-TOTAL		5.048.204,00	3.439.198,63	68		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

QUADRO 200 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.365.000,00	1.504.365,92	64	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	150.000,00	77.854,51	52	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	2.890.000,00	2.692.712,26	98	ND	ND
4005	Ações de Informática	1.440.000,00	1.106.340,67	77	ND	ND
SUB-TOTAL		6.845.000,00	5.381.273,36	79		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

QUADRO 201 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	50.000,00	15.608,68	31	ND	ND
4039	Contribuição para o Programa de Formação do Servidor Público - PASEP	141.250,00	73.898,03	52	ND	ND
SUB-TOTAL		191.250,00	89.506,71	47		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

TOTAL DOS PROGRAMAS	12.534.000,00	9.000.178,68	72			
----------------------------	----------------------	---------------------	-----------	--	--	--

2.2.1.9 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO, é uma autarquia que foi criada pela Lei 1.027, de 10 dezembro de 1998, tendo como objetivos:

- Planejar, Coordenar e Executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover a vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

As atribuições da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 12.603.824,00**, com execução de **R\$ 7.852.516,32**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 202 – Execução do Programa 081 - DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL

Objetivo: **Implementar os serviços de defesa e inspeção sanitária vegetal.**

Indicador Específico: **Produtos vegetais inspecionados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **50**

Índice desejado no final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4080	Inspeção de propriedades rurais para controle de pragas e doenças dos vegetais	67.369,00	35.981,64	53	866	0
4088	Inspeção e controle de produção de sementes e mudas no Estado	449.440,00	0,00	0	7.760	11
4090	Fiscalização e controle do comércio de defensivos agrícolas	200.000,00	0,00	0	20	1
SUB-TOTAL		716.809,00	35.981,64	5		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

QUADRO 203 – Execução do Programa 082 - SANIDADE E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL

Objetivo: **Controlar a sanidade animal e inspecionar os produtos e subprodutos de origem animal.**

Indicador Específico: **Taxa de sanidade do rebanho.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **86**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4086	Controle de doenças animais	1.790.905,00	6.411,00	0,3	2.960.000	0
4087	Inspeção e controle de estabelecimentos de produtores e fornecedores e produtos de origem animal	20.000,00	0,00	0	30	11
SUB-TOTAL		1.810.905,00	6.411,00	0,3		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

QUADRO 203 – Execução do Programa 083 - ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA

Objetivo: **Erradicar a febre aftosa do rebanho tocaninense.**

Indicador Específico: **Índice de vacinação.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **93,4**

Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4084	Realização de campanhas profiláticas	750.000,00	37.123,29	5	5.710.000	0
4081	Cadastro de propriedades rurais e estabelecimentos que comercializam produtos agropecuários	280.000,00	0,00	0	50	11
4089	Fiscalização de trânsito de animais	1.062.200,00	4.184,00	100	20	1
SUB-TOTAL		2.092.200,00	41.307,29	2		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

QUADRO 204 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	318.500,00	242.715,25	76	ND	ND
2002	Manutenção de Serviços de Transportes	44.751,00	27.843,83	55	ND	ND
2004	Manutenção de Recursos Humanos	7.486.715,00	7.474.477,46	99	ND	ND
2003	Ações de Informática	15.000,00	4.835,45	32	ND	ND
SUB-TOTAL		7.864.966,00	7.749.871,99	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

QUADRO 205 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
2006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	11.344,00	11.344,00	100	ND	ND
SUB-TOTAL		11.344,00	11.344,00	100		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

TOTAL DOS PROGRAMAS	12.603.824,00	7.852.516,32	62	
----------------------------	----------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.10 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

Foi criado através da Lei nº 020/89 de 21 de abril de 1989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado.

Tem como missão Assistir e capacitar produtores, famílias, comunidades e organizações rurais, visando o aumento da renda e qualidade de vida, bem como executar ou apoiar políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentado no Estado do Tocantins.

As atribuições do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e cinco finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 11.963.338,00**, com execução de **R\$ 7.803.578,64**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 206 – Execução do Programa 136 – FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: **Fortalecer a agricultura familiar, promovendo o aumento da produção, produtividade e rentabilidade das unidades produtivas familiares.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento das unidades produtivas familiares.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **40**

Índice Desejado no Final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4020	Assistência técnica a agricultores familiares	2.167.924,00	1.343.628,19	42	22.870	19.482
4021	Capacitação de servidores	178.000,00	68.111,86	38	120	74
4025	Implantação de unidades didáticas para agroindústria	100.000,00	0,00	0	5	0
4176	Capacitação de produtores rurais	477.100,00	0,00	0	680	1.265
SUB-TOTAL		3.923.024,00	1.411.740,05	36		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 207 – Execução do Programa 166 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO

Objetivo: **Promover a ocupação produtiva das áreas-programa do Estado, sob as dimensões econômica, social e ambiental, na busca da sustentabilidade do desenvolvimento.**

Indicador Específico: **Taxa de realização dos estudos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **70**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4031	Fomento a projetos de prestação de serviços dos ecossistemas de forma sustentado.	547.900,00	24.840,00	5	150	34
SUB-TOTAL		547.900,00	24.840,00	5		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 208 – Execução do Programa 093 - FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: **Fomentar as famílias carentes de agricultores à produção de alimentos para o consumo e a comercialização.**

Indicador Específico: **Renda média familiar.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **2** Índice Desejado no Final do PPA: **3,5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4024	Equipar os escritórios municipais	547.000,00	275.210,87	50	25	25
SUB-TOTAL		547.000,00	275.210,87	50		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 209 – Execução do Programa 102 - FOMENTO A BACIA LEITEIRA

Objetivo: **Incrementar a bovinocultura de leite no Estado.**

Indicador Específico: **Taxa de produtores atendidos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4027	Assistência técnica aos produtores associados	250.000,00	0,00	0	875	734
SUB-TOTAL		250.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 210 – Execução do Programa 053 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Objetivo: **Incentivar a formação de sistemas cooperativistas e associativistas, como forma de organização dos produtores rurais, promovendo o agrobusiness associado e o fortalecimento gerencial e econômico das organizações rurais.**

Indicador Específico: **Taxa de crescimento do número de associações e cooperativas cadastradas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **10** Índice Desejado no Final do PPA: **65**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4032	Estímulo ao intercâmbio e cooperação entre as diversas organizações de produtores	62.400,00	0,00	0	600	0
SUB-TOTAL		62.400,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 211 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	776.214,00	493.342,33	64	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	50.000,00	6.204,62	8	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	5.378.800,00	5.301.765,29	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	60.000,00	9.395,00	16	ND	ND
SUB-TOTAL		6.265.014,00	5.810.707,24	93		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

QUADRO 212 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento à Aposentados e Pensionistas	360.000,00	281.080,48	78	ND	ND
4028	Programa para a formação do patrimônio do servidor público – PASEP	8.000,00	0,00	0	ND	ND
		368.000,00	281.080,48	76		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

TOTAL DOS PROGRAMAS		11.963.338,00	7.803.578,64	65		
---------------------	--	---------------	--------------	----	--	--

2.2.1.11 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

Autarquia instituída pela Lei nº 87 de 27 de outubro de 1989 e estruturado pelo Decreto nº 119 de 18 de agosto de 1995, é uma entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Tem como principal objetivo, a emissão de Títulos definitivos de Propriedades Rurais, sendo, portanto, os proprietários de terras rurais, seu público alvo.

As atribuições do Instituto de Terras do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 4.890.359,00**, com execução de **R\$ 1.154.131,88**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 213 – Execução do Programa 003 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS

Objetivo: **Possibilitar aos servidores do Órgão melhor ambiente de trabalho, promovendo condições adequadas de atendimento ao público.**

Indicador Específico: **Número de pessoas atendidas com satisfação.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **450/600**

Índice Desejado no Final do PPA: **600/600**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3065	Construção do prédio/sede do Itertins	610.000,00	0,00	0	1.200	0
4232	Capacitação dos servidores do Itertins	660.000,00	0,00	0	50	51
SUB-TOTAL		1.270.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

QUADRO 214 – Execução do Programa 023 - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Objetivo: **Emissão de títulos definitivos de propriedades rurais.**

Indicador Específico: **Índice de imóveis regularizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **19**

Índice Desejado no Final do PPA: **46**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.7
4011	Aparelhamento do setor de topografia e cartografia	69.000,00	700,00	1	1	0
4015	Medição de terras públicas	912.508,00	96.356,28	11	1.896	2.420
4016	Realização de vistorias ocupacionais de imóveis rurais	166.040,00	19.089,00	11	1.500	1.738
4017	Desapropriação de áreas para reordenamento fundiário	804.800,00	9.509,59	1	400	27
SUB-TOTAL		1.952.348,00	125.654,87	6		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

QUADRO 215 – Execução do Programa 195 – APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	381.874,00	244.931,57	64	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	183.576,00	115.709,17	63	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	1.012.926,00	994.718,53	98	ND	ND
4005	Ações de Informática	41.975,00	24.185,58	58	ND	ND
SUB-TOTAL		1.620.351,00	1.379.544,85	85		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

QUADRO 216 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento a aposentados e pensionistas	32.860,00	28.860,00	88	ND	ND
4009	Contribuição para programa de formação do patrimônio do servidor público –PASEP	14.800,00	10.072,16	68	ND	ND
SUB-TOTAL		47.660,00	38.932,16	82		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

TOTAL DOS PROGRAMAS	4.890.359,00	1.544.131,88	32	
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.12 Agência Estadual de Saneamento

Instituída pela Lei n.º 1.188, de 23 de novembro de 2000, a Agência Estadual de Saneamento é uma autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Saúde e tem a finalidade precípua de regulação, execução, controle e fiscalização dos serviços de Saneamento.

São competências dessa entidade as seguintes:

- I - executar a política estadual de saneamento;
- II - regulamentar e controlar a prestação dos serviços de saneamento da sua competência;
- III - criar, atualizar e manter à disposição dos interessados sistemas de informação e indicadores dos prestadores de serviços de saneamento no Estado;
- IV - mediar e dirimir conflitos em matérias de concessão, permissão e autorização de serviços de saneamento, incluídos reajustes e revisões de tarifas, com vistas a garantir a universalidade de serviços, a modicidade da remuneração, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e sua compatibilidade com a capacidade de pagamento do usuário;
- V - promover estudos, fixar metas e implementar programas e ações visando à universalização, eficiência e quantidade dos serviços de saneamento;
- VI - capacitar os municípios para gestão dos seus serviços de saneamento, apoiando-os;
- VII - punir, sempre que lhe couber, os infratores da legislação sobre prestação dos serviços de saneamento;

VIII - as atribuições inerentes ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, definidas no art. 23, § 3º e 4º do art. 28 da lei 261, de 20 de fevereiro de 1991;

IX - a gestão:

a) do patrimônio do Estado imobilizado em sistema de saneamento;

b) dos recursos financeiros públicos destinados à aplicação em sistemas de saneamento;

c) promover a integração das políticas de saneamento com as demais políticas estaduais, em especial as relativas a recursos hídricos, saúde pública e meio ambiente.

As atribuições da Agencia de Desenvolvimento do Estado foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 22.184.960,00**, com execução de **R\$ 8.825.337,01**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 217 – Execução do Programa 173 - TOCANTINS JOGA LIMPO

Objetivo: **Promover o gerenciamento dos resíduos sólidos.**

Indicador Específico: **Município com sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3075	Implantação de sistemas de coleta seletiva de lixo nos municípios	0,00	0,00	0	5	ND
3077	Implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos nos municípios	0,00	0,00	0	5	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência Estadual de Saneamento

QUADRO 218 – Execução do Programa 202 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivo: **Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário nas sedes municipais do Estado do Tocantins.**

1º Indicador Específico: **Índice de atendimento em esgotamento sanitário.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **3** Índice Desejado no Final do PPA: **43**

2º Indicador Específico: **Percentual de domicílio com esgotamento sanitário.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **3** Índice Desejado no Final do PPA: **43**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3057	Implantação e ampliação de sistema sanitário e melhoria sanitária domiciliares	13.429.776,00	8.190.964,39	61	43	ND
SUB-TOTAL		13.429.776,00	8.190.964,39	61		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência Estadual de Saneamento

QUADRO 219 – Execução do Programa 212 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Objetivo: **Ampliar e implantar sistema de água.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3056	Implantação de sistema de abastecimento de água	7.831.090,00	7.576,96	0,09	90	ND
3058	Ampliação de sistema de abastecimento de água	567.347,00	301.514,34	66	95	ND
SUB-TOTAL		8.398.437,00	309.091,30	4		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência Estadual de Saneamento

QUADRO 220 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	97.449,00	74.979,76	77	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	0,00	0,00	0	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	228.747,00	226.315,10	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	30.551,00	23.986,46	79	ND	ND
SUB-TOTAL		356.747,00	325.281,32	91		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Agência Estadual de Saneamento

TOTAL DOS PROGRAMAS	22.184.960,00	8.825.337,01	40	
----------------------------	----------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.13 Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

A Medida Provisória n.º 07, de 1º de janeiro de 1989, instituiu Junta Comercial do Estado do Tocantins, autarquia vinculada à Secretaria de Indústria Comércio e Turismo, com subordinação técnica ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.

As atribuições da Junta Comercial do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.385.000,00**, com execução de **R\$ 1.137.923,46**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 221 – Execução do Programa 029 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAL

Objetivo: **Obter o controle dos registros públicos de empresas mercantis no Estado.**

Indicador Específico: **Percentual de empresas registradas**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **50**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3066	Construção da sede da Jucetins	510.000,00	0,00	0	1	0
3067	Implantação do Programa de qualidade	35.000,00	0,00	0	30	0
3068	Atualização do cadastro estadual das empresas	45.000,00	0,00	0	15.000	29.000
3069	Interligação da rede de computadores	55.000,00	0,00	0	1	0
3070	Veiculação de informações	25.000,00	0,00	0	1	0
4147	Registro de empresas	75.000,00	0,00	0	4.500	2.714
		745.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

QUADRO 222 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	412.000,00	296.760,31	73	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	116.000,00	33.859,45	29	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	680.000,00	641.699,56	94	ND	ND
4005	Ações de Informática	422.000,00	165.604,14	39	ND	ND
SUB-TOTAL		1.630.000,00	1.137.923,46	70		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

QUADRO 223 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4148	Contribuição para programa de formação do patrimônio do servidor público -PASEP	10.000,00	0,00	0	ND	ND
		10.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS

TOTAL DOS PROGRAMAS	2.385.000,00	1.137.923,46	48	
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--

2.2.1.14 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM

Essa entidade é uma autarquia estadual criada pela Lei n.º 998, de 14 de julho de 1998, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio. É uma entidade delegada pelo INMETRO para atuar nas áreas de Metrologia Legal e Qualidade. Cumpre, no exercício de suas funções junto à sociedade, importante papel como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial.

Diante da relevante missão atribuída ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins, suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 940.780,00**, com execução de **R\$ 875.731,70**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 224 – Execução do Programa 084 - QUALIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Objetivo: **Licenciar, aferir e fiscalizar os instrumentos metrológicos e a qualidade de bens e serviços.**

Indicador Específico: **Taxa de qualificação profissional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **4,6**

Índice Desejado no Final do PPA: **60,57**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4037	Fiscalização e controle metrológico	98.530,00	98.489,00	99	17.000	19.818
SUB-TOTAL		98.530,00	98.489,00	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins - IPEM

QUADRO 225 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	288.784,00	255.892,53	89	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	66.166,00	57.077,30	86	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	458.500,00	451.931,01	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	28.800,00	12.341,86	43	ND	ND
SUB-TOTAL		842.250,00	777.242,70	92		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins - IPEM

TOTAL DOS PROGRAMAS	940.780,00	875.731,70	93	
---------------------	------------	------------	----	--

2.2.2 Fundações

2.2.2.1 Fundação Cultural do Estado do Tocantins

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins é uma entidade de direito público, criada pela Lei nº 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.466 de 04 de abril de 2002.

Tem a finalidade de planejar, fomentar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, as manifestações

artístico-culturais dos diversos segmentos da sociedade, que se constitui no público alvo. A Fundação tem como objetivo fomentar a política cultural do Estado, mediante recursos públicos, bem como estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação técnico-científica-cultural com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

As atribuições da Fundação Cultural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 1.340.000,00**, com execução de **R\$ 1.288.225,98**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 226 – Execução do Programa 079 - PROMOÇÃO DA CULTURA POPULAR, ARTÍSTICA, RELIGIOSA E FOLCLÓRICA NO TOCANTINS

Objetivo: **Apoiar à prática das manifestações folclóricas, artísticas e religiosa no Tocantins.**

Indicador Específico: **Evento realizado.**

Unidade de Medida: **Unidade**

Índice mais recente: **13**

Índice Desejado no Final do PPA: **15**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4431	Apoio aos eventos culturais	870.396,00	864.291,38	99	15	4
SUB-TOTAL		870.396,00	864.291,38	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundação Cultural do Estado do Tocantins

QUADRO 227 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	401.556,00	357.952,04	89	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	30.915,00	29.832,00	96	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	0,00	0,00	0	ND	ND
4005	Ações de Informática	37.133,00	36.150,56	97	ND	ND
SUB-TOTAL		469.604,00	423.934,60	90		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundação Cultural do Estado do Tocantins

TOTAL DOS PROGRAMAS	1.340.000,00	1.288.225,98	96	
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--

2.2.2.2 Fundação de Medicina Tropical

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins, foi criada em setembro de 2001, pela Lei nº 1.243/2001.

A Lei Complementar nº 31/2002, de 04 de abril de 2002, deu novo ordenamento à Fundação.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

1. Implementar, promover, custear e subvencionar:
 - a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;
 - b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;
 - c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;
 - d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;
 - e) as realizações de congressos, encontros e seminários;
 - f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;
 - g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior;
2. prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do estado, dos demais estados, da União, do Distrito Federal e dos municípios e a entidades de direito privado;
3. contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;
4. produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;
5. firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

As atribuições da Fundação de Medicina Tropical foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.291.111,00**, com execução de **R\$ 2.051.285,52**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 228 – Execução do Programa 332 - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

Objetivo: **Promover capacitação e qualificação técnica a profissionais da saúde e áreas afins a finalidade de formação de STAF da FMT.**

Indicador Específico: **Número de alunos pós-graduados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0**

Índice Desejado no Final do PPA: **40**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3025	Implantação de documentação da FMT	0,00	0,00	0	25	0
3059	Realização de convênios com outras instituições de ensino e pesquisa nacional e/ou estrangeiras	0,00	0,00	0	40	0
3060	Realização de intercâmbios científicos com instituições e/ou estrangeiras	2.799,00	1.225,22	44	60	8
3061	Implantação da biblioteca da FMT	102.175,00	2.174,20	2	25	0
4228	Promoção de eventos científicos e culturais no âmbito da saúde	195.885,00	88.760,35	45	16	4
SUB-TOTAL		300.859,00	92.159,77	31		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 229 – Execução do Programa 333 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA

Objetivo: **Proporcionar o conhecimento, a detecção e pesquisa de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual ou coletiva, com a finalidade de estudos científicos e auxílio técnico as atividades em geral, na doação de medicamento de prevenção e controle das doenças e agravos.**

Indicador Específico: **Número de exames realizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **68.000**

Índice Desejado no Final do PPA: **75.000**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3027	Implantação do Laboratório de Referência	0,00	0,00	0	1	0
3028	Implantação do laboratório de pesquisa de plantas medicinais	3.500,00	1.750,00	50	1	0
4162	Pesquisa clínica, epidemiológica e de avaliação	20.000,00	1.684,95	8	25	0

3026	Construção do complexo da FMT	1.004.259,00	1.002.258,59	99	1	0
SUB-TOTAL		1.027.759,00	1.005.693,54	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 230 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	270.398,00	269.192,22	99	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	20.592,00	16.397,80	80	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	610.505,00	610.503,27	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	60.998,00	57.338,92	94	ND	ND
SUB-TOTAL		962.493,00	953.432,21	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundação Medicina Tropical

TOTAL DOS PROGRAMAS	2.291.111,00	2.051.285,52	90			
----------------------------	---------------------	---------------------	-----------	--	--	--

2.2.3 Fundos Especiais

2.2.2.1 Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES

A Lei nº 867, de 16 de outubro de 1.996, criou o FUNDES, sendo, posteriormente revogada pela Lei nº 1.197, de 13 de dezembro de 2.000. A Lei nº 1.271, de 04 de dezembro de 2.001, determina que o presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

A missão principal desse Fundo é a injeção de recursos por meio de empréstimo e financiamento habitacional aos servidores públicos estaduais e microcrédito para o setor informal, no intuito de se tornar formal os financiamentos para investimentos na área de agronegócios, gerando emprego e renda, incentivando o setor produtivo.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES - foram desenvolvidas através de ações estruturadas em três programas

finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 39.966.540,00**, com execução de **R\$ 7.768.302,79**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 231 – Execução do Programa 041 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUÁRIO

Objetivo: **Estimular e apoiar o processo de geração, difusão e adaptação de tecnologia agrícola, para elevar a produção e a rentabilidade do setor.**

Indicador Específico: **Taxa de pesquisa desenvolvida**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **67**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4119	Financiamento de máquinas e implementos agrícolas para Prefeituras, Associações e Sindicatos	285.000,00	0,00	0	20	0
4137	Fiscalização e avaliação de impactos sócio-econômicos da ação de financiamento agrícola	600,00	0,00	0	20	0
SUB-TOTAL		285.600,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 232 – Execução do Programa 115 - PROGRAMA SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

Objetivo: **Viabilizar recursos financeiros aos servidores públicos estaduais efetivos e reduzir déficit habitacional.**

Indicador Específico: **Servidores públicos efetivos atendidos**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **59,33**

Índice Desejado no Final do PPA: **90**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4152	Financiamento para construção, ampliação e reforma de unidades habitacionais	13.677.915,00	64.211,70	0,4	1.000	0
4045	Concessão de empréstimos para servidores públicos estaduais	19.085.200,00	4.258.200,00	22	20.000	2.373
SUB-TOTAL		32.762.115,00	4.322.411,70	13		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 233 – Execução do Programa 116 - BANCO DA GENTE

Objetivo: **Viabilizar recursos financeiros aos pequenos produtores urbanos e rurais.**

Indicador Específico: **Taxa de empreendedores atendidos**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **54,35** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4047	Apoio financeiro para projeto de empreendedores informais	6.917.825,00	3.445.891,09	50	5.000	1.906
SUB-TOTAL		6.917.825,00	3.445.891,09	50		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

TOTAL DOS PROGRAMAS	39.966.540,00	7.768.302,79	20	
----------------------------	----------------------	---------------------	-----------	--

2.2.3.2 Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUNPM

O referido Fundo foi criado em 2000, mas somente a partir de 2002 passou a ter execução, em 2003 foi realizada a ação de aparelhamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Polícia Militar foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 234 – Execução do Programa 087 - MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR

Objetivo: **Dotar a PM de infra-estrutura moderna e de pessoal qualificado para atender eficazmente as demandas internas e externas.**

Indicador Específico: **Percentual dos recursos captados destinados ao reequipamento da PM.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4121	Aparelhamento da Polícia Militar	2.000.000,00	134.278,35	7	50	50
TOTAL		2.000.000,00	134.278,35	7		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Modernização da Polícia Militar

2.2.3.3 Fundo de Fardamento da Polícia Militar - FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas através de uma ação estruturada em um programa finalístico, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 235 – Execução do Programa 087 - MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR

Programa: 087 –

Objetivo: **Dotar a PM de infra-estrutura moderna e de pessoal qualificado para atender eficazmente as demandas internas e externas.**

Indicador Específico: **Percentual dos recursos captados destinados ao reequipamento da PM.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4220	Aquisição de Fardamento	700.000,00	364.031,23	52	100	100
TOTAL		700.000,00	364.031,23	52		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar

2.2.3.4 Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 236 – Execução do Programa 150 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: **Melhorar a infra-estrutura no Tocantins e atender ao Projeto Orla.**

Indicador Específico: **Indicar em definição.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3050	Pavimentação urbana	2.100.000,00	1.555.232,50	74	76.900	ND
3051	Implantação de rede de abastecimento de água	2.357.530,00	1.525.643,41	65	60.000	ND
3052	Implantação de rede de esgoto	850.000,00	109.056,80	13	40.000	ND
4108	Infra-estrutura básica da Orla – Projeto Orla	1.522.470,00	612.999,59	40	260.000	ND
4170	Implantação de rede de distribuição de energia urbana “Iluminação”	1.080.000,00	972.403,51	90	1.000.000	ND
4171	Demarcação de quadras	390.000,00	39.000,00	10	30	ND
TOTAL		8.300.000,00	4.814.335,81	58		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

2.2.3.5 Fundo de Apoio à Moradia Popular

Esse fundo foi criado pela Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla. Tem como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

Em 2003, esse fundo foi contemplado com dois programas finalísticos, no entanto não executou nenhuma ação, apesar de terem sido autorizados recursos da ordem de **R\$ 7.000.000,00**. Os quadros abaixo demonstram a programação autorizada na LDO.

QUADRO 237 – Execução do Programa 150 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: **Melhorar a infra-estrutura no Tocantins e atender ao Projeto Orla.**

Indicador Específico: **Indicar em definição.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3064	Infra-estrutura básica da orla do lago - Projeto Orla	1.250.000,00	0,00	0	160.000	0
SUB-TOTAL		1.250.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Anexo 11/2003 do Fundo de Apoio à Moradia Popular

QUADRO 238 – Execução do Programa 011 - HABITAÇÃO

Objetivo: **Reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições habitacionais do Estado.**

Indicador Específico: **Déficit habitacional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **28,15** Índice Desejado no Final do PPA: **20**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
3021	Construção de moradia popular	2.500.000,00	0,00	0	600	0
3053	Construção de habitações para o Projeto Orla	2.224.834,00	0,00	0	540	0
4251	Financiamento de habitações para o Projeto Orla	1.025.166,00	0,00	0	280	0

SUB-TOTAL	5.750.000,00	0,00	0	
------------------	---------------------	-------------	----------	--

FONTE – PPA 2000/2003 – Anexo 11/2003 do Fundo de Apoio à Moradia Popular

TOTAL DOS PROGRAMAS	7.000.000,00	0,00	0	
----------------------------	---------------------	-------------	----------	--

2.2.3.6 Fundo Estadual de Modernização Jurídica

Instituído pela Lei n.º 1.260m de 18 de outubro de 2001, é vinculado à Procuradoria Geral do Estado, destinado à captação de recursos para o custeio das atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima, compreendendo a:

I – organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas;

II – elaboração e organização de coletânea de artigos e jurisprudências;

III – divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial;

IV – promoção do intercâmbio com entidades públicas ou privadas;

V – aquisição de livros, revistas e demais elementos de estudo;

VI – manutenção de bancos de dados de interesse jurídico, arquivos e da biblioteca da Procuradoria Geral;

VII – contratação de serviços técnicos ou especializados de terceiros.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 239 – Execução do Programa 104 - DEFESA JURÍDICA NO ESTADO

Objetivo: **Defender juridicamente ações judiciais que envolvam o Poder Executivo.**

Indicador Específico: **Taxa de processos agilizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **80**

Índice Desejado no Final do PPA: **99**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4022	Manutenção do Centro de Estudos	28.000,00	3.420,00	12	ND	ND
4023	Capacitação de Procuradores	32.000,00	0,00	0	ND	ND
4026	Aquisição de material bibliográfico	25.000,00	7.109,94	28	ND	ND
4030	Divulgação de matéria jurídica	15.000,00	0,00	0	ND	ND
4033	Ampliação do acervo bibliográfico para o ensino de graduação	23.000,00	11.044,00	48	ND	ND
TOTAL		123.000,00	21.573,94	18		

FONTE – PPA 2000/2003 – Anexo 11/2003 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica

2.2.3.7 Fundo Estadual Antidrogas

A Lei n.º 1.138, de 28 de fevereiro de 2000, instituiu o Fundo Estadual Antidrogas que destina-se ao seguinte:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições da Agencia do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um único programa finalístico, demonstrado da seguinte forma no quadro a seguir:

QUADRO 240 – Execução do Programa 415 - CIDADANIA SIM DROGAS NÃO

Objetivo: **Promover a prevenção, recuperação e tratamento de dependentes químicos, reinserindo-os na sociedade.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4174	Apoio às ações municipais e entidades de prevenção, tratamento e recuperação de usuários e dependentes	724.000,00	0,00	0	ND	ND
4175	Articulação das Entidades Públicas e Privadas para a prevenção e combate ao uso de drogas	248.000,00	0,00	0	ND	ND
4073	Incentivo às ações interadas de inteligências – PM/Civil	348.000,00	0,00	0	ND	ND
TOTAL		1.320.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Anexo 11/2003 do Fundo Estadual Antidrogas

2.2.3.8 Fundo Prosperar

Vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio, esse fundo foi criado pela Lei n.º 494, de 15 de dezembro de 1992, para servir de suporte financeiro ao Programa PROSPERAR, instituído pela Lei n.º 761, de 08 de julho de 1985, passando a vigorar em conformidade com as Leis n.º 1.355/2002 e 1.385/2003 e regulamentação feita pelo Decreto n.º 1.768, de 12 de junho de 2003.

O Fundo Prosperar tem por finalidade promover a expansão e a diversificação do setor empresarial do Estado do Tocantins, estimulando investimentos e competitividade, com ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais.

As atribuições do Fundo Prosperar foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 1.807.000,00**, com execução de **R\$ 635.518,61**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 241 – Execução do Programa 072 - ATRAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAIS

Objetivo: **Conceder incentivos para empresas do ramo industrial e agroindustrial; empréstimos financeiros para micro e pequenas empresas e produtores rurais; divulgar as potencialidades e os incentivos oferecidos pelo Estado instituir instrumentos de orientações técnicas para o comércio exterior.**

Indicador Específico: **Taxa de empresas beneficiadas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,8**

Índice Desejado no Final do PPA: **14,55**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4038	Concessão de benefícios do Fundo de Promoção Industrial	253.000,00	72.172,50	30	10	48
4094	Concessão de benefícios financeiros para empresas do ramo industrial e agroindustrial	685.700,00	0,00	0	10	0
4099	Divulgação das potencialidades dos benefícios financeiros concedidos pelos programas	50.000,00	18.532,64	37	10	11
4100	Auditar empresas beneficiadas pelo Programa Prosperar	15.000,00	2.770,00	18	1	12
4101	Divulgação das oportunidades de comércio e atração de investimentos para o setor	170.000,00	166.050,20	98	15	9
4102	Elaboração de estudos setoriais de mercado para produtos com potencial para exportação	17.000,00	0,00	0	5	0
4103	Apoio técnico às empresas exportadoras	15.000,00	0,00	0	10	0
4104	Confecção de material de marketing	55.000,00	36.431,70	66	3.000	15.209
4105	Realização de Seminários sobre os setores produtivos do Tocantins	20.000,00	0,00	0	3	3
SUB-TOTAL		1.280.700,00	296.957,04	23		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Prosperar

QUADRO 242 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	342.300,00	276.648,62	81	ND	ND

4002	Manutenção de Serviços de Transportes	85.200,00	30.944,05	36	ND	ND
4005	Ações de Informática	98.800,00	30.968,90	31	ND	ND
SUB-TOTAL		526.300,00	338.561,57	64		

TOTAL DOS PROGRAMAS		1.807.000,00	635.518,61	35		
----------------------------	--	---------------------	-------------------	-----------	--	--

2.2.3.9 Fundo Estadual de Saúde

Por força da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Estado instituiu o Fundo Estadual de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo, Previdência Social** e oito finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 218.656.858,00**, com execução de **R\$ 175.295.048,02**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 243 – Execução do Programa 183 - PROVIDA

Objetivo: **Combater a desnutrição e melhorar a qualidade de vida através da educação e orientação alimentar.**

Indicador Específico: **Taxa de redução de desnutrição.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **ND**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4131	Manutenção do serviço de transportes	23.000,00	484,00	2	3	ND
4132	Ações de informática	7.000,00	1.900,57	27	7	ND
4133	Manutenção dos serviços administrativos gerais	215.380,00	170.512,98	79	12	ND
4141	Capacitação permanente em alimentação alternativa e farmácia viva	14.240,00	13.719,50	96	8.618	ND
4158	Supervisão e assessoramento aos núcleos de prod. alimentação e farmácia viva	11.900,00	3.585,50	30	36	ND

4157	Implantação de Unidades de processamento e distribuição de produtos	0,00	0,00	0	36	ND
4134	Reflorestamento com mudas frutíferas nos núcleos de produção de alimentos	0,00	0,00	0	36	ND
SUB-TOTAL		271.520,00	190.202,55	70		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 244 – Execução do Programa 020 - DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL PARA A SAÚDE

Objetivo: **Qualificar e promover a existência de Recursos Humanos, para garantir o atendimento adequado da demanda em saúde do Estado do Tocantins.**

Indicador Específico: **Profissionais capacitados em ações de saúde.**

Unidade de Medida: **Pessoa**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4128	Especialização de Recursos Humanos para a saúde no Tocantins	430.000,00	303.796,32	71	160	ND
4129	Treinamento em serviços para profissionais que atuam em saúde	630.000,00	0,00	0	350	ND
SUB-TOTAL		1.060.000,00	303.796,32	29		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 245 – Execução do Programa 208 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Objetivo: **Proporcionar o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.**

1º Indicador Específico: **Proporção de indivíduos c/ diabetes melitus acomp. Na rede após detecção de suspeito.**

Unidade de Medida: **1 / 100.000**

Índice mais recente: **19.146** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

2º Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal animal.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **96,54**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

3º Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal contra Pólio.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **108**

Índice Desejado no Final do PPA: **95**

4º Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal em Febre Amarela.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **103**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

5º Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal em Sarampo.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **105**

Índice Desejado no Final do PPA: **95**

6º Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal em Tríplice/DPT.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **99**

Índice Desejado no Final do PPA: **95**

7º Indicador Específico: **Taxa de cobertura da população atendida pela equipe de Saúde da Família.**

Unidade de Medida: **1/100**

Índice mais recente: **50/10**

Índice Desejado no Final do PPA: **0**

8º Indicador Específico: **Coefficiente de prevalência de Câncer.**

Unidade de Medida: **1/10.000**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **0,3**

9º Indicador Específico: **Indicador de cárie dental CPO-D.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **4,6**

Índice Desejado no Final do PPA: **2.9**

10º Indicador Específico: **Taxa de cobertura de exame papanicolau em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **13,33**

Índice Desejado no Final do PPA: **30**

11° Indicador Específico: **Índice de lâmina positiva.**

Unidade de Medida: **1/100.000 hab**

Índice mais recente: **1,17**

Índice Desejado no Final do PPA: **0,5**

12° Indicador Específico: **Incidência de casos de AIDS.**

Unidade de Medida: **1/100.000 hab**

Índice mais recente: **2,68/100.000 hab** Índice Desejado no Final do PPA: **2,68/100.000 hab**

13° Indicador Específico: **Coeficiente com incidência de Tuberculose**

Unidade de Medida: **1/100.000 hab**

Índice mais recente: **10,17/100.000**

Índice Desejado no Final do PPA: **10**

14° Indicador Específico: **Coeficiente de prevalência da Hanseníase.**

Unidade de Medida: **1/100.000 hab**

Índice mais recente: **14,6/10.000**

Índice Desejado no Final do PPA: **13,87/10.000**

15° Indicador Específico: **Taxa de incidência da Dengue.**

Unidade de Medida: **1/100.000**

Índice mais recente: **251.78**

Índice Desejado no Final do PPA: **175**

16° Indicador Específico: **Incidência de Leishmaniose Visceral (LV) Leishmaniose Tegumentar (LTa).**

Unidade de Medida: **1 / 100.000 hab**

Índice mais recente: **LV=8.6**

Índice Desejado no Final do PPA: **LV=4.5**

LTa=44.9

Lta= 0

17° Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal em BCG.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **99,57**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

18° Indicador Específico: **Taxa de cobertura vacinal em Hepatite B.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **91.70**

Índice Desejado no Final do PPA: **100**

19° Indicador Específico: **Infestação domiciliar pelo Triatoma Infestans.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0,13**

Índice Desejado no Final do PPA: **0**

20° Indicador Específico: **Taxa de incidência de Doença Mental.**

Unidade de Medida: **1/100.000**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **0**

21° Indicador Específico: **Número de consultas de pré-natal e o número de nascidos vivos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **73,46**

Índice Desejado no Final do PPA: **80**

22° Indicador Específico: **Vigilância do Câncer no Estado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente:

Índice Desejado no Final do PPA:

23° Indicador Específico: **Taxa de mortalidade infantil.**

Unidade de Medida: **1/1.000**

Índice mais recente: **33,3/1.000NV**

Índice Desejado no Final do PPA: **19.5/1.000NV**

24° Indicador Específico: **Taxa de incidência dos DORTS.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **30.000**

25° Indicador Específico: **Percentual de profissionais treinados em curso básico de vigilância epidemiológica.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND**

Índice Desejado no Final do PPA: **0**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4098	Educação permanente para saúde da família, saúde bucal e saúde escolar	481.394,00	28.120,00	6	4.232	ND
4079	Promoção de eventos sobre a saúde do trabalhador	266.432,00	12.372,00	5	33	ND

4118	Controle de Câncer e seus fatores de risco	857.068,00	88.248,78	10	1.000	ND
4161	Imunização da população do Estado do Tocantins	1.175.272,00	385.782,98	33	1.600.000	ND
4194	Promoção da atenção à saúde da família nos municípios do Estado	314.994,00	231.734,67	74	70	ND
4195	Realização da assistência preventiva e curativa à saúde da criança, mulher e adulto.	8.566.605,00	6.503.833,28	76	808.680	ND
4201	Prevenção e controle de endemias nos municípios no Estado do Tocantins	1.666.377,00	59.770,74	4	139	ND
4202	Campanha de vacinação animal	2.770.335,00	43.878,13	8	175.247	ND
4203	Prevenção e combate às doenças transmissíveis nos municípios	1.135.200,00	213.551,01	19	139	ND
4204	Desenvolvimento nos municípios de políticas facilitadoras do conhecimento dos fatores determinados e condicionantes de saúde	3.603.800,00	1.635.320,11	45	139	ND
4093	Capacitação de recursos humanos das unidades básicas de saúde, participação do amigo da amamentação	60.000,00	9.680,75	16	608	ND
SUB-TOTAL		20.897.477,00	9.212.292,45	44		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 246 – Execução do Programa 030 - BOLSA CIDADÃ

Objetivo: **Proporcionar aos cidadãos tocaninenses capacitação em áreas específica, possibilitando-lhes experiências práticas, através da atuação na comunidade, preparando-os para inserção no mercado de trabalho e promovendo geração de renda.**

Indicador Específico: **Pessoas desempregada acima de 30 anos.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4225	Concessão de bolsas para orientadores sociais da cidade	0,00	0,00	0	1.040	ND
4226	Concessão de bolsa para os agentes sociais da cidade	4.340.088,00	4.152.528,00	96	6.037	ND
SUB-TOTAL		4.340.088,00	4.152.528,00	96		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 247 – Execução do Programa 031 - SAÚDE DO ESCOLAR

Objetivo: **Realizar atenção à saúde escolar, reconhecendo a escola como área estratégica para o desenvolvimento das ações de saúde prioritárias para o escolar, dentre elas a assistência às debilidades visuais e auditivas e levar ações de promoção à saúde bucal.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4036	Implantação da Saúde Escolar	156.709,00	86.767,92	55	500	ND
4071	Contratação de agentes escolares de saúde nos municípios	397.730,00	367.490,00	92	500	ND
4078	Assistências auditivas, visuais e odontológicas aos escolares (Para Ouvir, Ver e Sorrir)	701.719,00	655.879,42	93	110.000	ND
SUB-TOTAL		1.256.158,00	1.110.137,34	88		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 248 – Execução do Programa 139 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Objetivo: **Garantir a qualidade dos medicamentos expostos dos estabelecimentos de produtos alimentícios e dos estabelecimentos de serviços de saúde.**

Indicador Específico: **Taxa de estabelecimento fiscalizado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **83** Índice Desejado no Final do PPA: **83**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4130	Manutenção da política de vigilância sanitária.	400.495,00	173.819,90	43	1	ND
4200	Fiscalização de produtos e serviços em estabelecimentos comerciais e industriais	452.637,00	176.693,22	39	25.000	ND
4193	Manutenção dos procedimentos do LACEN	1.410.724,00	521.762,93	37	ND	ND
3055	Fortalecimento da vigilância do SUS	4.390.166,00	1.807.528,04	41	ND	ND
SUB-TOTAL		80.150.502,00	50.605.807,99	63		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 249 – Execução do Programa 143 - MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E SANITÁRIOS

Objetivo: **Adequação, modernização e implementação da assistência médica e sanitária no Tocantins.**

1º Indicador Específico: **Índice de cobertura de transfusões sanguíneas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **53** Índice Desejado no Final do PPA: **80**

2º Indicador Específico: **Proporção de municípios que notificam aos diferentes sistemas de informação em saúde.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **65,37** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

3º Indicador Específico: **Percentual de profissionais treinados nas ações do programa em relação programado.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0** Índice Desejado no Final do PPA: **40**

4º Indicador Específico: **Número de exames não realizados no LACEN.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **37** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3054	Construção, ampliação e aparelhamento da rede física de saúde	41.435.072,00	18.626.778,57	45	6	ND
4196	Manutenção dos serviços hospitalares	30.747.540,00	28.891.828,45	94	14	ND
4197	Implantação e manutenção da rede de informação em saúde	407.000,00	0,00	0	50	ND
4198	Manutenção da Hemorrede	1.760.000,00	757.910,00	43	1	ND
SUB-TOTAL		74.349.612,00	48.276.517,02	65		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 250 – Execução do Programa 011 - HABITAÇÃO

Objetivo: **Reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições habitacionais do Estado.**

1º Indicador Específico: **Déficit habitacional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **28,15** Índice Desejado no Final do PPA: **20**

2º Indicador Específico: **Déficit habitacional.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **28,15** Índice Desejado no Final do PPA: **20**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3022	Construção de moradia do projeto Casa Nova	1.202.430,00	1.153.800,00	96	2.124	ND
SUB-TOTAL		1.202.430,00	1.153.800,00	96		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 251 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.259.084,00	4.002.816,75	94	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	4.646.483,00	4.612.657,24	99	ND	ND
4004	Manutenção de Recursos Humanos	96.294.608,00	96.264.260,32	99	ND	ND
4005	Ações de Informática	412.105,00	322.982,41	78	ND	ND
SUB-TOTAL		105.612.280,00	105.202.716,72	97		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 252 – Execução do Programa 196 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Assegurar os Benefícios previdenciários a servidores estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4006	Pagamento a Aposentados e Pensionistas	3.013.271,00	3.013.253,00	99	ND	ND
		3.013.271,00	3.013.253,00	99		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Saúde

TOTAL DOS PROGRAMAS		218.656.858,00	175.295.048,02	81		
----------------------------	--	-----------------------	-----------------------	-----------	--	--

2.2.2.10 Fundo de Defesa Agropecuária – FUNPEC

O FUNPEC - Fundo de Defesa Agropecuária – foi criado com base na Lei nº 503, de 28 de dezembro de 1992, e a partir do Decreto 1.029 de 1º de setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas finalísticos, tendo como recursos autorizados o montante de **R\$ 2.090.000,00**, com execução de **R\$ 1.979.711,36**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 253 – Execução do Programa 081 - DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL

Objetivo: **Implementar os serviços de defesa e inspeção sanitária vegetal.**

Indicador Específico: **Produtos vegetais inspecionados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **50** Índice Desejado no Final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4014	Apoio à execução das ações de defesa sanitária vegetal.	644.645,00	561.014,35	87		
SUB-TOTAL		644.645,00	561.014,35	87		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo de Defesa Agropecuária

QUADRO 254 – Execução do Programa 082 - SANIDADE E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL

Objetivo: **Controlar a sanidade animal e inspecionar os produtos e subprodutos de origem animal.**

Indicador Específico: **Taxa de sanidade do rebanho.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **86** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4018	Apoio à execução das ações de defesa sanitária animal.	1.445.355,00	1.418.697,01	98		
SUB-TOTAL		1.445.355,00	1.418.697,01	98		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo de Defesa Agropecuária

TOTAL DOS PROGRAMAS		2.090.000,00	1.979.711,36	95		
---------------------	--	--------------	--------------	----	--	--

2.2.2.11 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE

Tem como objetivo prover o Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP, com os recursos orçamentários e financeiros necessários à operacionalização das ações de capacitação dos servidores do Poder Executivo.

Sua missão assegurar a captação de recursos, garantindo a continuidade efetiva da política de capacitação.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo** e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 750.000,00**, com execução de **R\$ 583.792,08**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 255 – Execução do Programa 034 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS

Objetivo: **Qualificar, atualizar e adequar a mão-de-obra existente no âmbito do Poder Executivo Estadual, através de ações de capacitação.**

Indicador Específico: **Índice de servidores públicos capacitados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **0** Índice Desejado no Final do PPA: **25**

Indicador Específico: **Taxa de capacitação do servidor público.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **11** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4165	Capacitação continuada dos servidores públicos	339.000,00	272.891,26	80	3.000	2.829
SUB-TOTAL		339.000,00	272.891,26	80		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo - FUNCASE

QUADRO 256 – Execução do Programa 195 - APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: **Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	215.000,00	160.152,91	74	ND	ND
4002	Manutenção de Serviços de Transportes	31.000,00	26.559,12	86	ND	ND
4005	Ações de Informática	165.000,00	124.188,79	75	ND	ND
SUB-TOTAL		411.000,00	310.900,82	76		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo - FUNCASE

TOTAL DOS PROGRAMAS	750.000,00	583.792,08	78	
---------------------	------------	------------	----	--

2.2.2.12 Fundo Estadual Defesa dos Interesses Difusos

A Lei n.º 1.250 de 20 de setembro de 2001, institui o Fundo Estadual Defesa dos Interesses Difusos, vinculado à Secretaria da Cidadania e Justiça, destinado a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa dos interesses difusos, compreendendo:

I - financiamento de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor;

II - aquisição de equipamentos e materiais;

III - treinamento de servidores;

IV - promoções e eventos relativos à educação, pesquisa e divulgação de informações do interesse do consumidor;

V - edição de material técnico-educativo;

VI - implantação dos Núcleos Regionais de Defesa do Consumidor;

VII - prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado.

No exercício de 2003, esse fundo não executou nenhuma ação, apesar de ter como recurso autorizado o montante de **R\$ 104.800,00**, conforme demonstra o quadro abaixo.

QUADRO 257 – Execução do Programa 114 - DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Objetivo: **Levar a orientação ao consumidor sobre seus direitos e cuidados que devem ser adotados na relação de consumo.**

Indicador Específico: **Taxa de processos agilizados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **68**

Índice Desejado no Final do PPA: **98**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4052	Qualificação de pessoal	25.800,00	0,00	0	ND	ND
4057	Informatização das regionais do Procon	25.000,00	0,00	0	ND	ND
4058	Ampliação da frota de veículos	54.000,00	0,00	0	ND	ND
TOTAL		104.800,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual Defesa dos Interesses Difusos

2.2.2.13 Fundo Estadual de Defensoria Pública

Instituído pela Lei n.º 1.251 de 20 de setembro de 2001, é vinculado à Secretaria da Justiça, destinado a prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de defensoria pública, compreendendo:

I - aquisição de equipamentos;

II - implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública;

III - treinamento de servidores;

IV - promoções e eventos científicos e educativos;

V - edição de material técnico-educativo.

No exercício de 2003, este fundo não executou nenhuma ação, apesar de ter como recurso autorizado o montante de **R\$ 140.000,00**, conforme demonstra o quadro abaixo.

QUADRO 258 – Execução do Programa 105 - ATENDIMENTO JUDICIAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento e modernização da Instituição para a universalização da justiça.**

Indicador Específico: **Taxa de pessoas atendidas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **80**

Índice Desejado no Final do PPA: **99**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.
4059	Informatização dos núcleos da Defensoria Pública	44.000,00	0,00	0	ND	ND
4060	Ampliação da Frota de Veículos da Defensoria Pública	96.000,00	0,00	0	ND	ND
SUB-TOTAL		140.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual Defesa dos Interesses Difusos

2.2.2.14 Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

A Lei nº 780 de 02 de outubro de 1995 regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual, cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins, institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia com a finalidade de formular as diretrizes e promover a execução da política de ciência e tecnologia do Estado, observados os seguintes princípios;

I – tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à difusão de tecnologias adequadas ao desenvolvimento do Estado do Tocantins, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência;

II – pesquisa tecnológica, voltada, preponderantemente, para a solução dos problemas regionais e para a solução dos problemas regionais e para o desenvolvimento produtivo do Estado.

III- formulação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as pesquisas científicas e tecnológicas, apoiadas, principalmente, com a concessão de bolsas, para os que nela se iniciam e dê condições especiais de trabalho, aos que nela se ocupam;

IV- a política científica e tecnológica considerará sempre o respeito:

- a) À recuperação do meio ambiente;
- b) À vida e à saúde;
- c) Ao aproveitamento racional, não predatório, dos recursos naturais;
- d) Aos valores culturais do povo.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dez programas finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 1.931.800,00**, com execução de **R\$ 488.988,40**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 259 – Execução do Programa 190 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM GRADUAÇÃO E PÓS- GRADUAÇÃO

Objetivo: **Financiamento de bolsas de estudo para universitários carentes no Tocantins.**

Indicador Específico: **Alunos contemplados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4114	Contribuição na implantação de recursos de pós-graduação	0,00	0,00	0	3	ND
4115	Concessão de créditos educativos a estudantes carentes	1.113.000,00	473.000,00	42	1.000	425
4113	Contribuição na formação de discentes de nível superior	11.500,00	11.498,40	99	3	3
4180	Concessão de bolsas de iniciação à pesquisa	12.800,00	0,00	0	15	ND
4181	Concessão de bolsas de qualificação de descentes e técnicos	748.500,00	2.500,00	33	40	1
SUB-TOTAL		1.885.800,00	486.998,40	26		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 260 – Execução do Programa 188 - CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA

Objetivo: **Promover a ampliação da rede de postos pluviométricos e instalação de estações meteorológicas automáticas.**

Indicador Específico: **Taxa de estação instaladas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

Indicador Específico: **Taxa de boletins climáticos e de monitoramento dos parâmetros climáticos divulgados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4110	Implantação de núcleo de monitoramento do tempo, clima e hidrologia	0,00	0,00	0	40	ND
4109	Implantação e manutenção de rede hidrometeorológica estadual	0,00	0,00	0	3	ND
4185	Produção e divulgação de informações meteorológicas	0,00	0,00	0	520	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 261 – Execução do Programa 078 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ARTESANATO

Objetivo: **Promover, divulgar, estimular e orientar o artesanato do Tocantins.**

Indicador Específico: **Taxa de artesanato atendido.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **20** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4121	Capacitação de recursos humanos em artesanato	10.000,00	0,00	0	20	ND
4182	Pesquisa e desenvolvimento em artesanato	10.000,00	0,00	0	40	ND
SUB-TOTAL		20.000,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 262 – Execução do Programa 013 - GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA DO TOCANTINS

Objetivo: **Desenvolver pesquisa para o conhecimento do potencial geológico e hidrogeológico no Tocantins.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4169	Levantamento e pesquisa de recursos minerais	0,00	0,00	0	20	ND
4127	Levantamento de recursos hídricos subterrâneos	0,00	0,00	0	ND	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 263 – Execução do Programa 184 - GESTÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Objetivo: **Promover o desenvolvimento tecnológico do Tocantins.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4095	Elaboração do plano de políticas de desenvolvimento em C&T	0,00	0,00	0	1	ND
4097	Implantação do sistema Estadual de informação sobre C&T	0,00	0,00	0	30	ND
4158	Identificação e implantação de instrumento de fomento C&T	0,0	0,00	0	30	ND
4183	Integração ao sistema de C&T	24.000,00	0,00	0	12	ND
4184	Difusão de C&T	2.000,00	2.000,00	100	2.000	2
SUB-TOTAL		26.000,00	2.000,00	8		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 264 – Execução do Programa 185 - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE PASTAGENS

Objetivo: **Apoiar a realização de pesquisa e validação de tecnologias em manejo e conservação de pastagens.**

Indicador Específico: **Taxa de projetos de pesquisas realizadas**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4159	Pesquisa e desenvolvimento de forrageiras para pastagens	0,00	0,00	0	30	ND
4160	Pesquisa e desenvolvimento em controle de pragas em pastagens	0,00	0,00	0	40	ND
4163	Pesquisa e desenvolvimento em recuperação de pastagens degradadas	0,00	0,00	0	30	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 265 – Execução do Programa 186 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS

Objetivo: **Propiciar a pesquisa, validação, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de produção com introdução e avaliação de cultivares de grãos.**

Indicador Específico: **Taxa de tipos de sementes produzidas.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4164	Avaliação de cultivares de grãos	0,00	0,00	0	40	ND
4166	Aprimoramento de sistema de produção de cultivares de grãos	0,00	0,00	0	40	ND
4167	Normatização de sementes de cultivares de grãos	0,00	0,00	0	40	ND
4168	Avaliação de genótipos de feijão com aprimoramento de sistema de produção	0,00	0,00	0	40	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 266 – Execução do Programa 187 - DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

Objetivo: **Favorecer a pesquisa e validação de tecnologias em fruticulturas com o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de produção, bem como propiciar a introdução e avaliação de cultivares de abacaxi, banana, coco, citros e manga .**

Indicador Específico: **Taxa de sistemas de produção aprimorados.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4223	Estudo e pesquisa para o desenvolvimento da fruticultura	0,00	0,00	0	40	ND
4224	Difusão de tecnologia em fruticultura	0,00	0,00	0	50	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 267 – Execução do Programa 189 - DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Objetivo: **Promover a realização de estudos, pesquisas e validação de tecnologias para implantação de atividades florestais.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice Desejado no Final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4111	Realização de zoneamento ecológico e florestal do Tocantins	0,00	0,00	0	1	ND
4112	Realização de estudo e pesquisa para o desenvolvimento florestal	0,00	0,00	0	25	ND
4186	Elaboração do plano de desenvolvimento florestal	0,00	0,00	0	1	ND
4187	Realização de estudo e pesquisa para a conservação, manejo e utilização de agrofloresta	0,00	0,00	0	20	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 268 – Execução do Programa 206 - DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIO

Objetivo: **Desenvolver conhecimentos para incrementar a competitividade das cadeias produtivas.**

Indicador Específico: **Taxa de produtividade dos pesquisadores.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4188	Estudo e pesquisa para o desenvolvimento em agronegócio	0,00	0,00	0	30	ND
4189	Estudos das cadeias produtivas agrícola e pecuárias	0,00	0,00	0	30	ND
SUB-TOTAL		0,00	0,00	0		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

TOTAL DOS PROGRAMAS	1.931.800,00	488.998,40	25	
----------------------------	---------------------	-------------------	-----------	--

2.2.2.15 Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS

É um fundo criado com base na Lei Nº 567 de 9 de julho de 1993, vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. A denominação atual decorre das disposições da Lei N.º 808, de 19 de dezembro de 1995, que lhe deu as seguintes atribuições (Artigo 4.º):

O objetivo principal é assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, tais como habitação, saneamento básico e promoção humana.

As atribuições do Fundo Estadual de Assistência Social foram desenvolvidas através de ações estruturadas em oito programas finalísticos, que contaram com recursos programas autorizados da ordem de **R\$ 23.522.368,00**, com execução de **R\$ 10.031.591,53**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 269 – Execução do Programa 014 - PROGRAMA ALVORADA

Objetivo: **Elevar a qualidade de vida das populações menos favorecidas e reduzir as desigualdades sociais propiciando aos cidadãos oportunidades de trabalho e acesso aos bens e serviços, estimulando o desenvolvimento dos municípios e microrregiões tocantinenses.**

Indicador Específico: **Índice de desenvolvimento humano.**

Unidade de Medida: **Idh < 0.500**

Índice mais recente: **0.323** Índice desejado no final do PPA: **0.500**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4068	Capacitação de agentes comunitários	330.653,00	154.130,00	47	500	219
4069	Implantação dos Portais do Alvorada	679.868,00	213.475,37	31	34	0
SUB-TOTAL		1.010.521,00	367.605,37	36		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 270 – Execução do Programa 091 - MÃE PIONEIRA

Objetivo: **Proporcionar oportunidades de emprego e de renda às famílias carentes.**

Indicador Específico: **Renda média mensal**

Unidade de Medida: **Salário mínimo**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **1, 5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4085	Capacitação profissional dos participantes nas unidades produtivas	1.000,00	0,00	0	100	0
4135	Implantação e implementação de unidades produtivas	3.458.701,00	1.872.714,45	54	18	61
SUB-TOTAL		3.459.701,00	1872.714,45	54		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 271 – Execução do Programa 093 - FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: **Fomentar as famílias carentes de agricultores à produção de alimentos para consumo e comercialização.**

Indicador Específico: **Renda média familiar.**

Unidade de Medida: **Salário mínimo**

Índice mais recente: **2** Índice desejado no final do PPA: **3,5**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3012	Apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de atividades apícolas regionais	80.000,00	0,00	0	300	0
3029	Implantação de unidades de avicultura	24.245,00	0,00	0	6	0
4072	Implantação de unidades de piscicultura	45.482,00	21.400,00	47	9	0
4077	Capacitação profissional de técnicos e produtores	1.100,00	0,00	0	980	0
4142	Implantação e implementação de pequenas unidades de agroindústria	506.380,00	5.710,50	1	500	0
SUB-TOTAL		657.207,00	27.110,50	5		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 272 – Execução do Programa 098 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: **Promover a descentralização da assistência social nos municípios do Estado.**

Indicador Específico:

Unidade de Medida:

Índice mais recente: Índice desejado no final do PPA:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4139	Capacitação de recursos humanos para descentralização da assistência social	147.223,00	46.090,31	31	950	1
4140	Monitoramento do processo de descentralização nos municípios	331.636,00	236.713,46	71	37	139
4191	Apoio aos Conselhos de Assistência Social Estadual e Municipal	84.649,00	41.261,60	12	31	31
SUB-TOTAL		563.508,00	324.065,37	57		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 273 – Execução do Programa 099 - VALORIZAÇÃO DO IDOSO

Objetivo: **Assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.**

Indicador Específico: **Número de idosos acima de 60 anos incluídos em serviço.**

Unidade de Medida: **1/1000**

Índice mais recente: **ND** Índice desejado no final do PPA: **100**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4191	Atendimento na modalidade Casa-lar, Centro-dia	1.459.213,00	367,01	0,2	440	0
4123	Atendimento ao idoso na modalidade conviver	318.140,00	217.432,27	68	3.054	2.803
4124	Atendimento ao idoso na modalidade asilar	148.600,00	87.220,57	59	170	142
4125	Implantação de grupo de convivência	142.632,00	440,00	0,3	25	0
4126	Atendimento domiciliar ao idoso	491.373,00	0,00	0	1.127	0
SUB-TOTAL		2.559.958,00	305.459,85	12		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 274 – Execução do Programa 096 - ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Objetivo: **Assegurar os direitos sociais das pessoas portadoras de deficiência dando-lhes suporte e apoio que favoreçam o processo de habilitação, reabilitação e integração dos mesmos na sociedade.**

Indicador Específico: **Taxa de pessoa portadora de deficiência incluídas no circuito de bens e serviços.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **80**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4073	Implantação do Centro de Referência	6.000,00	0,00	0	2	0
4120	Atendimento a pessoa portadora de deficiência	1.114.666,00	822.405,17	74	880	1.101
4122	Implementação da indústria de cadeiras de rodas em Palmas	59.600,00	4.842,21	8	1	0
SUB-TOTAL		1.180.266,00	827.247,38	70		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

QUADRO 275 – Execução do Programa 095 - ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Objetivo: **Fortalecer a cidadania da criança e do adolescente vulnerável visando seu desenvolvimento integral.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3020	Assistência integral a criança e ao adolescente	251.150,00	0,00	0	1.472	0
4067	Formação de agentes jovens para atuarem na comunidade	418.820,00	278.474,50	66	4.680	3.275
4116	Atendimento as crianças e jovens em situação de risco pessoal e social	135.260,00	0,00	0	138	0
4117	Capacitação de jovens para o mercado de trabalho	373.260,00	530,00	0,14	167	0
4145	Formação continuada de coordenadores e orientadores de A.jovens	240,00	0,00	0	32	0
4149	Atendimento aos jovens em situação de risco	130,00	0,00	0	2.000	0
4150	Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual	612.600,00	492.882,86	80	850	480
4153	Erradicação do trabalho infantil	4.368.005,00	2.958.570,15	68	5.189	6.925
SUB-TOTAL		6.159.465,00	3.730.457,51	61		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 276 – Execução do Programa 201 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

Objetivo: **Promover o desenvolvimento global e integral da criança nos aspectos biopsicosociais.**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento.**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **70**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
4066	Desenvolvimento de atividades infantis e promoção social das famílias	4.712.966,00	2.250,00	0,4	2.250	0
4092	Ações sócias educativas para as famílias	7.150,00	0,00	0	180	0
4136	Manutenção de crianças carentes em creche	2.925.212,00	2.574.681,10	88	8.668	15.000
4138	Aquisição de material pedagógico	286.414,00	0,00	0	10.000	0
SUB-TOTAL		7.931.742,00	2.576.931,10	32		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

TOTAL DOS PROGRAMAS	23.522.368,00	10.031.591,53	40	
---------------------	---------------	---------------	----	--

2.2.2.16 Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA

Esse fundo foi criado pela Lei Nº 1.110, de 2 de dezembro de 1999, e suas atribuições de gestão são vinculadas à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Tem como objetivo gerenciar recursos destinados a financiar programas e projetos voltados a promoções sociais, defesas e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Constitui, ainda, objetivos do fundo divulgar, implantar e desenvolver sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, governamentais e não governamentais de caráter estadual, além de promover o intercâmbio de informações e experiências entre os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

As atribuições do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um único programa finalístico, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 277 – Execução do Programa 095 - ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Objetivo: **Fortalecer a cidadania da criança e do adolescente vulnerável visando seu desenvolvimento integral**

Indicador Específico: **Taxa de atendimento**

Unidade de Medida: **Porcentagem**

Índice mais recente: **ND** Índice Desejado no Final do PPA: **60**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSOS			METAS FÍSICAS	
		Autorizado	Executado	% Util.	Prev.	Exec.
3081	Implantação de centro educativo para adolescentes submetidos à internação	3.865.361,00	1.637.959,76	42	1	0
4146	Apoio aos conselhos de Direitos da Criança e Adolescente Estadual e Municipal	50.562,00	15.235,23	30	41	0
4154	Atendimento à Criança e ao Adolescente em situação de risco pessoal e social	837.938,00	213.533,43	25	138	
4156	Capacitação de operadores sociais	50.000,00	0,00	0	235	
4190	Atendimento a programas e ações preventivas de promoção social	478.230,00	214.164,65	45	175	
TOTAL		5.282.091,00	2.080.893,07	40		

FONTE – PPA 2000/2003 – Processo de Prestação de Contas/2003 Fundo Estadual de Para a Criança e o Adolescente - FECA

2.2.4 Entidades e Fundos Criados em 2003

Durante o exercício de 2003, o Governo do Estado do Tocantins, buscando organizar e estruturar a Administração Estadual, promoveu a criação de alguns órgãos e entidades e fez alterações de outros.

Veja a seguir a relação desses órgãos e entidades criados no exercício de 2003, com os respectivos atos de criação.

2.2.4.1 Escola Técnica de Saúde do Tocantins

Autarquia sob regime especial vinculada à Secretaria Estadual de Saúde, instituída pela Lei nº 1.369, de 27 de março de 2003, tem por finalidades definidas na própria lei de criação a formação de profissionais nos níveis: básico, técnico e pós-técnico para a área de saúde.

O estatuto da referida escola aprovado pelo Decreto nº 1.914, de 19 de novembro de 2003 apresenta como competências para a autarquia:

I – implementar, promover, custear e subvencionar nos níveis básico, técnico e de especialização:

II - programas de formação, capacitação aperfeiçoamento e profissionalização de pessoal;

III - atividades técnico-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão;

IV - congressos, encontros e seminários;

V - contratar cursos, professores e pesquisadores;

VI - estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

VII - identificar fontes de financiamento;

VIII - proceder a levantamentos, análises e divulgações acerca do mercado do trabalho;

IX - prestar assessoria técnico-científica a outros órgãos e entidades de nível nacional, estadual ou municipal.

Não houve alocação de recursos orçamentários.

2.2.4.2 Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário

Instituído pela Lei Nº 1.387, de 09 de julho de 2003, destinado a custear os seguintes programas:

I - modernização, desenvolvimento e aperfeiçoamento da Secretaria de Fazenda;

II - formação, capacitação e treinamento dos servidores fazendários;

III - desenvolvimento, de tecnologias da informação, infra-estrutura e equipamentos de apoio e comunicação da administração fazendária.

Não houve alocação de recursos orçamentários.

2.2.4.3 Fundo de Previdência do Estado

Instituído pela Lei Complementar N º 36, de 28 de novembro de 2003, vinculado ao Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IPETINS, com a finalidade de:

I - fazer a captação e aplicação dos recursos financeiros necessários ao implemento do Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins – RPPS/TO;

II - efetuar o pagamento dos benefícios previdenciários do RPPS/TO;

III - atender aos gastos de custeio e de capital do IPETINS;

IV - fazer a compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social;

V - promover a restituição, quando ordenada, de contribuições previdenciárias arrecadadas na vigência desta Lei.

Não houve alocação de recursos orçamentários.

2.2.4.4 Plano de Assistência à Saúde dos servidores do Estado

Instituído por meio da 1.424, de 12 de dezembro de 2003, que instituiu também o Fundo de Assistência à Saúde dos servidores Estaduais destinado, entre outras atribuições a cuidar:

I - da captação e aplicação dos recursos financeiros necessários ao implemento do PANSAÚDE;

II - do atendimento aos gastos de custeio e de capital do PLANSAÚDE;

III - da restituição, quando ordenada, de contribuições arrecadadas.

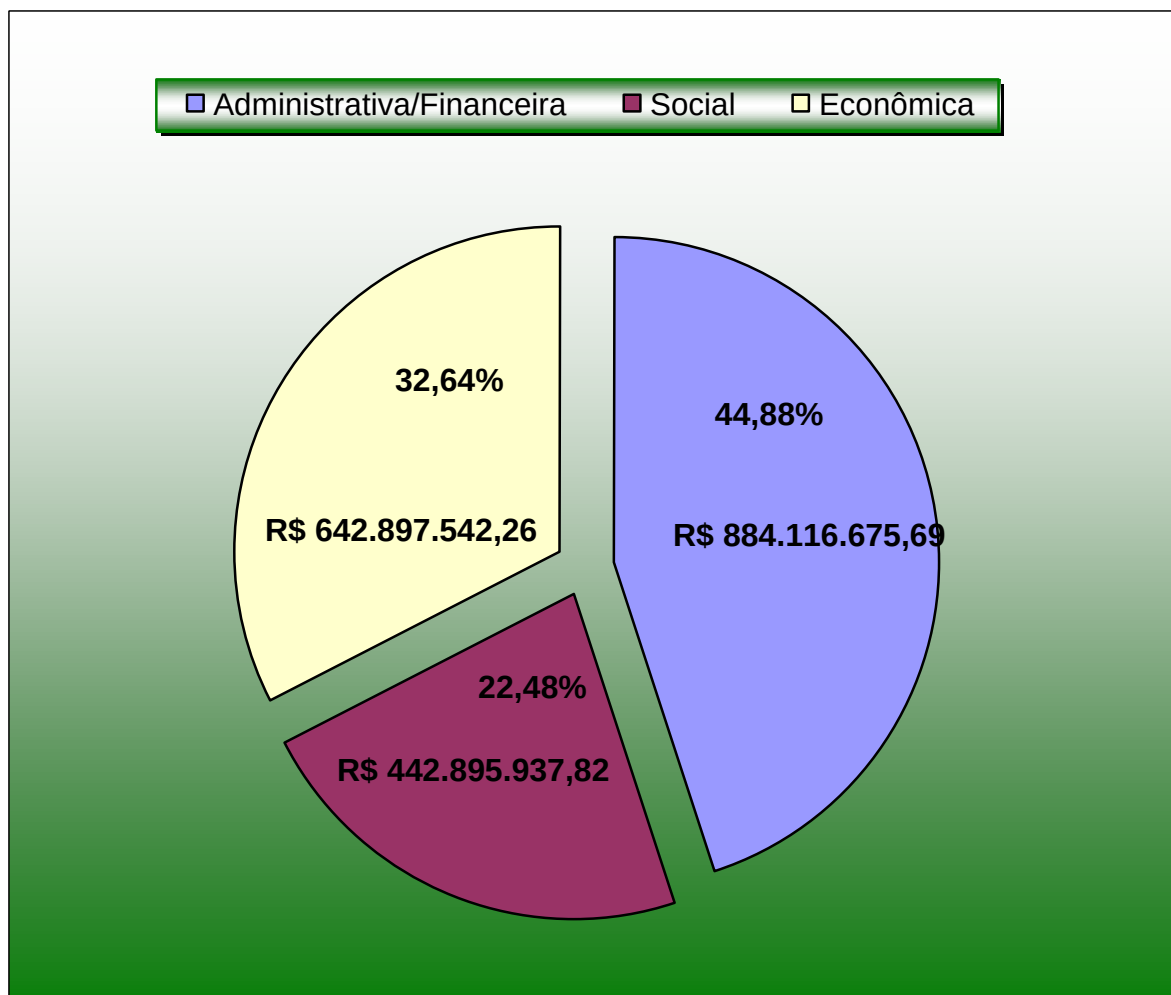
Não houve alocação de recursos orçamentários.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, SOCIAL E ECONÔMICA

A atuação do Governo teve destaque voltado para o progresso econômico e social, na busca da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, objetivando assegurar a todos os cidadãos uma existência digna calcada no *slogan* cidadania e progresso, conforme os ditames da justiça social.

Nesse sentido, houve execução orçamentária direcionada às áreas administrativa-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.º 10.

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSO POR ÁREA



O esforço do Governo buscou reavaliar as estratégias vigentes no último ano do PPA 2000-2003, procurando em dinamizar a economia, promovendo a redução das disparidades regionais e da pobreza, tarefa imprescindível na implantação do **novo modelo de desenvolvimento sustentado**.

A Lei 1.351/02 que fez a revisão do PPA para o ano de 2003 manteve cinco linhas de ação estratégica, envolvendo as áreas econômica, social, financeira e administrativa, conforme detalhamento explanado nos próximos tópicos.

2.1 ÁREAS FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

No campo financeiro e administrativo, as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido nos macro objetivos e diretrizes da Ação Estratégica número três que tem a seguinte descrição: **“Promover a Modernização da Administração Pública, Priorizando o Equilíbrio das Finanças Estaduais”**, assim detalhada:

1º Macro Objetivo - Manutenção do superávit primário

Diretrizes:

- melhorar a qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle;
- promover um esforço de arrecadação tributária;
- controlar os gastos com pessoal e custeio;
- manter o controle da dívida interna e externa.

2º Macro Objetivo - Modernização da gestão pública

Diretrizes:

- orientar a administração pública para objetivos a serem atingidos na sociedade;
- garantir capacidade de resposta da estrutura administrativa do Estado às demandas sociais;
- manter um sistema de informações que permita acompanhar o andamento e resultados dos programas e projetos governamentais, garantindo sua transparência.

Com base nessa orientação estratégica, foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R\$ 766.345.462,73**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 278 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0002	CONTROLE EXTERNO: CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	TCE	21.426.214,00	15.061.041,82	70,29
0003	MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS	ITERTINS	1.270.000,00	-	-
0004	ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA ASSEMBLÉIA	ASSEMBLEIA	32.006.052,00	31.819.318,49	99,41
0008	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	MINISTÉRIO PÚBLICO	34.540.901,00	26.165.616,76	75,75
0027	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	45.812.275,00	44.725.235,89	97,62
0032	GESTAO POLIT.EXEC.FIN.CONTAB.CONTROLE INTERNO	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	287.575.691,00	252.193.260,69	87,70
0034	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	FUNCASE	339.000,00	272.891,26	80,50
0040	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FISCAL	SEFAZ	8.479.279,00	4.680.800,14	55,20
0087	MODERNIZACAO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA MILITAR	COMANDO GERAL, FUMPM, FUNFARDA	11.539.105,00	4.355.006,22	37,74
0104	DEFESA JURIDICA DO ESTADO	PROCURADORIA GERAL, FUNDO MODERNIZ. JURÍDICA	128.000,00	25.114,16	19,62
0141	MODERNIZACAO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	SSP	14.600.913,00	2.397.183,63	16,42
0182	INFORMACOES E ESTATISTICAS	SEPLAN	76.000,00	8.000,00	10,53
0193	GESTAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	SEPLAN	779.000,00	154.273,35	19,80
0195	APOIO ADMINISTRATIVO	TODAS	528.441.388,00	502.258.933,28	95,05
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	140.305.457,00	-	-
TOTAL			1.127.319.275,00	884.116.675,69	78,42

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado.

A priorização desses programas, voltados para o desenvolvimento dessas áreas, contribuiu com o alcance dos principais resultados a seguir mencionados:

1) Implantação do Sistema Estadual de Controle Interno pela recém-criada Controladoria-Geral do Estado, com vistas à ampliação do controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

2) Manutenção da política de pagamento de salário do funcionalismo público em dia.

3) Efetivação e posse de 1.236 concursados (Secretaria da Educação e Cultura – 736; Secretaria da Segurança Pública – 500).

4) Aperfeiçoamento do desempenho profissional de 2.141 servidores do Estado, com a realização de cursos de curta duração e de pós-graduação *latu sensu*, direcionados para os segmentos gerencial, técnico e de apoio administrativo, utilizando-se recursos do Fundo de Capacitação do Servidor – FUNCASE.

5) Implantação, no Estado, do Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e da Gestão dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, para a modernização da administração pública no Estado.

6) Aperfeiçoamento das ações da Secretaria da Fazenda com a utilização dos recursos do PNAFE, possibilitando: a implantação do Sistema de Administração Tributária – SIAT, conclusão da Escola Fazendária, conclusão da Delegacia de Gurupi, reforma, ampliação e adequação de diversos postos fiscais e coletorias, aquisição de 51 veículos, construção do depósito central, implantação do Pregão Eletrônico e capacitação de servidores em curso de pós-graduação em Auditoria Governamental.

7) Implantação do PORTAL SECAD, proporcionando a veiculação, via Internet, de assuntos pertinentes a SECAD, à administração pública estadual e principalmente ao servidor.

8) Desenvolvimento e implantação da rede interna de computadores na Secretaria da Administração, para interligação à Rede Digital Estadual, proporcionando condições de implantação do Governo Eletrônico Estadual.

9) Contração da Fundação Getúlio Vargas – FGV para elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o Estado, que norteará as ações futuras do Governo.

10) Implantação do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT, para fiscalização ágil e inteligente, fortalecendo o processo de arrecadação tributária para a redução da evasão fiscal.

11) Preparação de pauta, agendamento de audiências e representação de autoridades estaduais, pela Secretaria da Representação, nos

diversos compromissos em órgãos federais, embaixadas e organismos internacionais com sede em Brasília.

12) Realização de 18 campanhas de divulgação do Estado e produção de 1.730 releases para reportagens de divulgação das ações do Governo, por intermédio da Secretaria da Comunicação.

13) Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2004-2007, de forma participativa, com a realização de 16 encontros regionais envolvendo as lideranças representativas da sociedade.

14) Elaboração e encaminhamento de anteprojetos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e para a Lei do Orçamento Anual – LOA, em conformidade com os dispositivos do Plano Plurianual.

15) Acompanhamento e avaliação do desempenho da arrecadação da receita e dos gastos do Estado, visando o cumprimento das responsabilidades e compromissos estabelecidos pela legislação federal e estadual.

16) Divulgação e publicação de dados e informações no âmbito da Gestão Territorial do Tocantins (Atlas do Tocantins, relatórios técnicos, mapas do Estado do Tocantins e participação em feiras de agronegócios).

17) Elaboração do plano de manejo e de uso público do Parque Estadual do Jalapão.

18) Estabelecimento de princípios e práticas em ecoturismo e educação ambiental para o entorno do Parque Estadual do Cantão.

19) Elaboração do mapeamento do extrativismo no Estado do Tocantins, de forma participativa, enfocando os arranjos produtivos para apicultura, pesca artesanal, frutos do cerrado, babaçu e artesanato.

3.2 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos macro objetivos e diretrizes das Ações Estratégicas de números quatro e cinco, cujo enunciado de cada uma, assim como dos macro objetivos e diretrizes estão a seguir apresentados:

Ação Estratégica 4: Diminuir as Desigualdades Sociais e Combater a Pobreza.

1º Macro Objetivo - Erradicar o analfabetismo

Diretrizes:

- alfabetizar jovens, adultos e idosos da população de baixa renda do meio urbano e rural;
- proporcionar continuidade educacional aos beneficiários educacionais;
- promover a adesão voluntária de todos os segmentos da sociedade;
- estabelecer parcerias entre os diversos atores envolvidos;
- buscar recursos de organismos nacionais e internacionais.

2º Macro Objetivo – Universalizar o Ensino**Diretrizes:**

- promover a universalização do ensino;
- garantir escola de qualidade à criança em idade escolar;
- intensificar ações de valorização dos profissionais em educação;
- democratizar a gestão escolar, com participação da sociedade.

3º Macro Objetivo - Melhorar e Ampliar os Serviços de Saúde Pública Estadual**Diretrizes:**

- consolidar a descentralização das ações da saúde;
- fortalecer programas de saúde preventiva, incluindo laboratoriais, com ênfase no atendimento familiar e comunitário;
- exercer a vigilância sanitária, epidemiológica e ambulatorial, tendo como respaldo apoio laboratorial referente aos diversos atores relacionados à saúde pública;
- elevar a esperança de vida da população;
- ampliar a infra-estrutura médico-hospitalar e laboratorial e promover a universalização do atendimento;
- ampliar o atendimento à mulher gestante, à criança e ao adolescente.

4º Macro Objetivo - Gerar Emprego e Oportunidade de Renda

Diretrizes:

- conceder linhas especiais de crédito a setores que possuam dificuldades em acessar o sistema financeiro tradicional;
- intermediar a mão-de-obra, na qualificação e requisição profissional, inserindo-a no mercado de trabalho;
- identificar oportunidades de negócios visando a implantação de unidades produtivas familiares e a criação de empresas associativas e cooperativas;
- promover oportunidades de ocupação e de geração de renda para as pessoas que fazem parte dos setores mais carentes e contribuir para a redução da pobreza e do desemprego que atinge essa faixa do mercado de trabalho;
- estimular o aproveitamento do material reciclável e do lixo para geração de oportunidades de trabalho.

5º Macro Objetivo - Melhoria das Condições Habitacionais**Diretrizes:**

- aplicar recursos públicos no atendimento das camadas de baixa renda da população, através da construção de moradias;
- promover melhorias habitacionais, integrando-as com ações de saneamento;
- promover ações em parceria com municípios e a iniciativa privada, para implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto e lixo.

6º Macro Objetivo - Promover a Assistência Social**Diretrizes:**

- desenvolver programas de apoio à infância e à adolescência, priorizando o combate à prostituição infantil, à gestação precoce e à criminalidade infanto-juvenil;
- garantir a promoção social às comunidades carentes;
- promover o atendimento à população em situações emergenciais, visando a garantia de suas necessidades básicas;
- desenvolver programas voltados para a melhoria alimentar das populações carentes;
- promover ações integradas de assistência aos indígenas.

Ação Estratégica 5: Assegurar os Direitos dos Tocantinenses ao Pleno Exercício da Cidadania

1º Macro Objetivos - Promover a Garantia dos Direitos humanos

Diretrizes:

- expandir as ações de proteção à mulher e à criança contra a violência doméstica e sexual;
- garantir os direitos coletivos das populações indígenas e sua integridade territorial e cultural;
- garantir o acesso gratuito ao Registro civil;
- garantir os direitos do consumidor.

2º Macro Objetivo - Conter a violência urbana

Diretrizes:

- articular medidas administrativas, jurídicas e legislativas para o combate à violência;
- integrar as ações de prevenção e repressão das polícias civil e militar nas principais cidades do Estado;
- estabelecer canais de participação da sociedade civil;
- desenvolver ações coletivas e permanentes;
- desenvolver ações de preparação e treinamento dos agentes.

3º Macro Objetivo - Mobilizar Governo e Sociedade para a Redução da Violência

Diretrizes:

- intensificar a luta contra o crime organizado;
- desenvolver iniciativa de atenção e proteção a jovens em situação de risco;
- qualificar o policial e melhorara a sua imagem perante a comunidade;
- modernizar a gestão do sistema carcerário.

4º Macro Objetivo - Promover a Cultura Popular e a Prática Desportiva de Massas

Diretrizes:

- ampliar e melhorar a oferta de equipamentos sociais desportivos;
- apoiar as atividades e manifestações de cultura popular;
- incentivar o intercâmbio cultural e desportivo entre as regiões, estados e países;
- gerir e preservar o Patrimônio Cultural e a memória histórica do Estado;
- promover atividades desportivas.

DESTAQUE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

No exercício de 2003 foram desenvolvidos programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 442.895.937,82**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 279 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
Nº	NOME				
0001	ESPORTE E CIDADANIA	SESPO	866.200,00	78.840,94	9,10
0006	EDIFICACAO DA REDE ESPORTIVA	SESPO	1.808.936,00	568.488,85	31,43
0007	APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	SESPO	3.734.310,00	3.261.336,81	87,33
0009	CONSCIENTIZACAO TOTAL	INTERIOR E JUSTIÇA	-	-	-
0014	PROGRAMA ALVORADA	FUNDO ASSIST. SOCIAL	1.010.521,00	367.605,37	36,38
0018	PROGRAMA TOCANTINS SOLIDARIO	PRODIVINO	5.400,00	494,71	9,16
0020	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL PARA A SAUDE	FUNDO EST. DE SAÚDE	1.060.000,00	303.796,32	28,66
0023	REGULARIZACAO DE TERRAS PUBLICAS ESTADUAIS	ITERTINS	1.952.348,00	125.654,87	6,44
0030	BOLSA CIDADIA	SEDUC, FUNDO EST. DE SAÚDE	10.964.762,00	10.763.088,00	98,16
0031	SAUDE ESCOLAR	FUNDO EST. DE SAÚDE	1.256.158,00	1.110.137,34	88,38
0035	PROGRAMA ESTADUAL PARA A JUVENTUDE	SEC. JUVENTUDE	2.264.349,00	1.572.497,78	69,45
0054	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	SEDUC	123.854.573,00	122.500.799,00	98,91
0055	MELHORIA E EXPANSAO DO ENSINO MEDIO	SEDUC	51.033.256,00	31.889.602,44	62,49
0056	EDUCACAO PROFISSIONAL	SEPLAN, SEDUC	9.164.370,00	1.425.730,79	15,56
0058	ESCOLA ATIVA	SEDUC	3.400,00	3.048,00	89,65
0059	ACELERACAO DA APRENDIZAGEM	SEDUC	241.100,00	91.040,85	37,76
0060	DESENVOLV. DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	SEDUC	10.183.436,00	9.030.374,35	88,68
0061	EDUCACAO ESCOLAR INDIGENA	SEDUC	1.714.250,00	1.260.622,00	73,54
0063	INFORMATICA NA EDUCACAO	SEDUC	37.000,00	26.157,23	70,70

0064	PROMOCAO PEDAGOGICA DA EDUCACAO FISICA	SEDUC	212.200,00	144.871,02	68,27
0065	PROGRAMA DE EDUCACAO ESPECIAL	SEDUC	2.500.449,00	2.477.948,85	99,10
0066	GESTAO DA POLITICA EDUCACIONAL	SEDUC	1.134.340,00	735.403,94	64,83
0067	ESCOLA AUTONOMA DE GESTAO COMPARTILHADA	SEDUC	27.142.169,00	27.043.474,53	99,64
0069	INCENTIVO A LEITURA	SEDUC	84.100,00	37.268,00	44,31
0070	ALIMENTACAO ESCOLAR	SEDUC	5.382.616,00	5.347.427,68	99,35
0071	FORMACAO DE PROFESORES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM NIVEL DE GRADUACAO	SEDUC	1.041.320,00	1.035.533,34	99,44
0073	PRESERVACAO DO PATRIMONIO HISTORICO CULTURAL	SEDUC	423.549,00	313.981,81	74,13
0079	PROMOCAO DA CULT.POPULAR ARTISTICA, RELIGIOSA E FOLCLORICA NO TOCANTINS.	SEDUC, FUNDAÇÃO CULTURAL	2.965.855,00	2.403.487,78	81,04
0084	QUALIDADE DE BENS E SERVICOS	IPEM	98.530,00	98.489,00	99,96
0085	POLICIA COMUNITARIA	COMANDO GERAL, SSP	2.784.397,00	1.565.764,23	56,23
0086	COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	COMANDO GERAL, SSP	10.013.783,00	4.020.827,87	40,15
0089	DEFESA CONTRA SINISTROS	COMANDO GERAL	2.033.328,00	155.180,00	7,63
0090	QUALIFICACAO DO TRABALHADOR	SETAS	2.266.854,00	486.172,52	21,45
0092	APOIO AO TRABALHADOR	SETAS	3.228.757,00	2.207.982,20	68,38
0095	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	FUNDO ASSIST. SOCIAL, FUNDO P/CRANÇA E ADOLESCENTE	11.441.556,00	5.811.350,58	50,79
0096	ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	FUNDO ASSIST. SOCIAL	1.180.266,00	827.247,38	70,09
0097	ATEND. AOS SERV. EMERG. DE ACOES COMUNITARIAS	SETAS	7.776.425,00	7.271.872,71	93,51
0098	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	FUNDO ASSIST. SOCIAL	563.508,00	324.065,37	57,51
0099	VALORIZACAO DO IDOSO	FUNDO ASSIST. SOCIAL	2.559.958,00	305.459,85	11,93
0100	PIONEIROS MIRINS	SEDUC, SETAS	22.546.199,00	21.781.115,34	96,61
0101	SEGURANCA DO TRABALHO E PREVENCAO DE ACIDENTES	SETAS	366.210,00	20.664,45	5,64
0105	ATENDIMENTO JUDICIAL	INTERIOR E JUSTIÇA, FUNDO DEFENSORIA PÚBLICA	343.301,00	7.631,00	2,22
0114	DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR	INTERIOR E JUSTIÇA, FUNDO INTERESSES DIFUSOS	320.000,00	-	-
0123	DIVULGACAO OFICIAL	SECOM	20.516.486,00	20.516.485,67	100,00
0128	TRANSITO SEM ACIDENTES NO TOCANTINS	DETRAN	449.546,00	90.199,98	20,06
0129	ATENDIMENTO COM QUALIDADE AO USUARIO DO DETRAN	DETRAN	5.048.204,00	3.439.198,63	68,13
0132	ABC DA CIDADANIA	SEDUC	69.600,00	44.539,35	63,99
0139	VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS E SERVICOS	FUNDO EST. DE SAÚDE	852.132,00	350.513,12	41,09
0143	MODERNIZACAO E IMPLEMENTACAO DOS SERVICOS MEDICOS E	FUNDO EST. DE SAÚDE	80.150.502,00	50.605.807,99	63,14

	SANITARIOS				
0144	SERVICOS ESPECIAIS DE SEGURANCA PUBLICA	SSP	1.060.533,00	705.605,67	66,53
0148	MELHORIA DO SISTEMA PENITENCIARIO	INTERIOR E JUSTIÇA, SSP	12.213.975,00	6.695.852,27	54,82
0163	GESTAO DE POLITICA AMBIENTAL	SEPLAN	5.795.499,00	866.897,51	14,96
0164	CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL	COMANDO GERAL, NATURATINS	5.005.928,00	1.191.372,12	23,80
0166	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTADO	SEPLAN, RURALTINS	2.947.212,00	802.932,24	27,24
0168	EDUCACAO AMBIENTAL	SEPLAN, NATURATINS, SEDUC	441.134,00	61.949,40	14,04
0173	TOCANTINS JOGA LIMPO	SEPLAN, NATURATINS, AG. SANEAMENTO	238.025,00	525,00	0,22
0174	UNIDADES DE CONSERVACAO DO TOCANTINS	SEPLAN, NATURATINS	5.290.116,00	1.818.849,24	34,38
0176	BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENETICOS	SEPLAN, NATURATINS	181.125,00	2.177,50	1,20
0183	PROVIDA	FUNDO EST. DE SAÚDE	271.520,00	190.202,55	70,05
0190	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM GRADUACAOE POS-GRADUACAO	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	1.885.800,00	486.998,40	25,82
0196	PREVIDENCIA SOCIAL	DIVERSAS	126.330.164,00	58.084.721,73	45,98
0201	ASSISTENCIA SOCIAL PARA CRIANCAS DE 0 A 6 ANOS	FUNDO ASSIST. SOCIAL	7.931.742,00	2.576.931,10	32,49
0202	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO	AG. SANEAMENTO	13.429.776,00	8.190.964,39	60,99
0208	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	FUNDO EST. DE SAÚDE	20.897.477,00	9.212.292,45	44,08
0212	ABASTECIMENTO DE AGUA	AG. SANEAMENTO	8.398.437,00	309.091,30	3,68
0213	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO	UNIPALMAS, SEDUC	7.133.200,00	6.751.441,80	94,65
0332	DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	FUNDAÇÃO MEDICINA TROPICAL	300.859,00	92.159,77	30,63
0333	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO MEDICINA TROPICAL	1.027.759,00	1.005.693,54	97,85
0413	CIDADANIA SIM, DROGAS NAO	FUNDO ANTIDROGAS	1.320.000,00	-	-
TOTAL			658.751.790,00	442.895.937,82	67,23

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado.

Com a execução desses programas e outras medidas práticas adotadas, foram alcançados os resultados positivos que são demonstrados pelos seguintes indicadores de gestão e socioeconômicos:

✓ o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS concentrou esforços e recursos no atendimento ao idoso, onde foram promovidos seminários e realizadas diversas oficinas visando à capacitação de gestores para atuar na rede conveniada nas áreas municipais e não-governamentais;

✓ ainda na área do FEAS foram desenvolvidas outras ações de destaque, tais como: erradicação do trabalho infantil, assistência aos portadores de deficiência física, assistência às vítimas da exploração sexual, entre outras;

✓ por meio das ações do PROVIDA – Grupo Executivo de Alimentação, o governo estadual marcou presença com as seguintes realizações:

a) Oficinas de Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional em que foram beneficiadas cerca de 2000 pessoas;

b) participação no Programa Ação Global promovido pelo Sesi e Rede Globo, contando também com a participação de ONG's. Notadamente nos Municípios de Colinas e Palmas, com o enfoque centrado nas áreas de alimentação, nutrição e fabricação de remédios caseiros, fazendo-se a reativação do Programa Horta Educativa. O atendimento de beneficiários, incluindo crianças desnutridas, foi de aproximadamente 5.400 pessoas.

c) Houve também a participação no Programa Fome Zero do Governo Federal, através do Projeto Estudante 10 Fome Zero da Universidade Federal do Tocantins.

✓ **Área Previdenciária** - os esforços do governo neste setor foram marcantes, haja vista o que foi feito no campo da criação e estruturação de órgãos, com atenção tanto para a assistência social como para a busca do equilíbrio das contas do setor.

✓ **Área Fundiária** – por meio da atuação do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS ações foram desenvolvidas buscando o atendimento aos menos favorecidos no que diz respeito à regularização fundiária. Assim, foram levados a efeito levantamentos quanto à situação socioeconômica familiar do ocupante da terra.

✓ **Agricultura Familiar** – mesmo com as dificuldades encontradas no tocante à captação de recursos federais por meio da celebração de convênios, o governo emvidou todos os esforços possíveis a seu alcance para a valorização de programas específicos como: Fortalecimento da Agricultura Familiar e Fomento à Agricultura familiar;

– ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

✓ apoio ao trabalhador, com a colocação de 23.972 pessoas no mercado de trabalho, por intermédio do serviço de intermediação executado pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE;

✓ qualificação profissional de 1.916 trabalhadores, possibilitando o aumento da produtividade, permanência no mercado de trabalho e redução dos níveis de desemprego e subemprego no Estado;

✓ concessão de benefícios a 42.474 crianças e adolescentes, com ações biopsicossociais para garantir-lhes formação, proteção, socialização, acesso aos direitos e consciência dos deveres;

✓ atendimento ao idoso, por intermédio dos Programas Asilar e Conviver, e ao portador de necessidades especiais, com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS;

✓ apoio ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com absorção, pelo Programa, de 43% das crianças que trabalhavam;

✓ atendimento a 1.650 famílias por intermédio do Programa Geração de Renda, diminuindo a fome, a miséria e o êxodo rural, com a implantação de 09 unidades produtivas de piscicultura, 02 padarias, fábricas de produtos de higiene e limpeza, casas de doces, unidades de horticultura e fruticultura, de corte e costura, de agroindústrias, de fábrica de blocos e de processamento de doces e frutas cristalizadas;

✓ concessão de 18.112 bolsas-auxílio a jovens e adultos do Programa Bolsa-Cidadã e 840 a jovens do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, contribuindo para o crescimento da renda média nos municípios, redução da ociosidade, formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, aumento do número de alunos matriculados na rede oficial de ensino e melhor aproveitamento no processo de aprendizagem;

– EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

✓ Apoio a 484 escolas estaduais, por intermédio dos Programas Escola Comunitária e Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, com repasse de R\$ 26,9 milhões;

✓ implantação do programa Planejamento Estratégico da Secretaria da Educação – PES, com o objetivo de melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino, promovendo a profissionalização, responsabilização e valorização dos profissionais da educação, a reestruturação, modernização e consolidação da gestão e a implementação de um programa permanente de avaliação;

✓ atingimento do percentual de 93,8% de escolarização no Ensino Fundamental, com a realização de 254.549 matrículas de alunos na rede estadual;

✓ aquisição e distribuição de 3.050 livros e 25.000 kits (livro, caderno, lápis) para os alunos do Programa Educação para Jovens e Adultos – EJA;

✓ alfabetização e entrega de kits (caderno, lápis, borracha e apontador) a 9.752 alunos do Programa ABC da Cidadania;

- ✓ graduação de 1.383 professores por intermédio do Programa de Graduação em Regime Especial – PGRE;
- ✓ atendimento a 8.257 alunos dos cursos Normal Superior, modalidade telepresencial, em 90 municípios;
- ✓ capacitação de 8.123 servidores da educação por meio do Programa Salto para o Futuro e de Oficinas Pedagógicas;
- ✓ apoio ao fortalecimento do artesanato e do folclore tocantinense, através da organização e coordenação da Fundação Cultural na realização de oficinas de capacitação e de diversos espetáculos regionais;
- ✓ atendimento de 16.670 pessoas por intermédio do Programa Esporte e Cidadania, com a emissão de documentos e realização de eventos esportivos;
- ✓ realização da 1ª Olimpíada dos Pioneiros Mirins, com a participação de aproximadamente 6.000 atletas de 137 municípios;
- ✓ realização da 3ª edição dos Jogos Abertos do Tocantins, com a participação de aproximadamente 2.000 atletas de 52 municípios;
- ✓ realização da 5ª Copa Brasil de Kart promovida pela Confederação Brasileira de Automobilismo – CBA;
- ✓ realização dos VI Jogos dos Povos Indígenas, com a participação de 1.381 indígenas de diversas etnias;
- ✓ realização da III Meia Maratona do Tocantins, com a participação de 1.200 atletas.

– JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

- ✓ Ligeiro decréscimo das ocorrências de homicídio e roubo, em virtude da realização de concurso público para aumento do efetivo de agentes na polícia civil e na polícia militar, aumento da frota, renovação do armamento e intensificação do policiamento em áreas críticas;
- ✓ implantação do Sistema de Gestão de Segurança Pública – SIGESP, permitindo apoio rápido e eficiente à população, com as polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros atuando juntos;
- ✓ implantação de 05 novas bases da Polícia Comunitária (Dianópolis, Gurupi, Palmas, Pedro Afonso e Miracema do Tocantins);

✓ considerável ampliação do atendimento, pela Defensoria Pública, aos cidadãos que não dispõem de recursos financeiros para fazer valer seus direitos;

✓ atendimento pelos defensores públicos e assistentes jurídicos a 25.376 processos;

✓ atendimento, pelo PROCON/TO, a mais de 13.000 processos;

✓ instalação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM;

✓ valorização dos direitos humanos com a implantação do Programa de Serviços de Proteção a Vítimas de Violência e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA;

✓ emissão de 47.720 Carteiras de Identidade e expedidos 4.757 documentos e certidões criminais;

✓ busca da reinserção social de presos condenados que já cumpriram pena e se encontram em liberdade condicional, através de programas de assistência e capacitação profissional;

✓ difusão intensa do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, beneficiando cerca de 9.000 crianças, estudantes do ensino fundamental de 92 escolas públicas e 15 particulares, dos municípios de Araguaína, Gurupi, Formoso do Araguaia, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional;

✓ desapropriação judicial 42.278,339 ha, de 87 propriedades rurais, para implantação de projetos de interesse do Estado (Projeto Hidro-Agrícola Manoel Alves em Dianópolis, Projeto Hidro-Agrícola de Sampaio, Projeto Agrícola Santo Antônio em Campos Lindos e Projeto de Fruticultura Irrigada São João em Porto Nacional;

✓ ações de reintegração de posse de 81 imóveis pertencentes ao Estado.

– SAÚDE PÚBLICA

- ✓ Conclusão das obras do Hospital Geral de Palmas, já contando com equipamentos para 50 leitos para recepção de pacientes e 02 leitos de UTI;
- ✓ investimentos maciços para a manutenção dos serviços ambulatoriais e hospitalares, na ordem de R\$ 83,95 milhões;
- ✓ implantação do Programa Nacional de Combate à Dengue, alcançando 100% dos municípios prioritários ;
- ✓ aquisição do Certificado pela eliminação do Triatomídeo Infestans e interrupção da transmissão transfuncional da Doença de Chagas;
- ✓ cobertura vacinal de 99% na primeira e segunda etapas da Campanha de Multivacinação;
- ✓ alcance do índice de 98,6% na vacinação canina, não sendo registrado nenhum caso de raiva humana ou animal;
- ✓ a implantação do Programa Saúde da Família chegou a 96% dos municípios tocantinenses, classificando o Estado do Tocantins no terceiro lugar em cobertura no País;
- ✓ atividades de estruturação e desenvolvimento da área de ciência e tecnologia em saúde, com realização pelo Laboratório Central - LACEN de 96.743 análises laboratoriais de biologia médica e 2.719 análises de produtos, totalizando 99.462 análises;
- ✓ implantação do Projeto Nascer nos hospitais-maternidade do SUS para atendimento de parto e aplicação do teste rápido para detecção do vírus HIV;
- ✓ capacitação de 118 profissionais de 74 municípios em vários tipos de exames e diagnósticos;
- ✓ implantação do Programa de Humanização nos Hospitais de Referência de Palmas e Araguaína, no Hospital e Maternidade Dona Regina e no Hospital e Maternidade Dom Orione.

3.3 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo orientaram-se em duas ações estratégicas, oriundas da revisão do PPA 2000-2003, para o ano de 2003, a seguir descritas com seus respectivos macro objetivos e diretrizes.

Ação Estratégica 1 - Ação de Consolidar a infra-estrutura de transportes e energia

1º Macro Objetivo – Promover a multimodalidade do sistema de transportes

Diretrizes:

- promover a interligação entre as localidades da margem direita do Rio Tocantins, às localidades da maior região agrícola (a planície dos rios Formoso e Javaés), e à área da Região Extremo-Norte (malha II);
- explorar o potencial hidroviário do Estado, com a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins;
- promover a continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul, estabelecendo parcerias junto à iniciativa privada.

2º Macro Objetivo – Consolidar o Sistema Energético Estadual

Diretrizes:

- explorar o potencial elétrico do Estado, promovendo parcerias com a iniciativa privada;
- melhorar a qualidade dos serviços de energia;
- promover o acesso à energia elétrica para o setor rural, viabilizando a melhoria do processo produtivo.

Ação Estratégica 2 – Promover o desenvolvimento sustentado priorizando o crescimento agropecuário, agroindustrial e ecoturístico.

1º Macro Objetivo – Aumentar a Produção Agrícola e Pecuária

Diretrizes:

- expandir a área plantada, priorizando o plantio de grãos;
- elevar a produtividade com emprego de tecnologias modernas;
- intensificar o uso das várzeas;
- adotar sistemas agro-florestais;
- melhorar geneticamente o rebanho;
- recuperar e melhorar as pastagens;

- transformar o Estado em zona livre de doenças animais;
- criar pólos de fruticultura;
- criar pólos de piscicultura.

2º Macro Objetivo – Expandir o Parque Industrial

Diretrizes:

- consolidar os distritos agroindustriais existentes;
- implantar novos distritos agroindustriais;
- fomentar a agroindustrialização;
- apoiar a promoção de investimentos e a transferência de tecnologias;
- incentivar parcerias com investidores nacionais e internacionais;
- implantar centro de documentação e informações;
- implantar os centros regionais de produção, beneficiamento e comercialização.

3º Macro Objetivo – Aumentar as Exportações dos Produtos Estaduais

Diretrizes:

- qualificar os produtos tocaninenses;
- fomentar a verticalização da produção agropecuária;
- promover mecanismos de financiamento da produção e da comercialização;
- ampliar a oferta de conhecimentos, suprimindo conhecimentos escassos, reduzindo riscos diversos.

4º Macro Objetivo – Fomentar o Setor Turístico e Ecoturístico

Diretrizes:

- Promover e estimular a criação e a melhoria na infra-estrutura turística;
- Aproveitar o ecoturismo com veículo de educação ambiental;

- Compartilhar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- Possibilitar a participação afetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- Promover e estimular a participação de recursos humanos;
- Ampliar e fortalecer a cooperação internacional;
- Explorar as vantagens naturais exclusivas do Estado.

5º Macro Objetivo - Promover a Desconcentração do Investimento

Diretrizes:

- direcionar os investimentos públicos, visando a integração inter-regional do estado;
- promover a descentralização administrativa, visando ocupação dos espaços econômicos, criando oportunidades de emprego e melhoria da renda;
- fomentar a participação da iniciativa privada, facilitando, através de vários mecanismos, a sua participação no desenvolvimento do estado.

6º Macro Objetivo - Promover Mecanismos de Financiamento da Produção

Diretrizes:

- criar o banco de desenvolvimento do estado do tocamtins;
- promover instrumentos de política orientados para o fomento da produção; e
- incentivar a constituição de cooperativas de crédito rural.

7º Macro Objetivo - Desenvolver, Difundir e Adaptar Tecnologias

Diretrizes:

- desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, bem como tecnologias socialmente apropriadas para o Estado, visando o aumento da produtividade, especialmente para produção de grãos e na pecuária;
- transferir, difundir, adaptar e avaliar tecnologias já existentes;

- contribuir de forma efetiva para o avanço da produtividade e da qualidade do produto estadual; e
- gerar tecnologias capazes de melhorar as condições de estabilidade e produtividade de pequenas unidades agrícolas.

8º Macro Objetivo - Promover a Sustentabilidade Ambiental

Diretrizes:

- formular e instituir políticas de preservação e conservação dos recursos naturais;
- revisar e adequar a legislação ambiental estadual;
- fortalecer o sistema de controle ambiental;
- promover o ordenamento ambiental-territorial, facilitando o conhecimento e a compatibilização de tendências de desenvolvimento com as potencialidades espaciais;
- identificar, demarcar e implantar Unidades de Conservação e fortalecer seus sistemas de gestão;
- implementar a gestão dos recursos hídricos, visando a utilização racional dos usos múltiplos da água;
- disponibilizar sistemas de informação ambiental;
- promover a educação ambiental;
- promover parcerias entre o poder público, a sociedade civil e comunidade internacional, visando à conservação da diversidade biológica e a utilização sustentada dos seus componentes.

DESTAQUE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

No exercício de 2003 foram desenvolvidos alguns programas importantes para consolidar os avanços da atual situação econômica do Estado do Tocantins. Nesses programas alocaram-se as dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de R\$ 642.897.542,26, autorizados pela Lei Orçamentária e discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 280 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
Nº	NOME				
0011	HABITACAO	AG. HABITAÇÃO, FUNDO APOIO À MORADIA, FUNDO EST. DE SAÚDE	13.388.830,00	1.813.041,67	13,54

0013	GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA DO TOCANTINS	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0015	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	AG. HABITAÇÃO, DERTINS	177.824.185,00	123.630.794,99	69,52
0029	NORMATIZACAO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	JUCETINS	745.000,00	-	-
0033	PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGACAO	SEAGRI, SEC. REC. HÍDRICOS	105.370.954,00	26.685.774,43	25,33
0039	PERENIZACAO DAS BACIAS HIDROGRAFICAS	SEC. REC. HÍDRICOS	15.899.734,00	14.054.156,90	88,39
0041	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUARIO	FUNDES, SEAGRI	2.229.849,00	998.906,81	44,80
0042	PRODUCAO VEGETAL	SEAGRI	1.409.030,00	1.070.384,83	75,97
0043	CONSERVACAO E CORRECAO DE SOLOS	SEAGRI	275.500,00	-	-
0044	CLASSIFICACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	SEAGRI	134.515,00	53.643,31	39,88
0047	FOMENTO A PECUARIA DE CORTE	SEAGRI	135.000,00	-	-
0048	FOMENTO A BUBALINOCULTURA	SEAGRI	232.377,00	-	-
0049	DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA	SEAGRI	260.000,00	112.419,77	43,24
0052	DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	SEAGRI	131.994,00	17.424,36	13,20
0053	APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	SEAGRI, RURALTINS	317.350,00	6.644,10	2,09
0062	FOMENTO PROD.COMERC.PROD. HORTIFRUTIGRANJEIRA	SICTUR	445.500,00	135.500,00	30,42
0072	ATRACAO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAS	FUNDO PROSPERAR	1.280.700,00	296.957,04	23,19
0075	DESENV. TECNOLÓGICO DO SETOR PROD. DO ESTADO	SICTUR	706.000,00	-	-
0078	CIENCIA E TECNOLOGIA EM ARTESANATO	FUNDO CIÊNCIA E TEC., SEDUC	348.490,00	187.970,02	53,94
0080	REGISTRO DE MARCAS E PATENTES	SICTUR	155.000,00	-	-
0081	DEFESA E INSPECAO VEGETAL	ADAPEC, FUNPEC	1.361.454,00	596.995,99	43,85
0082	SANIDADE E INSPECAO SANITARIA ANIMAL	ADAPEC, FUNPEC	3.256.260,00	1.425.108,01	43,77
0083	ZONA LIVRE DA FEBRE AFTOSA	ADAPEC	2.199.800,00	48.907,69	2,22
0088	PAVIMENTAR PARA MELHORAR	DERTINS	427.961.507,00	330.891.372,43	77,32
0091	MAE PIONEIRA	FUNDO ASSIST. SOCIAL	3.459.701,00	1.872.714,45	54,13
0093	FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR	RURALTINS, SETAS, FUNDO ASSIST. SOCIAL	2.014.847,00	1.095.758,37	54,38
0102	FOMENTO A BACIA LEITEIRA	SEAGRI, RURALTINS	350.400,00	6.584,73	1,88
0106	MUNICIPALIZACAO DO TURISMO	SICTUR	541.500,00	4.180,00	0,77
0112	CONSERVAR PARA DESENVOLVER	DERTINS	39.491.176,00	22.283.661,54	56,43
0115	PROG. SOCIAL DIVINO ESPIRITO SANTO- PRODIVINO	FUNDES	32.762.115,00	4.322.411,70	13,19
0116	BANCO DA GENTE	FUNDES	6.917.825,00	3.445.891,09	49,81
0117	ENERGIZACAO URBANA	SEINF	4.000.500,00	506.624,91	12,66
0118	OBRAS PUBLICAS PARA O TOCANTINS	SEINF	27.999.209,00	26.507.399,43	94,67

0119	INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	SEINF	8.435.720,00	7.123.296,95	84,44
0120	ELETRIFICACAO RURAL - PERTINS	SEINF	77.572.056,00	55.249.998,07	71,22
0121	ENERGIA ALTERNATIVA	SEINF	200.000,00	-	-
0136	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	SEAGRI, RURALTINS	4.107.759,00	1.480.864,31	36,05
0137	TURISMO: A INDUSTRIA DO NOVO MILENIO	SICTUR	3.209.000,00	349.908,00	10,90
0150	INFRA-ESTRUTURA URBANA	AG. HABITAÇÃO, FUNDO DESENV. URBANO, FUNDO APOIO À MORADIA	17.992.800,00	10.592.135,24	58,87
0171	TOCANTINS TURISMO VERDE	SEPLAN	2.915.698,00	1.890.689,15	64,85
0175	GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS	SEPLAN, NATURATINS	2.067.525,00	550.156,78	26,61
0178	ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO / ORDENAMENTO TERRITORIAL	SEPLAN	7.223.450,00	1.052.928,38	14,58
0184	GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA E TECNOLOGIA	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	26.000,00	2.000,00	7,69
0185	MANEJO E CONSERVACAO DE PASTAGENS	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0186	DESENV. DA PRODUCAO DE GRAOS	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0187	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0188	CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0189	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0191	LEVANTAMENTO GEOLOGICO BASICO DO TOCANTINS	AD TOCANTINS	1.898.880,00	-	-
0197	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	9.110.761,00	2.534.336,81	27,82
0204	DESENVOLVIMENTO E FOMENTO	AD TOCANTINS	1.000,00	-	-
0206	DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGOCIO	FUNDO CIÊNCIA E TEC.	-	-	-
0210	DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA TOCANTINENSE	SEAGRI	24.513.000,00	-	-
0218	PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA - PROFRUTAS	SEAGRI	103.500,00	-	-
0220	COMBATE A POBREZA RURAL	SEPLAN	3.623.423,00	-	-
TOTAL			1.036.607.874,00	642.897.542,26	49,20

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado.

Com a execução desses programas e outras medidas práticas adotadas, foram alcançados os resultados positivos que são demonstrados pelos seguintes indicadores de gestão e socioeconômicos:

No horizonte das ações estratégicas definidas no PPA 2000-2003 e mais precisamente no que se refere à revisão para o ano de 2003, os esforços empreendidos pelo Governo do Estado do Tocantins na busca de recursos para

viabilizar as obras de infra-estrutura, saneamento e educação foram bastante marcantes.

Alguns indicadores quanto ao alcance de realizações, quer seja no tocante à continuidade de obras já em andamento, quer seja quanto ao início de novos empreendimentos, estão a seguir apresentados por área:

a) Transportes – continuidade das obras da Eclusa da Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, em Lajeado, no sentido de viabilizar a hidrovia Araguaia, com uma extensão de aproximadamente 1.500 km e descarregamento na Plataforma multimodal de transporte de Aguiarnópolis, que será inaugurada em breve, fazendo a interligação dos modais aquaviário, rodoviário e ferroviário este último formado pela ferrovia Norte-Sul.

Também se destacaram entre os resultados no setor de transportes as obras de construção e conservação de rodovias, podendo ser assim demonstradas:

- pavimentação de 49 km da TO-181 que liga Araguaçu a Sandolândia;
- pavimentação de 69 km e terraplanagem de 140 km da Rodovia TO-374, ligando Duaré/Lagoa da Confusão/Marianópolis numa extensão aproximada de 208 km.

O quadro a seguir mostra a situação de outras estradas estaduais com obras em andamento:

QUADRO 281 – RELAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO	SITUAÇÃO
TO – 164	Colméia/Itaporã	23,5 km	Em andamento
TO – ligação	Dianópolis/Garganta	55,2 km	Em andamento
TO – 476	Dianópolis/Rio da Conceição	26,5 km	Em andamento
TO – 425	Bielândia/Barra do Ouro/Monte Grande	64,5 km	Em andamento
TO – 010	Ananás/Natal/BR 230	81,2 km	Em andamento
TO – 387	São Salvador/Paraná	53,7 km	Em andamento
TO – 010	Wanderlândia/Riachinho	54,7 km	Em andamento
TO – 070	Brejinho de Nazaré/TO 255	34,9 km	Em andamento
TO – 230	Arapoema/Pau D’Arco	38,0 km	Em andamento

FONTE – Secretaria de Infra-Estrutura.

As obras de artes especiais (pontes e bueiros celulares) também tiveram atenção especial do Governo, sendo construídas 36 pontes no exercício de 2003, com uma extensão total de 2.569,7 metros, mais 28 pontes que estão em fase final de acabamento e 46 bueiros celulares concluídos numa extensão de 922,2 metros.

Quanto à manutenção de rodovias o governo gastou em 2003 R\$ 2.990.761,73 para uma extensão de 3.789,00 km.

Sobre as rodovias não pavimentadas houve um investimento de R\$ 32.600,149,51 aplicados em 6.002,30 km em obras de terraplanagem, revestimento primário, patrolamento, desmatamento, bueiros, pontes de madeira e pontes de concreto.

b) Saneamento – A Agência Estadual de Saneamento empreendeu intenso trabalho, com vistas à fiscalização e acompanhamento dos investimentos na área de abastecimento de água e coleta de esgoto, cujas obras a cargo da Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins – SANEATINS, no aporte de R\$ 23.541.532,28 resultaram em:

- construção de 276,64 km de adutoras de água tratada e redes de abastecimento domiciliar, elevando o percentual da população servida por água tratada de 94% para 96%.
- construção de 68,76 km redes coletoras de esgoto, ampliando a rede coletora de esgoto em 2,56%.

c) Área de Educação – Neste setor as obras foram marcadas pela construção de 8 escolas, acrescentando à rede pública 35 salas de aula. Os investimentos dessas obras representaram R\$ 2.348.769,37.

d) Área de Saúde – No campo das obras hospitalares o esforço maior foi centrado para a construção do Hospital Geral de Palmas.

e) Área Habitacional – mesmo considerando as grandes dificuldades na captação de recursos federais, não houve paralisia no que se refere ao atendimento de moradia popular para as camadas mais carentes, tendo sido construídas aproximadamente 1600 novas casa populares.

f) Agropecuária

- ✓ taxa de crescimento de 26% na produção agrícola, com destaque para o cultivo de soja, que apresentou um aumento de 33% na área plantada e de 48% na produção de grãos;
- ✓ taxa de crescimento de 12% no rebanho bovino;
- ✓ exportação no valor aproximado de US\$ 40 milhões;
- ✓ implantação do Centro Agrotecnológico de Palmas;
- ✓ implantação do Centro de Produção de Peixes Nativos;
- ✓ implantação do Projeto de Caprinocultura em Ponte Alta de Bom Jesus;
- ✓ realização da AGROTINS – Feira de Tecnologia Agropecuária, com 130 expositores, público de 22.000 pessoas e R\$ 18 milhões em volume de negócios;
- ✓ crescimento na produção de frutas, com área plantada superior a 12.000 hectares;
- ✓ expedição de 261 títulos definitivos, regularizando uma área de aproximadamente 49.743 hectares, e de 116 licenças de ocupação, com área de 4.176 hectares, beneficiando 673 famílias de produtores rurais;
- ✓ medição e demarcação de 642 glebas rurais, totalizando uma área de 171.542 hectares em 16 municípios;
- ✓ assistência técnica prestada a 22.275 famílias de produtores, com um desembolso de R\$ 1,3 milhão;
- ✓ aprovação de 7.544 projetos elaborados pelo RURALTINS, proporcionando a captação de R\$ 48,44 milhões junto aos programas governamentais PRONAF e FNO;
- ✓ alcance da meta de vacinação contra a febre aftosa, garantindo a livre comercialização da carne bovina, inclusive nos mercados mais exigentes, regidos pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

– INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

- ✓ Incremento de 32,26% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;

- ✓ apoio à implantação de micros e pequenas empresas processadoras de matéria-prima local (projeto-piloto em implantação no Município de Alvorada);
- ✓ benefício de incentivo fiscal a 92 empresas, por intermédio do PROINDÚSTRIA, e contato para atração de 72 investidores, atendendo e acompanhando 38 destes;
- ✓ assinatura do decreto de regulamentação do Programa PROSPERAR;
- ✓ aprovação de 40 cartas de consultas do PROSPERAR, por intermédio do Programa PRÓ-EMPRESÁRIO;
- ✓ crescimento do setor comercial acima da média nacional, atingindo um aumento real de 5,54%;
- ✓ estruturação de 09 conselhos municipais de turismo;
- ✓ realização de 12 oficinas de monitoramento e replanejamento turístico, 06 oficinas de sensibilização para a importância do Turismo Sustentável e 03 oficinas de planejamento turístico municipal;
- ✓ formatação de 07 roteiros turísticos e 03 roteiros integrados;
- ✓ cadastramento de 66 empresas de turismo e 23 profissionais de turismo;
- ✓ apoio à divulgação de 15 municípios na temporada de praia;
- ✓ implementação de programas para a estruturação e manutenção da atividade turística no Estado, com destaque para os Programas: Municipalização do Turismo, Implementação dos Roteiros Turísticos, Aprendendo com o Turismo e Programa Nacional da Pesca Amadora.
- ✓ Reinício das obras de construção da Usina Hidrelétrica Peixe-Angical, com previsão de investimentos de R\$ 1,3 bilhão;
- ✓ continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul, com 38 quilômetros construídos em 2003 no trecho Aguiarnópolis-Colinas do Tocantins;
- ✓ construção de 812 metros de galerias;
- ✓ realização de 09 estudos ambientais e 40 documentos elaborados, como diagnósticos ambientais e levantamentos florestais;
- ✓ implantação de 8.178 km de rede de distribuição de energia elétrica, por intermédio do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS, na zona rural e em povoados, com investimentos de R\$ 34 milhões;

- ✓ elaboração do projeto executivo e de sinalização para os aeródromos de Palmeirópolis e Pedro Afonso;
- ✓ conclusão ao aeródromo de Araguacema e recuperação da sinalização luminosa noturna do aeroporto de Porto Nacional;
- ✓ organização e coordenação do transporte coletivo rodoviário intermunicipal, conciliando as atividades do transporte alternativo com as do transporte coletivo;
- ✓ realização de ações destinadas à regularização e fiscalização da prestação de serviços públicos de saneamento, nos seus aspectos econômicos, sociais, saúde pública e ambiental, abrangendo 117 municípios, beneficiando uma população de 950 mil habitantes;
- ✓ liberação de recursos federais para o Projeto de Perenização das Águas do Tocantins PROPERTINS;
- ✓ criação do Programa Estadual de Irrigação, que na Região Sudoeste conta com dois projetos, o Rio Formoso e o Javaés, e na Região Norte com os projetos Pólo de Fruticultura Irrigada, em Itapiratins e Sampaio;

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de fiscalização da administração pública, em especial no âmbito do Poder Executivo, concretizam a preocupação do Governo em manter controle sistemático dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, na medida em que foram sancionadas leis voltadas para a modernização e o fortalecimento dos meios estruturais que permitem garantir maior segurança jurídica aos agentes e usuários dos serviços públicos.

Por sua vez, face à nova sistemática adotada pelo Egrégio Tribunal de Contas, que passou a realizar auditoria em programa e de regularidade, bem como a exigência de prestação de contas, individualizadas, por órgãos e entidades da administração pública, iniciativa eficiente e louvável, foi implantado o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Com as medidas de implantação do Sistema, esta Controladoria-Geral iniciou suas ações de acompanhamento interno da gestão dos recursos públicos, dando conhecimento dessa nova ordem de controle aos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Mesmo com as dificuldades inerentes ao começo de qualquer atividade, podem ser aceitos, como bastante satisfatórios, os resultados alcançados.

Assim, a atuação deste Órgão Central do Sistema de Controle Interno, sobre a formalização dos processos administrativos, bem como dos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade e demais atos dos administradores dos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi decisiva para os deslindes dos questionamentos atinentes às atividades de controle.

Com efeito, a conjugação desses esforços, graças também à abnegada colaboração dos servidores desta Pasta, contribuiu, sobre maneira, no exame das contas prestadas pelos gestores responsáveis e das contas do Governador, consideradas regulares sobre os aspectos formais e contábeis.

Por fim, queremos registrar que a estruturação do Sistema de Controle Interno, pela Controladoria-Geral do Estado, um marco importante para Administração Pública do Estado, teve irrestrito apoio do Excelentíssimo Senhor Governador Marcelo Miranda.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 5 dias do mês de abril de 2004.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe